

Universidade do Sul de Santa Catarina

# Análise das Demonstrações Contábeis I

Disciplina na modalidade a distância

**UnisulVirtual**  
A sua universidade a distância

Universidade do Sul de Santa Catarina

# **Análise das Demonstrações Contábeis I**

Disciplina na modalidade a distância

Palhoça  
UnisulVirtual  
2014

# Créditos

## Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul

### **Reitor**

Sebastião Salésio Herdt

### **Vice-Reitor**

Mauri Luiz Heerdt

### **Pró-Reitor de Ensino, de Pesquisa e de Extensão**

Mauri Luiz Heerdt

### **Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional**

Luciano Rodrigues Marcelino

### **Pró-Reitor de Operações e Serviços Acadêmicos**

Valter Alves Schmitz Neto

### **Diretor do Campus Universitário de Tubarão**

Heitor Wensing Júnior

### **Diretor do Campus Universitário da Grande Florianópolis**

Hércules Nunes de Araújo

### **Diretor do Campus Universitário UnisulVirtual**

Fabiano Ceretta

## Campus Universitário UnisulVirtual

### **Diretor**

Fabiano Ceretta

### **Unidade de Articulação Acadêmica (UnA) - Educação, Humanidades e Artes**

Marciel Evangelista Cataneo *(articulador)*

### **Unidade de Articulação Acadêmica (UnA) – Ciências Sociais, Direito, Negócios e Serviços**

Roberto Iunskovski *(articulador)*

### **Unidade de Articulação Acadêmica (UnA) – Produção, Construção e Agroindústria**

Diva Marília Flemming *(articuladora)*

### **Unidade de Articulação Acadêmica (UnA) – Saúde e Bem-estar Social**

Aureo dos Santos *(articulador)*

### **Gerente de Operações e Serviços Acadêmicos**

Moacir Heerdt

### **Gerente de Ensino, Pesquisa e Extensão**

Roberto Iunskovski

### **Gerente de Desenho, Desenvolvimento e Produção de Recursos Didáticos**

Márcia Loch

### **Gerente de Prospecção Mercadológica**

Eliza Bianchini Dallanhol

**Adriano Sérgio da Cunha**  
**Bernardino José da Silva**

# **Análise das Demonstrações Contábeis I**

Livro didático

Revisão e atualização de conteúdo  
Bernardino José da Silva

Design instrucional  
Rafael da Cunha Lara

5ª edição

Palhoça  
UnisulVirtual  
2014

Copyright © UnisulVirtual 2014

Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida por qualquer meio sem a prévia autorização desta instituição.

**Professores Conteudistas**

Adriano Sérgio da Cunha  
Bernardino José da Silva

**Revisão e atualização de conteúdo**

Bernardino José da Silva

**Design Instrucional**

Leandro Kingeski Pacheco  
Rafael da Cunha Lara (5ª edição)

**Projeto Gráfico e Capa**

Equipe UnisulVirtual

**Diagramação**

Daiana Ferreira Cassanego  
Jordana Paula Schulka

**Revisão Ortográfica**

Amaline Baulus Issa Mussi

**ISBN**

978-85-7817-645-7

658.151

C98 Cunha, Adriano Sérgio

Análise das demonstrações contábeis I : livro didático / Adriano Sérgio Cunha, Bernardino José da Silva ; revisão e atualização de conteúdo Bernardino José da Silva ; design instrucional Rafael da Cunha Lara. – 5.ed.– Palhoça : UnisulVirtual, 2014.  
200 p. : il. ; 28 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7817-645-7

1. Análise econômico-financeira. 2. Balanço (Contabilidade). I. Silva, Bernardino José da. II. Lara, Rafael da Cunha. III. Título.

# Sumário

Apresentação .....	7
Palavras do professor.....	9
Plano de estudo .....	11
 <b>UNIDADE 1</b> - Histórico, conceito e finalidade da Análise das Demonstrações Contábeis .....	17
<b>UNIDADE 2</b> - Técnicas ou processos de Análise das Demonstrações Contábeis .....	29
<b>UNIDADE 3</b> - Preparação do Balanço Patrimonial para análise .....	39
<b>UNIDADE 4</b> - Análise financeira .....	75
<b>UNIDADE 5</b> - Análise econômica .....	101
<b>UNIDADE 6</b> - Análise vertical, horizontal e índices-padrões.....	125
<b>UNIDADE 7</b> - Ciclotmetria.....	141
<b>UNIDADE 8</b> - Indicadores combinados .....	157
<b>UNIDADE 9</b> - Organização de relatórios de análise .....	165
 Para concluir o estudo.....	177
Referências .....	181
Sobre os professores conteudistas.....	183
Respostas e comentários das atividades de autoavaliação .....	185
Biblioteca Virtual.....	199



# Apresentação

Este livro didático corresponde à disciplina **Análise das Demonstrações Contábeis I**.

O material foi elaborado visando a uma aprendizagem autônoma e aborda conteúdos especialmente selecionados e relacionados à sua área de formação. Ao adotar uma linguagem didática e dialógica, objetivamos facilitar seu estudo a distância, proporcionando condições favoráveis às múltiplas interações e a um aprendizado contextualizado e eficaz.

Lembre-se que sua caminhada, nesta disciplina, será acompanhada e monitorada constantemente pelo Sistema Tutorial da UnisulVirtual, por isso a “distância” fica caracterizada somente na modalidade de ensino que você optou para sua formação, pois na relação de aprendizagem professores e instituição estarão sempre conectados com você.

Então, sempre que sentir necessidade entre em contato; você tem à disposição diversas ferramentas e canais de acesso tais como: telefone, e-mail e o Espaço Unisul Virtual de Aprendizagem, que é o canal mais recomendado, pois tudo o que for enviado e recebido fica registrado para seu maior controle e comodidade. Nossa equipe técnica e pedagógica terá o maior prazer em lhe atender, pois sua aprendizagem é o nosso principal objetivo.

Bom estudo e sucesso!

Equipe UnisulVirtual.





# Palavras do professor



Caro(a) estudante,

Seja bem-vindo (a) à disciplina/unidade de aprendizagem de Análise das Demonstrações Contábeis I.

O objetivo principal desta disciplina é tornar essa importante técnica contábil cada vez mais acessível a um universo cada vez maior de pessoas interessadas. Trata-se do processo de aplicação das técnicas de análise das demonstrações contábeis.

Ciência cuja finalidade é o registro dos fenômenos que se processam no patrimônio das organizações, a Contabilidade por si mesma e a análise das demonstrações por ela produzidas configuram-se como instrumentos de considerável relevância para a tomada de decisão. Auxiliam no processo de planejamento e gerenciamento eficaz das organizações e ensinam alcançar sucesso neste cenário de constante transição e transformações presente no mundo dos negócios.

Buscou-se nesse livro a adoção e aplicação de uma linguagem clara e objetiva, além da apresentação dos assuntos em uma ordem crescente de forma a contemplar o inter-relacionamento dos conteúdos, visando possibilitar um aprendizado eficiente e duradouro.

Queremos colaborar para que você tenha êxito nas atividades!

Bom estudo!

Professor Bernardino José da Silva





## Plano de estudo

O plano de estudos visa a orientá-lo no desenvolvimento da disciplina. Ele possui elementos que o ajudarão a conhecer o contexto da disciplina e a organizar o seu tempo de estudos.

O processo de ensino e aprendizagem na UnisulVirtual leva em conta instrumentos que se articulam e se complementam, portanto, a construção de competências se dá sobre a articulação de metodologias e por meio das diversas formas de ação/mediação.

São elementos desse processo:

- o livro didático;
- o Espaço UnisulVirtual de Aprendizagem (EVA);
- as atividades de avaliação (a distância, presenciais e de autoavaliação);
- o Sistema Tutorial.

## Ementa

Conceito e objetivos de análise. Campo de aplicação da análise. Preparação das demonstrações contábeis para análise. Tratamento antiinflacionário das demonstrações contábeis. Técnicas de análise com índices padrões. Análise, liquidez e endividamento. Análise de prazos operacionais e giros. Análise, rentabilidade e lucratividade. Análise de indicadores combinados. Avaliações sobre ações. Retorno sobre Investimentos. Organização dos relatórios de análise.

## **Objetivos da disciplina**

- Desenvolver habilidades e atitudes profissionais relacionadas às atividades ligadas à área de negócios que necessite utilizar e analisar relatórios contábeis.
- Conhecer e compreender os conceitos, os objetivos, a finalidade e as diferentes técnicas de Análise das Demonstrações Contábeis e sua importância para o mundo dos negócios.
- Identificar a importância da associação do pensamento administrativo às práticas utilizadas pela Ciência Contábil com o propósito de estimular a construção integrada de conhecimentos teórico-práticos e desenvolvimento de consciência ética e social.
- Compreender o acesso e uso racional das técnicas utilizadas para Análise das Demonstrações Contábeis, como suporte ao processo administrativo e a tomada de decisão no contexto das organizações, sejam elas mercantil, industrial, com ou sem fins lucrativos.

## **Carga horária**

A carga horária total da disciplina é 60 horas-aula.

## **Conteúdo programático/objetivos**

Veja, a seguir, as unidades que compõem o livro didático desta disciplina e os seus respectivos objetivos. Estes se referem aos resultados que você deverá alcançar ao final de uma etapa de estudo. Os objetivos de cada unidade definem o conjunto de conhecimentos que você deverá possuir para o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias à sua formação.

**Unidades de estudo: 9**

## **Unidade 1 – Histórico, conceito e finalidade da Análise das Demonstrações Contábeis**

Nesta unidade, você inicia os seus primeiros passos na análise das demonstrações contábeis, estuda seu conceito, seus objetivos e seu campo de aplicação, analisa uma demonstração contábil e aprende como identificar suas questões técnicas, a fim de interpretá-la.

## **Unidade 2 – Técnicas ou processos de Análise das Demonstrações Contábeis**

Nesta unidade, você conhece técnicas de análise: a análise propriamente dita e a análise através de índices e quocientes.

## **Unidade 3 – Preparação do balanço para análise**

Por meio desta unidade, você estuda as técnicas utilizadas para a preparação das demonstrações contábeis, bem como a sua utilidade, além das interpretações que podem ser distorcidas caso as demonstrações contábeis não sejam preparadas adequadamente para a análise.

## **Unidade 4 – Análise financeira**

Você conhece, nesta unidade, os índices que representam informações sobre o aspecto financeiro e sua solvabilidade.

## **Unidade 5 – Análise econômica**

Nesta unidade, você estuda o aspecto inerente aos índices que envolvem os aspectos econômicos, as aplicações de capital e os seus rendimentos.

### **Unidade 6 – Análise vertical, horizontal e índices-padrões**

Nesta unidade, você conhece os índices que se apresentam com maior frequência nas demonstrações contábeis de empresas do mesmo ramo de atividade.

### **Unidade 7 – Ciclometria**

Por meio desta unidade, você identifica a ‘perfeita’ aplicação de recursos no ativo circulante, gerados a partir de recursos do passivo circulante, bem como os índices encontrados a partir desta análise.

### **Unidade 8 – Análise de indicadores combinados**

Você estuda, nesta unidade, a combinação de alguns índices, sua interpretação e a sua influência no processo de gestão das sociedades.


### **Unidade 9 – Organização de relatórios de análise**

Com o estudo desta unidade, você identifica como deve ser organizado um relatório de análise.



## Agenda de atividades/Cronograma

- Verifique com atenção o EVA, organize-se para acessar periodicamente a sala da disciplina. O sucesso nos seus estudos depende da priorização do tempo para a leitura, da realização de análises e sínteses do conteúdo e da interação com os seus colegas e professor.
- Não perca os prazos das atividades. Registre no espaço a seguir as datas com base no cronograma da disciplina disponibilizado no EVA.
- Use o quadro para agendar e programar as atividades relativas ao desenvolvimento da disciplina.

Atividades obrigatórias	
Demais atividades (registro pessoal)	





# Histórico, conceito e finalidade da Análise das Demonstrações Contábeis



## Objetivos de aprendizagem

- Conhecer características históricas da Análise das Demonstrações Contábeis.
- Identificar os conceitos introdutórios da Análise das Demonstrações Contábeis.
- Compreender a finalidade da Análise das Demonstrações Contábeis.
- Identificar usuários típicos da Análise das Demonstrações Contábeis.



## Seções de estudo

- Seção 1** Pequeno histórico da Análise das Demonstrações Contábeis
- Seção 2** Conceitos e definições da Análise das Demonstrações Contábeis
- Seção 3** A finalidade da Análise das Demonstrações Contábeis
- Seção 4** Os usuários da Análise das Demonstrações Contábeis



## Para início de estudo

Você sabe que mesmo na Antiguidade já se fazia análise da riqueza e que, a partir dela, evoluímos para a Análise de Balanços? Sabe como se define e qual a finalidade da Análise das Demonstrações Contábeis?

Você tem conhecimento de que os usuários da informação contábil, de forma geral, são também usuários da Análise das Demonstrações Contábeis? Sabia que os bancos foram os primeiros a utilizar a Análise de Balanços como instrumento auxiliar na tomada de decisão?

Não fique preocupado(a)! O conteúdo que você estudará nesta unidade lhe dará condições para responder seguramente a estas questões.

Bons estudos!

## Seção 1 – Pequeno histórico da Análise das Demonstrações Contábeis

Estudiosos e pensadores da área contábil destacam que a Análise das Demonstrações Contábeis é tão antiga quanto a própria Contabilidade, cujas primeiras formas de atividade tiveram início em torno de 4000 a.C.

Observe que, naquele período, na sua forma primitiva de contabilizar, surgiram os primeiros inventários utilizados pelos pastoreios, que contabilizavam seus rebanhos, sendo a análise da riqueza decorrente da simples comparação entre dois inventários ou apurações.

A análise propriamente dita, na forma atualmente empregada, surge no final do século XIX, quando banqueiros americanos passaram a solicitar às empresas que desejavam contrair empréstimos, a apresentação das Demonstrações Contábeis, especialmente o Balanço Patrimonial, surgindo, daí, a expressão “Análise de Balanços”, até hoje empregada por alguns autores do seguimento da Ciência Contábil.

Outras razões que determinam a consolidação de uso da expressão empregada dizem respeito ao fato de que as demais demonstrações, como a Demonstração do Resultado do Exercício e o Fluxo de Caixa, em tempos anteriores eram denominadas, respectivamente, de Balanço Econômico ou de Resultado e Balanço Financeiro, e, então, tudo era tratado como balanço.



---

Nos últimos tempos, a Análise das Demonstrações Contábeis consolida-se como instrumento de vital importância no mundo dos negócios e das finanças, exigindo dos profissionais da Contabilidade o aprimoramento constante das técnicas de avaliação dos elementos formadores desses demonstrativos.

---

Portanto, a análise simplista dos elementos que integram especialmente o balanço patrimonial não mais poderá ser considerada como plena à satisfação do conhecimento da real situação da empresa e muito menos servirá de base para análise final.

Neste sentido, é imperiosa a avaliação e reestruturação preliminar de cada elemento com o propósito de conhecer a real valia e a capacidade que eles possuem em relação à liquidez e garantias perante terceiros, sócios e/ou acionistas.

## **Seção 2 - Conceitos e definições da Análise das Demonstrações Contábeis**

Se você pesquisar a bibliografia disponível, conhecerá vários conceitos sobre Análise das Demonstrações Contábeis. Observe o que dizem alguns autores e procure perceber a similaridade dos conceitos e definições.

Primeiramente é importante ficar claro para você que Análise das Demonstrações Contábeis é uma técnica de escrituração contábil e que, portanto, exige de quem a executa, conhecimentos e habilidades no exercício da Contabilidade em si.

Ribeiro (2004, p. 16), por sua vez, conceitua a Análise de Balanços como “a arte por meio da qual são analisadas e interpretadas as principais demonstrações financeiras de uma entidade, visando fornecer informações acerca do estado de seu Patrimônio”.

O autor acrescenta que (2004, p. 16):

[...] pela Análise de Balanço é possível aquilatar a situação econômica e a situação financeira da entidade, pois ela não se limita ao Balanço Patrimonial, alcançando, também, as demais demonstrações financeiras, isto é, a Demonstração do Resultado do Exercício - DRE, e a Demonstração das Origens e Aplicação de Recursos - DOAR.

Segundo Reis (2003, p. 108),

[...] a análise de balanços (ou a análise dos demonstrativos contábeis) consiste na comparação de valores isolados ou de grupos de valores constantes dos demonstrativos contábeis, com a finalidade de obter informações sobre a situação econômico-financeira da empresa ou sobre o ritmo de seus negócios.

Em resumo, a Análise das Demonstrações Contábeis consiste em transformar os dados contidos nas demonstrações financeiras em informações, utilizando métodos e técnicas próprias para este fim.

Observe que a Análise das Demonstrações Contábeis, quanto à forma de realização, pode ser processada de forma interna e/ou externa.

## **2.1 – Análise interna**

Consiste naquela realizada dentro da própria entidade e por colaboradores vinculados ao seu quadro de pessoal, visando auxiliar administradores e diretores no processo de tomada de decisão.

Tal análise pode oferecer maior segurança em relação à sua completaridade em virtude de que, sendo o processo realizado por funcionários da própria empresa, estes terão maior facilidade de coleta dos dados necessários ao desenvolvimento dos trabalhos, inclusive viabilizando acesso aos procedimentos de controle interno da entidade.

## **2.2 – Análise externa**

Enquanto a interna visa auxiliar administradores e diretores na tomada de decisão, a análise externa, conforme se autodenomina, é realizada fora das dependências da entidade, por profissional externo, costumeiramente vinculado às instituições e/ou outras entidades interessadas na análise. Tem como objetivo informar esses interessados acerca da situação econômica ou da estabilidade da entidade para a concretização de relações mercantis, ampliação de negócios, concessões de créditos, financiamentos, etc.

No desenvolvimento desse tipo de análise, o profissional analista tem em mãos somente as demonstrações financeiras publicadas pela entidade e contará com auxílio dos informes adicionais, constantes de relatórios de Auditores Independentes e, também, daqueles integrantes das notas explicativas que, por força da legislação reguladora, devem acompanhar as demonstrações contábeis.

Ribeiro (2004, p. 115), iniciando seus comentários acerca da Análise das Demonstrações Contábeis, lembra que a apuração do resultado e a correta estruturação das demonstrações contábeis é responsabilidade do contador, enquanto que a análise

e interpretação dessas mesmas demonstrações são função e responsabilidade do analista de Balanços, ou seja, o trabalho do analista começa onde termina o trabalho do contador.

O autor acrescenta ainda que “de posse das demonstrações financeiras, o analista irá decompô-las através do exame minucioso de cada uma das contas que compõem essas demonstrações, transcrevendo-as em mapas padronizados, para facilitar o processo de análise”. (Ibid).

### **Seção 3 - A finalidade da Análise das Demonstrações Contábeis**

Se você tomar por base os conceitos dos autores destacados nas duas primeiras seções desta unidade, não será difícil identificar a finalidade da Análise das Demonstrações Contábeis. Veja o que expressam alguns pensadores.

Ribeiro (2004, p. 17), ao discorrer sobre o assunto, define que a Análise das Demonstrações Contábeis tem por “finalidade transformar os dados extraídos das demonstrações financeiras em informações úteis para a tomada de decisões por parte das pessoas interessadas”.

Para Braga (1987, p. 195):

[...] análise das demonstrações financeiras como instrumento de gerência consiste em proporcionar aos administradores da empresa uma melhor visão das tendências dos negócios, com a finalidade de assegurar que os recursos sejam obtidos e aplicados, efetiva e eficientemente, na realização de metas da organização.

Segundo Reis (2003, p. 109), o objetivo da análise das demonstrações financeiras é “a comparação dos valores constantes dos demonstrativos contábeis, pois procuramos analisar de forma estática e dinâmica a situação da empresa, de dois ângulos: situação econômica e situação financeira”.

Na situação financeira, a preocupação maior é referente aos indicadores de liquidez; e, na situação econômica, a preocupação maior é direcionada para a análise dos índices de lucratividade e/ou de rentabilidade.

A análise financeira conduz ao estudo da liquidez financeira do patrimônio, já a análise econômica estuda a rentabilidade do patrimônio em todos os seus aspectos.

No momento em que se faz a Análise das Demonstrações Contábeis, é necessário que a análise financeira e a análise econômica sejam efetuadas em conjunto, pois a análise econômica complementa a análise financeira e vice-versa.

## Seção 4 – Os usuários da Análise das Demonstrações Contábeis

Nas últimas décadas a Análise de Balanços tem sido cada vez mais reconhecida como relevante no mundo dos negócios, haja vista não serem mais apenas os bancos, pioneiros na utilização dessa técnica de escrituração contábil.

Ora, são vários os usuários que a ela recorrem, seja para conhecer a rentabilidade do capital investido nas entidades e o grau de solvência para cumprimento de obrigações, seja para avaliar o desempenho das entidades, ou seja, cada qual possui o seu interesse específico.



Acompanhe, a seguir, os principais usuários da Análise das Demonstrações Contábeis e suas respectivas finalidades e/ou interesses.



**Bancos** – estes necessitam conhecer a capacidade econômica e financeira das entidades com as quais se relacionam, buscam especialmente a análise dos direitos das obrigações, do grau de endividamento e da capacidade que a entidade tem de honrar seus compromissos a curto, médio e longo prazo. A intensidade da análise está diretamente relacionada ao volume de crédito solicitado.

**Fornecedores** – na questão dos fornecedores, há uma dualidade de interesse na Análise das Demonstrações Contábeis, pois, enquanto estes têm interesse e precisam conhecer a capacidade de pagamento e o grau de liquidez de seus clientes, isto é, as entidades, estas, por sua vez, também necessitam e devem analisar a situação econômica e financeira de seus fornecedores para obterem segurança de que eles terão condições de cumprir os contratos a serem firmados.

**Administradores** – sendo estes, juntamente com diretores, sócios e/ou acionistas, os tomadores de decisão em qualquer organização, a Análise das Demonstrações Contábeis, conforme anteriormente destacado, configura-se como instrumento auxiliar de grande importância, haja vista terem estes a obrigação de conhecer e manter efetivo controle sobre a situação financeira das entidades que comandam. Eles devem ser capazes de “ver”, em relação aos concorrentes e, portanto, conhecer a rentabilidade e a capacidade de liquidez, comparando-as com os padrões de mercado, associadamente a uma meticulosa análise do desempenho presente. Veja que o diagnóstico do passado e o prognóstico do futuro configuram-se como ferramentas e procedimentos capazes de consolidação da imagem da empresa e manutenção do espaço de mercado.

**Investidores** – além da valorização e desvalorização das ações, o maior interesse destes recai sobre a necessidade de conhecer a rentabilidade que a entidade oferece. Portanto pessoas físicas e jurídicas que costumam investir no mercado de capitais por meio da compra de ações, precisam, por si ou por intermédio de empresas especializadas, corretoras de valores, efetuar criteriosa Análise das Demonstrações Contábeis.

**Governo** – preliminarmente observe que, para o governo, a Análise das Demonstrações Contábeis apresenta uma série

de vantagens, especialmente nos processos de concorrência pública quando administradores públicos têm que decidir sobre a contratação de uma ou outra empresa. A segurança do cumprimento dos contratos é aspecto de alta relevância para evitar prejuízos decorrentes de contratações mal feitas, isto é, com fornecedores e prestadores de serviços que não possuem capacidade financeira e econômica de honrar seus compromissos.

Aqui, assim como no acompanhamento do desempenho da economia e na rentabilidade das empresas públicas, a Análise das Demonstrações Contábeis é a ferramenta ideal a ser utilizada.

**Entidades de classe** – especialmente, os sindicatos de classe utilizam a Análise das Demonstrações Contábeis com objetivo de salvaguardar os interesses de seus filiados e, com isso, estabelecem padrões relacionados a determinados setores que acabam servindo de orientação para a tomada de decisões por parte das empresas interessadas.



## Síntese

Nesta unidade, você teve a oportunidade de estudar que a Análise da riqueza já era utilizada nos primórdios, antes mesmo de Jesus Cristo, e que foi a partir dela que evoluímos para a Análise das Demonstrações Contábeis.

Você identificou os bancos como as primeiras instituições a utilizarem a Análise das Demonstrações Contábeis como instrumento auxiliar na tomada de decisão.

Sendo uma Técnica de Escrituração Contábil, você conheceu que a Análise das Demonstrações Contábeis constitui-se na arte de analisar e interpretar as principais demonstrações financeiras de uma entidade, havendo, por meio dela, possibilidade de identificar a real situação financeira e econômica dessa mesma entidade.

Além dos bancos, identificou que são também usuários da Análise das Demonstrações Contábeis os fornecedores, administradores de empresas, investidores, sócios, acionistas, governo, as entidades de classes e outros.

Ainda estudou que a Análise das Demonstrações Contábeis será do tipo interna quando realizada por colaboradores da própria entidade; e, externa quando executada por profissionais vinculados às empresas e instituições interessadas na análise.



## Atividades de autoavaliação

Ao final de cada unidade, você realizará atividades de autoavaliação. O gabarito está disponível no final do livro didático. Mas se esforce para resolver as atividades sem ajuda do gabarito, pois, assim, você estará promovendo (estimulando) a sua aprendizagem.

1. Em no máximo 5 linhas e tendo por base o conteúdo estudado nesta unidade, expresse a evolução histórica da Análise das Demonstrações Contábeis.

---

---

---

---

2. Além dos usuários da Análise das Demonstrações Contábeis destacados nesta unidade, identifique pelo menos mais um e caracterize o interesse dele nesta técnica contábil.

---

---

---

---

3. Além de ser realizada por colaboradores vinculados, ou não, ao quadro de pessoal da própria entidade, que outra particularidade diferencia a Análise Interna da Externa?

---

---

---

---

4. Além daqueles aspectos destacados na Seção 4, que outro você poderia destacar como de interesse do Governo na Análise das Demonstrações Contábeis?

---

---

---

---



## Saiba mais

Você sabe que a busca constante do aprendizado é condição vital para a conquista de espaço no mercado. Neste sentido, se pretende ampliar seus conhecimentos, acesse os livros a seguir, pois, em cada um deles, o respectivo autor trata de forma ampliada o conteúdo tratado nesta unidade, adotando linguagem simples e compreensível.

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações financeiras: estrutura, análise e interpretação**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

REIS, Arnaldo Carlos de Rezende. **Demonstrações contábeis: estrutura e análise**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e análise de balanços**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

# Técnicas ou processos de Análise das Demonstrações Contábeis



## Objetivos de aprendizagem

- Conhecer e compreender as técnicas ou processos de Análise das Demonstrações Contábeis.
- Identificar a finalidade de cada uma das técnicas ou processos de Análise das Demonstrações Contábeis.



## Seções de estudo

**Seção 1** Conceitos e finalidades das técnicas ou processos de Análise das Demonstrações Contábeis

**Seção 2** As técnicas ou processos utilizados na Análise das Demonstrações Contábeis



## Para início de estudo

Nesta unidade você estudará o conteúdo que lhe permite desenvolver, com segurança, a Análise das Demonstrações Contábeis e, portanto, necessário se faz indagar se você sabe o que são e quais são as técnicas ou processos utilizados para análise e interpretação das Demonstrações Contábeis.

Você sabe distinguir a finalidade de cada uma das técnicas utilizadas para Análise das Demonstrações Contábeis? Tem conhecimento de que, através da Análise Vertical, você terá condições de proceder à avaliação de cada grupo, subgrupo, conta ou elemento integrante do Balanço Patrimonial, e que, por meio da Análise Horizontal, você pode comparar e avaliar a variação desses elementos em relação a períodos diversos e sucessivos?

Não fique preocupado (a), estude cuidadosamente o conteúdo desta unidade que, ao final, você terá condições de discorrer com segurança acerca de cada um dos aspectos tratados.

## Seção 1 – Conceitos e finalidades das técnicas ou processos de Análise das Demonstrações Contábeis

Antes de estudar os conceitos e as finalidades das técnicas ou processos de Análise das Demonstrações Contábeis, é preciso que você tenha clareza que, aos usuários das demonstrações financeiras, ou Demonstrações Contábeis, é interessante reconhecer dois aspectos fundamentais do patrimônio, isto é, o aspecto econômico e o aspecto financeiro.



---

Tais aspectos, econômico e financeiro, correspondem ao que os estudiosos do assunto chamam de Estática e Dinâmica Patrimonial.

---

Por envolver o rendimento do capital investido na empresa, o aspecto econômico visa demonstrar a lucratividade e/ou o retorno proporcionado aos investidores.

Já o aspecto financeiro contempla e visa demonstrar a capacidade da empresa, ou entidade, de poder saldar os compromissos assumidos com terceiros, ou seja, demonstra a sua capacidade ou condição de liquidez.

Enquanto a situação financeira da entidade é evidenciada através do Balanço Patrimonial e representa a Estática Patrimonial, a situação econômica é ressaltada pela Dinâmica Patrimonial, produzida pela Demonstração do Resultado do Exercício ou Período e a Demonstração do Resultado Abrangente.

Veja agora como Ribeiro pensa o conceito e a finalidade das técnicas ou processos de Análise das Demonstrações Contábeis.

Ribeiro (2004, p. 116) conceitua o processo de análise como “as técnicas utilizadas pelos analistas de Balanços para obtenção de conclusões acerca da situação econômica e financeira da entidade ou de outros aspectos relacionados com o Patrimônio, de acordo com os interesses dos usuários”.

O autor (2004, p. 116) define como finalidade da Análise de Balanços “prestar informações sobre a situação econômica e financeira da entidade, para que as pessoas interessadas possam tomar decisões”.

## **Seção 2 – As técnicas ou processos utilizados na Análise das Demonstrações Contábeis**

Você sabe quais são as Técnicas ou Processos utilizados na Análise das Demonstrações Contábeis?

Dentre as técnicas ou processos de análise, temos como principais a Análise Propriamente Dita, a Análise Por Quocientes ou Índices, a Análise Vertical, a Análise Horizontal e a Análise por Comparação com Índices-Padrões.



## 2.1 – Análise propriamente dita

A Análise das Demonstrações Contábeis consiste na realização de um exame minucioso, englobando cada um dos elementos ou contas que integram a demonstração financeira objeto da análise.

Através dessa técnica ou processo, o analista avalia pormenorizadamente os fenômenos que compõem cada um dos elementos ou grupos formadores do patrimônio e procede, se necessário, à sua reclassificação, reestruturando, assim, o próprio Balanço Patrimonial.

É importante observar que caso haja necessidade de reestruturar o Balanço Patrimonial, esse é um procedimento integralmente gerencial visando dotar a citada demonstração com apenas e tão somente, os elementos que representem efetiva capacidade de liquidez e/ou exigibilidade, ou seja, os elementos que efetivamente possam ser utilizados em qualquer processo de pagamentos e assegurar obrigatoriedade na efetivação de pagamentos a serem realizados pela empresa.

## 2.2 – Análise por quocientes ou índices

A Análise das Demonstrações Contábeis por quocientes ou índices consiste na realização de estudos comparativos entre grupos de contas ou elementos formadores das Demonstrações Contábeis através de índices e proporciona o conhecimento da relação entre cada um dos grupos do conjunto que forma o total do Patrimônio das entidades.

Reis (2003, p. 109) assim considera “[...] o método dos quocientes, por meio do qual se comparam dois valores patrimoniais, dividindo-se um pelo outro. Esse método tem a vantagem de indicar a relação de grandeza existente entre os itens comparados”.

Através desses quocientes, ou índices, você pode proceder à análise financeira da entidade, aí incluída a verificação da capacidade de liquidez (capacidade de pagamento) ou solvência da entidade, assim como a composição da estrutura do todo patrimonial.

Ainda, através dessa técnica ou processo, você pode proceder também à análise econômica das entidades, incluindo a avaliação da margem de lucro ou lucratividade, do giro do Ativo e o retorno dos investimentos.

## **2.3 – Análise vertical e horizontal**

A Análise das Demonstrações Contábeis vertical e horizontal apresentam-se em processos ou técnicas separadas e, por isso mesmo, é preciso estudá-las isoladamente, mas analisa-las em conjunto.

Para Matarazzo (1987, p. 29) “a análise vertical e horizontal prestam-se fundamentalmente ao estudo de tendências”.

### **Análise vertical**

Também conhecida por Análise por coeficientes, a técnica ou processo de Análise vertical consiste na determinação da percentualização de cada conta ou grupo de contas em relação ao conjunto patrimonial da entidade.

Proporciona a verificação e avaliação do quanto percentual cada conta ou grupo de contas representa em relação ao todo patrimonial.

Segundo Reis (2003, p. 110), “o método da análise vertical procura obter o valor percentual de cada verba, ou de cada grupo de verbas, em relação ao valor global do demonstrativo, ou, ainda, de cada verba em relação ao total do seu respectivo grupo”.

### **Análise horizontal**

A técnica ou processo de Análise horizontal utiliza-se da Análise vertical e da Análise por quocientes, pois consiste na comparação entre índices, coeficientes e outras grandezas, visando a avaliação comparativa do desempenho de cada elemento ou grupo de contas ao longo de períodos sucessivos.

Para Reis (2003, p. 110) “o método da análise horizontal compara, em forma percentual, o valor de determinada verba ou de determinado grupo de verbas em relação ao(s) ano(s) anterior(es)”.

## **2.4 – Análise por comparação com Índices-padrões**

Conforme se auto intitula, este processo ou técnica de Análise das Demonstrações Contábeis consiste na comparação de quocientes, coeficientes e/ou outras grandezas com indicadores padrões obtidos através do comportamento de uma ou de determinado grupo de entidades do mesmo ramo de atividade.

Para Marion (2002, p. 269) “o objetivo dos índices-padrão é servir de base para comparação entre empresas que operam no mesmo ramo de atividade”.



### **Síntese**

Nesta unidade, você conheceu a Análise das Demonstrações Contábeis, como um todo, que consiste na técnica utilizada pelos analistas de Balanços para a obtenção de informações e formulação de conclusões acerca da situação econômica e financeira das entidades.

Viu, também, que os principais processos ou técnicas de Análise das Demonstrações Contábeis incluem a Análise Propriamente Dita, a qual permite avaliar cada elemento ou conta integrante do patrimônio das entidades.

A Análise das Demonstrações Contábeis por Quocientes ou Índices contempla estudos comparativos da relação entre os diversos grupos de elementos ou contas que integram o Balanço Patrimonial. Através dela, é possível proceder à análise econômica e financeira das entidades.

A Análise das Demonstrações Contábeis Vertical consiste na percentualização dos grupos de contas ou elementos em relação ao conjunto patrimonial. Serve de auxílio à Análise das Demonstrações Contábeis Horizontal, que tem por fim a avaliação comparativa de quocientes ou índices de cada conta ou grupo de contas em períodos sucessivos.

Finalmente, estudou a Análise por Comparação com Índices-Padrões de quocientes, coeficientes e outros índices, que permite a avaliação comparativa dos índices da entidade com aqueles produzidos pelas entidades do mesmo ramo e considerados como ideal.



## Atividades de autoavaliação

Ao final de cada unidade, você realizará atividades de autoavaliação. O gabarito está disponível no final do livro-didático. Mas se esforce para resolver as atividades sem ajuda do gabarito, pois, assim, você estará promovendo (estimulando) a sua aprendizagem.

1. Utilizando os estudos que você realizou por meio desta unidade, conceitue Técnica de Análise das Demonstrações Contábeis.

---

---

---

---

---

---

2. Através da Análise por Quocientes ou Índices, é possível proceder:
- a. ☐ à Análise Propriamente Dita.
  - b. ☐ à Análise Vertical.
  - c. ☐ à Análise Horizontal.
  - d. ☐ à Análise Financeira e Econômica das entidades.
  - e. ☐ Todas as alternativas anteriores estão corretas.
3. A preparação do Balanço Patrimonial para análise será realizada com a aplicação da Técnica de:
- a. ☐ Análise Vertical.
  - b. ☐ Análise Horizontal.
  - c. ☐ Análise por Quocientes.
  - d. ☐ Análise Propriamente Dita.
  - e. ☐ Nenhuma das alternativas anteriores está correta.
4. Considerando o conteúdo estudado nesta unidade, que relação é possível estabelecer entre a Análise Vertical e a Análise Horizontal.

---

---

---

---

5. Suponha que você seja Contador contratado pelo Banco de seu Estado para realizar a Análise das Demonstrações Contábeis das empresas que solicitam empréstimos à instituição. Uma das condições que você precisa avaliar é a capacidade de liquidez e/ou solvência das empresas. A Técnica ou Processo de Análise das Demonstrações Contábeis que você utilizaria para esse fim seria:
- a. ☐ a Análise Vertical.
  - b. ☐ a Análise Horizontal.
  - c. ☐ a Análise por Comparação com Índices-Padrões.
  - d. ☐ a Análise Por Quocientes.
  - e. ☐ Todas as Técnicas anteriores são úteis para essa finalidade.



## Saiba mais

Se você pretende ampliar seus conhecimentos em relação ao tema estudado nesta unidade, acesse as seguintes referências, pois seus respectivos autores tratam tais temas com uma linguagem clara e acessível.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem básica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

REIS, Arnaldo Carlos de Rezende. **Demonstrações contábeis: estrutura e análise**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e análise de balanços: fácil**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.



# Preparação do Balanço Patrimonial para análise



## Objetivos de aprendizagem

- Conhecer as razões pelas quais o Balanço Patrimonial deve ser reestruturado antes da análise de seus componentes.
- Compreender a forma de reestruturação do Balanço Patrimonial.
- Identificar os elementos a serem reestruturados no Balanço Patrimonial.



## Seções de estudo

- Seção 1** O significado e a finalidade da preparação do Balanço Patrimonial para análise
- Seção 2** As razões determinantes da preparação do Balanço Patrimonial
- Seção 3** Reestruturando os elementos do Balanço Patrimonial





## Para início de estudo

Você sabe as razões pelas quais não se pode proceder à análise do Balanço Patrimonial (BP) das entidades sem antes conhecer a real valia de cada um dos seus elementos? Sabia que existem elementos que integram o Balanço Patrimonial, mas não representam nenhum poder real ou capacidade de fazer frente às obrigações da entidade?

Você sabia que esta condição figurativa decorre das determinações de normas e regulamentos que disciplinam as formas e o regime de reconhecimento e escrituração das receitas e despesas das empresas mercantis? Você tem condições de identificar quais são essas normas e quais elementos devem ser reestruturados?

Não sabe? Mas isso não importa, pois, se você disciplinar seu tempo e destacar uma pequena parcela dele para estudar o conteúdo desta unidade, ao final responderá a todos esses questionamentos com segurança.

## Seção 1 – O significado e a finalidade da preparação do Balanço Patrimonial para análise

Antes de estudar a Análise das Demonstrações Contábeis e seus elementos formadores, é indispensável que você tenha a noção clara de que – sendo sua principal finalidade avaliar as situações de liquidez, solvência ou pagamento, a estrutura patrimonial, a rentabilidade dos capitais e o retorno dos investimentos realizado pelas entidades – não é possível tomar como base o Balanço Patrimonial assim como ele se apresenta, de forma pura e simples nas publicações realizadas pelas empresas.

É preciso, pois, preparar o Balanço Patrimonial para análise, e isso significa proceder a uma ampla reestruturação de seus elementos, de forma a permitir que este, o Balanço Patrimonial, passe a contemplar, em sua estrutura, apenas aqueles elementos que realmente ofereçam condições sólidas de fazer frente às obrigações contraídas pela entidade.

Segundo Marion (2002, p.38)

Significa uma nova classificação, um novo reagrupamento de algumas contas nas DC, sobretudo no Balanço Patrimonial e na Demonstração do Resultado do Exercício. São alguns ajustes necessários para melhorar a eficiência e a eficácia da análise.

## **Seção 2 – As razões determinantes da preparação do Balanço Patrimonial**

A impossibilidade de se utilizar o Balanço Patrimonial na forma apresentada dá-se em função de que o registro dos fatos contábeis, por força da legislação reguladora – especialmente o Regulamento do Imposto de Renda, Decreto Federal n.º 3000/99, suas alterações posteriores, bem como, as Resoluções e Normas Técnicas editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – e determinam que as receitas e as despesas sejam reconhecidas na contabilidade e, por conseguinte, patrimônio, no momento em que elas ocorram, independentemente do recebimento da receita e do pagamento das despesas.

Observe o disposto no artigo 9º, §§ 3º e 4º da Resolução n.º 750, de 29 de dezembro de 1993, editada pelo Conselho Federal de Contabilidade e, alterada pela Resolução CFC n.º 1.282/10:

Art. 9º. O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.

Parágrafo único: O Princípio da Competência pressupõe a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas.

A Resolução CFC n.º 1.412, de 26 de outubro de 2012, assim define em relação ao reconhecimento da receita de venda de bens e serviços:

*Receita é o ingresso bruto de benefícios econômicos durante o período observado no curso das atividades ordinárias da entidade que resultam no aumento do seu patrimônio líquido, exceto os aumentos de patrimônio líquido relacionados às contribuições dos proprietários.*

(...)

Para fins de divulgação na demonstração do resultado, a receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade quando originários de suas próprias atividades. As quantias cobradas por conta de terceiros – tais como tributos sobre vendas, tributos sobre bens e serviços e tributos sobre valor adicionado não são benefícios econômicos que fluam para a entidade e não resultam em aumento do patrimônio líquido.

(...)

A receita proveniente da venda de bens deve ser reconhecida quando forem satisfeitas todas as seguintes condições:

- a) a entidade tenha transferido para o comprador os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens;
- b) a entidade não mantenha envolvimento continuado na gestão dos bens vendidos em grau normalmente associado à propriedade e tampouco efetivo controle sobre tais bens;
- c) o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade;
- d) for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade; e
- e) as despesas incorridas ou a serem incorridas, referentes à transação, possam ser mensuradas com confiabilidade.

(...)

A receita só deve ser reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade. Em alguns casos específicos isso só pode ser determinado quando do recebimento ou quando a incerteza for removida. Por exemplo, pode ser incerto que uma autoridade governamental estrangeira conceda permissão para que a entidade compradora remeta o pagamento da venda efetuada a um país estrangeiro. Quando a permissão for concedida, a incerteza desaparece e a receita deve ser reconhecida. Entretanto, quando surgir incerteza relativa à realização de valor já reconhecido na receita, o valor incobrável ou a parcela do valor cuja recuperação é improvável deve ser reconhecido como despesa e não como redução do montante da receita originalmente reconhecida.

(...)

Quando a conclusão de uma transação que envolva a prestação de serviços puder ser estimada com confiabilidade, a receita associada à transação deve ser reconhecida tomando por base o estágio de execução (*stage of completion*) da transação ao término do período de reporte. O desfecho de uma transação pode ser estimado com confiabilidade quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- a) o valor da receita puder ser mensurado com confiabilidade;
- b) for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade;
- c) o estágio de execução (*stage of completion*) da transação ao término do período de reporte puder ser mensurado com confiabilidade; e
- d) as despesas incorridas com a transação assim como as despesas para concluí-la puderem ser mensuradas com confiabilidade. A esse respeito ver a ITG 03 – Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) e a Interpretação B – Transações de permuta envolvendo serviços de publicidade (*Barter Transactions*), em anexo a esta Norma.

O reconhecimento da receita com referência ao estágio de execução de uma transação é usualmente denominado como sendo o método

da percentagem completada. Por esse método, a receita é reconhecida nos períodos contábeis em que os serviços são prestados. O reconhecimento da receita nessa base proporciona informação útil sobre a extensão da atividade e o desempenho dos serviços prestados durante o período. A NBC TG 17 também exige o reconhecimento da receita nessa mesma base. As exigências naquela Norma são geralmente aplicáveis ao reconhecimento da receita e dos gastos associados a uma transação que envolva a prestação de serviços.

A receita somente deve ser reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade. Porém, quando surgir incerteza acerca da realização de valor já incluído na receita, o valor incobrável, ou o valor com respeito ao qual a recuperação tenha deixado de ser provável, deve ser reconhecido como despesa, e não como ajuste (dedução) do valor da receita originalmente reconhecida.

O Regulamento do Imposto de Renda, Decreto Federal n.º 3000/99, em relação ao regime de escrituração e ao reconhecimento da receita e da despesa, em seu artigo 251, assim determina:

Art. 251. A pessoa jurídica sujeita à tributação com base no lucro real deve manter escrituração com observância das leis comerciais e fiscais. (Decreto-Lei n. 1.598, de 1977, art. 7º).

Parágrafo único. A escrituração deverá abranger todas as operações do contribuinte, os resultados apurados em suas atividades no território nacional, bem como os lucros, rendimentos e ganhos de capital auferidos no exterior.



Observe que a legislação reguladora, seja ela pertinente à esfera fiscal ou comercial, define como Regime de Escrituração o **Regime de Competência**, tanto para as receitas como para as despesas.

Assim, as receitas devem ser consideradas e/ou registradas na Contabilidade e no Patrimônio no momento em que elas ocorram, isto é, em ato contínuo à emissão da nota ou documento fiscal equivalente, independente do seu recebimento. Veja um exemplo.



Ora, a venda de uma determinada mercadoria para recebimento, parte à vista e parte a prazo, deve ser registrada e conhecida na Contabilidade e no Patrimônio, na data de realização da venda, e pelo seu valor total.

Além da Resolução n.º 750/93, alterada pela Resolução CFC n.º 1.282/2010, do Conselho Federal de Contabilidade e do Regime de Competência, determinado pelo Regulamento do Importo de Renda, Decreto Federal n.º 3000/99, as alterações produzidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei n.º 6.404/76, pela Lei n.º 11.638/07 e pela Lei n.º 11.941/09, também introduziram regras de avaliação e reconhecimento de valores dos bens, direitos e obrigações que formam o elenco patrimonial das entidades. Essas alterações também acabaram por demandar a necessidade de reestruturação do Balanço Patrimonial para o tornar apto a oferecer uma criteriosa avaliação do potencial das empresas. Veja o exemplo.



Se a empresa pagar antecipadamente uma dada despesa, esta não poderá, no momento do pagamento, ser considerada como uma despesa efetiva daquela data, pois, apesar de ter ocorrido o desembolso, a despesa, naquele momento, ainda não incorreu e, neste caso, seu valor será considerado como uma espécie de direito registrado no Ativo para compensações futuras.

Outros exemplos típicos desses fatos contábeis contemplam os aluguéis e os juros pagos antecipadamente, as despesas de seguro com cobertura para períodos posteriores ao mês do pagamento etc.

É importante observar que, apesar de que de acordo com as disposições do Artigo 3º, da Lei n.º 11.638/07, as alterações por ela produzidas no texto da Lei n.º 6.404/76, sujeitarem apenas as sociedades por ações e as empresas de grande porte, isto é, aquelas que possuem ativo total superior a R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões) ou receita bruta anual superior a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), o Comunicado Técnico do Comitê editou o Pronunciamentos Contábeis CPC 01, aprovado pela Resolução n.º 1.159/09, do Conselho Federal de Contabilidade, define que elas sujeitam também as demais empresas, inclusive as constituídas sob a forma de limitada, independentemente da sistemática de tributação por ela adotada.

Por sua vez, a Lei n.º 11.941/09 que, em decorrência dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei n. 11.638/07, altera a legislação Tributária Federal e cria o Regime Tributário de Transição – RTT de apuração do Lucro Real, optativo para o biênio 2008/2009 e obrigatório a partir de 2010, obriga as sociedades de capital aberto, ou seja, aquelas que possuem ações na Bolsa de Valores e as empresas que vierem a optar pelo referido Regime de Tributação.

O Regime Tributário de Transição criado pela Lei n.º 11.941/09, foi extinto, porém, encontrasse tramitando no Congresso Nacional o novo Projeto de Lei, em substituição ao citado Regime Tributário.

### **Seção 3 – Reestruturando os elementos do Balanço Patrimonial**

Até o advento da Lei n.º 11.638/07 e da Lei n.º 11.941/09, as maiores necessidades de reestruturação do Balanço Patrimonial eram verificadas na Classe do Ativo. Porém, com o alinhamento das Normas Brasileiras às Normas Internacionais de Contabilidade, promovido pelos citados Diplomas Legais, essa condição foi substancialmente alterada, em especial, em decorrência do disposto no Inciso III do Artigo 184, inserido

no texto da Lei n.º 6.404/76, pela Lei n.º 11.638/07, ratificado pela Lei n.º 11.941/09, determinando que “as obrigações, os encargos e os riscos classificados no passivo não circulante serão ajustados ao seu valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante”.

Assim, conforme você verá adiante, tanto os elementos integrantes do Ativo, como aqueles que compõem o Passivo Circulante e Não-Circulante, poderão ser reestruturados.

Veja a seguir os grupos, subgrupos e contas que poderão ter seus valores reestruturados.

- 3.1 – Na Classe do Ativo
  - 3.1.1 – Grupo do Ativo Circulante
    - 3.1.1.1 - Bancos
    - 3.1.1.2 – Clientes Ou Duplicatas a Receber
      - 3.1.1.2.1 – Ajustes a Valor Presente (reduzidora)
      - 3.1.1.2.2 – Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (provisão reduzidora)
    - 3.1.1.3 – Estoques
      - 3.1.1.3.1 – Provisão para Ajustes a Valor de Mercado (reduzidora)
      - 3.1.1.3.2 – Ajuste ao Valor Realizável Líquido
    - 3.1.1.4 – Investimentos Temporários de Curto Prazo
      - 3.1.1.4.1 – Ajustes a Valor Presente (reduzidora)
  - 3.1.2 – Grupo do Ativo Não-Circulante
    - 3.1.2.1 – Subgrupo do Ativo Realizável a Longo Prazo
      - 3.1.2.1.1 – Bens e Direitos
      - 3.1.2.1.2 – Ajustes a Valor Presente (reduzidora)
    - 3.1.2.2 – Subgrupo dos Investimentos
    - 3.1.2.3 – Subgrupo do Imobilizado
      - 3.1.2.3.1 – Bens corpóreos em geral
      - 3.1.2.3.2 – Bens objeto de Arrendamento Mercantil
      - 3.1.2.3.3 – Depreciação Acumulada (reduzidora)
    - 3.1.2.4 – Subgrupo do Intangível
      - 3.1.2.4.1 – Fundos de Comércio



- 3.1.2.4.2 – Outros Valores e Direitos classificáveis neste Subgrupo
    - 3.1.2.4.3 – Amortização Acumulada (reduzora)
- 3.2 – Na Classe do Passivo
  - 3.2.1 – Grupo do Passivo Circulante
    - 3.2.1.1 – Obrigações Gerais
      - 3.2.1.1.1 – Ajustes a Valor Presente
    - 3.2.1.2 – Obrigações Provisionadas
      - 3.2.1.2.1 – Valores apurados ou extraídos da DRE
  - 3.2.2 – Subgrupo do Passivo Não-Circulante
    - 3.2.2.1 – Financiamentos de Longo Prazo
      - 3.2.2.1.1 – Ajustes a Valor Presente
    - 3.2.2.2 – Outras Obrigações de Longo Prazo
      - 3.2.2.2.1 – Ajustes a Valor Presente
    - 3.2.2.3 – Receitas Diferidas Líquidas
- 3.3 – Grupo do Patrimônio Líquido
  - 3.3.1 – Capital a Integralizar
  - 3.3.2 – Ações em Tesouraria
  - 3.3.3 – Ajustes de Avaliação Patrimonial
  - 3.3.4 – Reserva de Incentivos Fiscais
  - 3.3.5 – Reservas de Lucros (Lucros Acumulados)
  - 3.3.6 – Prejuízos Acumulados.

Acompanhe, agora, explicações sobre tais contas.

### **3.1 – Na classe do ativo**

Na classe do ativo, seja nas sociedades por ações, empresas de grande portes, ou nas demais sociedades, face às alterações da Lei das Sociedades por Ações – Lei n.º 6.404/76, inseridas pelas Leis n.ºs 11.638/07 e 11.941/09, haverá necessidade de reestruturação em elementos do Ativo Circulante e Não-Circulante, neste ultimo incluídos os Subgrupos do Ativo Realizável a Longo Prazo, Imobilizado e Intangível.

### 3.1.1 – Grupo ativo circulante

No Grupo do Ativo Circulante, antes de começar a reestruturação é preciso observar o disposto no Inciso VIII do Artigo 183, da Lei n.º 6.404/76, inserido pela Lei n.º 11.638/07, determinando que os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo serão ajustados ao seu valor presente, sendo os demais quando houver efeito relevante.

#### 3.1.1.1 – Bancos conta movimento

Diferentemente da conta Caixa, que não pode ter saldo negativo, a conta Bancos Conta Movimento, por causa de limites especiais concedidos pelas instituições financeiras, poderão apresentar saldo negativo. Caso observe-se saldo devedor nestas contas (Bancos), no ato da reestruturação, estas deverão ser deslocadas para o Passivo Circulante com seus respectivos saldos.

#### 3.1.1.2 – Clientes ou duplicatas a receber

Esta precisa ser avaliada na sua composição e considerar as contas que lhe reduzem o valor. São, pois, consideradas redutoras da conta Clientes ou Duplicatas a Receber as contas de Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosas e Ajustes a Valor Presente.

##### 3.1.1.2.1 – Ajustes a valor presente

É importante observarmos um aspecto antes de falarmos acerca do Ajuste a Valor Presente da conta Clientes ou Duplicatas a Receber. Ele consagra, exatamente, o dispositivo descrito no item anterior, isto é, o disposto no Inciso III do Artigo 183 da Lei das Sociedades por Ações – Lei n.º 6.404/76, cuja redação, instituída pela Lei n.º 11.638/07, determina que os elementos do Ativo, tenham seus valores ajustados ao valor presente, quando estes ajustes provocarem efeitos relevantes e/ou quando decorrentes de operações de Longo Prazo.

Entretanto, o Diploma Legal não define o que se considera efeito relevante e, por sua vez, a Norma Brasileira da Contabilidade – NBC T 19.17, aprovada pela Resolução CFC N.º 1.151/09, do Conselho Federal de Contabilidade, nos itens 17 e 18, destaca que é preciso avaliar criteriosamente as bases e fluxos contratuais para que se tenha

razoável grau de certeza, e, o que se considera relevante também seja efetivamente confiável e os resultados das taxas de descontos (ajustes) assegure as características qualitativas do elemento em relação ao fluxo de mercado.

Assim, pode-se definir em relação aos elementos de curto prazo, que a relevância do Ajuste a Valor Presente, dependerá de uma criteriosa avaliação daqueles que preparam e/ou auditam as Demonstrações Contábeis.

A verdade é que, uma vez definido pelo contador a realização do Ajuste a Valor Presente da conta Clientes ou Duplicatas Descontadas, o valor pertinente ao ajuste será considerado na contabilidade registrando-se a **débito** uma conta de Despesas com Ajuste a Valor Presente, tendo como contrapartida, o registro a **crédito** da conta **Provisão para Ajuste a Valor Presente**. A conta **Despesa com Ajuste a Valor Presente** será levada para o resultado e a conta Provisão para Ajustes a Valor Presente figurará no Balanço Patrimonial como redutora da conta Clientes ou Duplicatas a Receber.

Ao ser transportado para o resultado, o valor da conta **Despesas com Ajustes a Valor Presente** diminuirá o Lucro Apurado no Final do Exercício, sem, entretanto, haver desembolso de caixa e/ou das disponibilidades. Portanto, existindo saldo na conta **Provisão para Ajuste a Valor Presente** – redutora da conta Clientes ou Duplicatas Descontadas, na **Reestruturação do Balanço**, seu valor será transportado para o Patrimônio Líquido, aumentando o saldo de uma das contas de Reservas de Lucros ou reduzindo o valor da conta Prejuízos Acumulado.

#### *3.1.1.2.2 – Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosas*

Esta conta também é utilizada, na prática, como uma conta redutora da conta Clientes e/ou Duplicatas a Receber. Tem por finalidade registrar os valores integrantes da conta Clientes e/ou Duplicatas a Receber, vencidos há mais de 06 (seis) meses, valores esses que as empresas ou entidades não possuem mais garantias de receber. Essa condição encontra-se regulada pelo artigo 43 da Lei n. 9.981/95, disciplinados pelos artigos 9º a 12 da Lei n. 9.430/96, Instrução Normativa n.º 93/97, da Receita Federal e pelos artigos 340 a 343 do Regulamento do Imposto de Renda, Decreto Federal n.º 3000/99.

De acordo com o citado Decreto, os créditos de valor até R\$ 5.000,00, vencidos há mais de seis meses, poderão ser deduzidos como despesas e os créditos de valores acima de R\$ 5.000,00 e até R\$ 30.000,00, vencidos há mais de um ano, desde que comprovada a realização dos procedimentos administrativos de cobrança, poderão ser deduzidos como perda.

Porém, para os créditos de valores superiores a R\$ 30.000,00, vencidos há mais de um ano e, desde que comprovada – além dos procedimentos administrativos – a realização daqueles de natureza judicial para a efetiva cobrança, serão levados ao resultado da empresa como despesas, mas, mediante a constituição da provisão correspondente.

Constituída a provisão para devedores duvidosos, seu valor será registrado a crédito no momento do registro na Contabilidade e passará a figurar no Balanço Patrimonial como **conta redutora** da conta Clientes.

Ora! Se o seu valor foi considerado como Provisão para Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa, isto é, uma despesa ou perda, seu registro implicou a redução do lucro final apurado na Demonstração do Resultado do Exercício e, para que a Análise de Balanço se apresente de forma eficaz, ele deverá ser levado ao Patrimônio Líquido, **somando-se ao valor de uma das contas de reserva do lucro** (estatutária, de contingência ou legal), ou na ausência dessas reduzindo o saldo da Conta Prejuízos Acumulados.

### 3.1.1.3 – Estoques

A Lei das Sociedades por Ações – Lei n.º 6.404/76 - determina que os bens em estoque sejam avaliados pelo custo de aquisição ou valor de mercado, dos dois o menor. As novas regras editadas pelas Leis n.º 11.638/07 e 11.941/09 não modificam essa condição, pois, definem que o valor dos estoques devem ser ajustados ao valor de mercado. Porém, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, editou o CPC 16 (R1), estabelecendo, em seu item 9, que os estoques devem ser mensurados pelo valor de custo ou pelo Valor Realizável Líquido, dos dois o **menor**.

A redução do valor de custo dos estoques para o **valor realizável líquido** visa atender o princípio de que os ativos não devem ser escriturados por valores superiores aos que se espera realizar com a sua venda ou seu uso. As estimativas do valor realizável líquido são baseadas nas evidências mais confiáveis disponíveis no momento em que são feitas e levam em consideração a finalidade para a qual o estoque é mantido. Por exemplo, o valor realizável líquido da quantidade de estoque mantido para atender contratos de venda ou de prestação de serviços é baseado no **preço do contrato**.

Uma vez constituída qualquer Provisão Para Ajustes ao Valor Realizável Líquido, dita conta será registrada a crédito, tendo como contrapartida o registro a débito de uma conta de despesa ou perda, e figura no Balanço Patrimonial como conta redutora da conta Estoques de Mercadorias para Revenda. Portanto, na reestruturação, seu valor deverá ser deslocado para o Patrimônio Líquido, reduzindo o saldo da Conta Prejuízos Acumulados, ou, na ausência desta, aumentando o saldo de uma das contas de Reserva de Lucro (Estatutária ou de Contingência).

#### **3.1.1.4 – Investimentos temporários a curto prazo**

Adotar-se-á para as contas deste subgrupo, o mesmo procedimento destacado para a conta Clientes ou Duplicatas a Receber, ou seja, de acordo com as determinações do Inciso III do Artigo 183 da Lei das Sociedades por Ações – Lei n.º 6.404/76, cuja redação instituída pela Lei n.º 11.638/07, determina que os elementos do Ativo, tenham seus valores ajustados ao valor presente, quando estes ajustes provocarem efeitos relevantes e/ou quando decorrentes de operações de Longo Prazo.

Assim, caso as contas deste subgrupo tenham seus valores ajustados a Valor Presente, o reconhecimento na Contabilidade será processado com o registro a Débito da conta de Despesas com Ajuste a Valor Presente, tendo como contrapartida o registro a Crédito da conta Provisão para Ajuste a Valor Presente. Assim como ocorre no caso da conta Clientes, a conta de Despesa com Ajuste a Valor Presente será levada para a apuração do resultado e a conta Provisão para Ajuste a Valor de Presente figurará no Balanço Patrimonial como redutora da respectiva conta de Investimento.

Dessa forma, na Reestruturação do Balanço, o valor da conta Provisão para Ajustes a Valor Presente será transportado para o Patrimônio Líquido, **aumentando o saldo de uma ou mais contas de Reservar de Lucros ou reduzindo o saldo da conta Prejuízos Acumulados.**

### 3.1.1.5 - Subgrupo Despesas de Exercícios Seguintes

As contas ou elementos, registradas neste subgrupo, têm, pois, a função de registrar aquelas despesas ou gastos pagos antecipadamente e que, por força do Regime de Competência, não poderão ser consideradas como tal no momento em que se processou o pagamento, mas, sim, de forma paulatina à medida que as despesas forem sendo incorridas, ou seja, forem sendo apropriadas aos resultados operacionais das empresas ou entidades em cada período de competência.

Costumeiramente, classificam-se neste subgrupo os gastos pagos antecipadamente com aluguéis, seguros, juros, etc., registrando-se os valores correspondentes como uma espécie de direito no Ativo Circulante para apropriações nos períodos ou, meses correspondentes à ocorrência das despesas.

Entretanto, tais valores, por já terem sido desembolsados pela empresa, não representam ou oferecem qualquer possibilidade de fazer face a uma determinada obrigação, pois não oferecem mais nenhum poder de liquidez ou possibilitarão a efetivação de um ou outro pagamento.



Verificando-se, assim, a existência de saldo nas contas deste subgrupo, os respectivos valores, na reestruturação do Balanço Patrimonial, serão reconduzidos ao Patrimônio Líquido e irão aumentar o saldo da conta Prejuízos Acumulados e na ausência desta irão diminuir o saldo de uma das contas de Reserva de Lucro (Estatutária ou de Contingência).

### **3.1.2 – Grupo do ativo não-circulante**

Esta denominação e divisão foi determinada pela Lei n.º 11.638/07 e pela Lei n.º 11.941/09. Neste Grupo estarão presentes os subgrupos do Ativo Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado e o Intangível.

#### **3.1.2.1 – Subgrupo do ativo realizável a longo prazo**

Nas Sociedades Anônimas de capital aberto e/ou nas empresas de grande porte, os valores das contas deste subgrupo, de acordo com o disposto no Inciso VIII, inserido no Artigo 183, da Lei n.º 6.404/76, pela mesma Lei n.º 11.638/07, deverão ser ajustados a valor presente.

A Lei n.º 11.941/09, conforme disposto em seu Artigo 37, não modificou a redação dada pela Lei n.º 11.638/07 ao Inciso VIII, do Artigo 183, da Lei n.º 6.404/76, determinando que “os valores do ativo decorrentes de operações de longo prazo serão ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante”.

Você já viu no item 3.1.1.1.1, que a taxa de desconto e/ou ajuste a valor presente deve ser definida pelo contador ou auditor com a aplicação de critérios rígidos de forma a destacar a necessária relevância e eficácia do procedimento adotado.

Portanto, caso as contas deste subgrupo tenham seus valores ajustados a Valor Presente, o reconhecimento na contabilidade será processado com o registro a Débito da conta de Despesas com Ajuste a Valor Presente, tendo como contrapartida o registro a Crédito da conta Provisão para Ajuste a Valor Presente. Assim como ocorre no caso da conta Clientes, a conta de Despesa com Ajuste a Valor Presente será levada para a apuração do resultado e a conta Provisão para Ajuste a Valor de Presente figurará no Balanço Patrimonial como redutora da respectiva conta de Investimento.

Dessa forma, na Reestruturação do Balanço, o valor da conta Provisão para Ajustes a Valor Presente será transportado para o Patrimônio Líquido, aumentando o saldo de uma ou mais contas de Reservar de Lucros ou reduzindo o saldo da conta Prejuízos Acumulados.



Dois aspectos são importantes considerar para as contas deste Subgrupo do Ativo Realizável a Longo Prazo. O primeiro deles diz respeito à conta Estoques que, caso parte deles esteja classificadas neste Subgrupo, o ajuste tanto pode ser a Valor de Mercado como a Valor Presente.

Em segundo plano é importante observar que em se tratando de instrumentos financeiros decorrentes de operações de longuíssimo prazo, alguns autores recomendam adotar o disposto no § 3º do Artigo 182, da Lei n.º 6.404/76, inserido pela Lei n.º 11.638/07, e mantido pela Lei n.º 11.941/09.

Citado dispositivo determina que “serão classificados como Ajustes de Avaliação Patrimonial, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao Regime de Competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo”.

Neste caso, o reconhecimento do ajuste na Contabilidade (no caso de aumento do valor do bem ou direito) é processado através do registro a Débito do elemento correspondente, tendo como contrapartida o registro a Crédito da conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial. Quando, em decorrência do ajuste, o valor do bem ou direito for reduzido, o reconhecimento na Contabilidade será processado com o registro a Crédito do elemento patrimonial correspondente, tendo como contrapartida o registro a Débito da conta Ajuste de Avaliação Patrimonial.

Assim, como a conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial, é componente integrante do Patrimônio Líquido, neste caso específico, não haverá necessidade de reestruturação de valores no Balanço Patrimonial.

Por força de lei, nos Balanços Patrimoniais das grandes empresas, é possível encontrarmos no Ativo Realizável a Longo Prazo, contas correspondentes ao registro de direitos decorrentes de Incentivos Fiscais. Tais incentivos decorrem de processos de Isenção, Anistia e/ou Remissão de impostos e contribuições e, por essa razão, nem sempre oferecem segurança quanto ao efetivo recebimento de tais valores, não representando assim garantia de liquidez. Quando registrados, tais direitos tinham ou tem como contrapartida uma Reserva no Patrimônio Líquido. Assim,



existindo saldo nestas contas, deve-se proceder a reversão da Reserva e eliminação dos elementos do Balanço para oportunizar maior eficácia de seus elementos.

É importante observar que tal Reserva não pode ser confundida com a Reserva de Incentivos Fiscais instituída ou definida pela Lei n.º 11.638/07 e ratificada pela Lei n.º 11.941/09. A Reserva de Incentivos Fiscais criada pelos citados Diplomas Legais deve ser constituída quando da ocorrência de lucro oriundo de receitas de Subvenções Econômicas recebidas do Governo, haja vista não haver obrigatoriedade de a empresa distribuir esse lucro.

### **3.1.2.2 – Investimentos (permanentes)**

Para as contas do Subgrupo dos Investimentos faz-se necessário observar as novas regras de classificação e avaliação dos elementos do ativo, editadas pelas Leis n.º 11.638/07 e 11.941/09, alterando o texto da Lei n.º 6.404/76.

Primeiramente, o § 3º, inserido ao Artigo 182, da Lei n.º 6.404/76, pela Lei n.º 11.638/07 e, alterado pela Lei n.º 11.941/09, determina que:

Art. 182

(...)

§ 3º Serão classificados como ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos nesta Lei ou, em normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, com base na competência conferida pelo § 3º do art. 177 desta lei.

O Artigo 183, da Lei n.º 6.404/76, com as alterações promovidas pelas Leis n.ºs 11.638/07 e 11.941/09, passou a figurar com a seguinte redação:

## Art. 183

I – as aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, e em direitos e títulos de créditos, classificados no ativo circulante ou no realizável a longo prazo:

- a) pelo seu valor justo, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda; e
- b) pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustados ao valor provável de realização, quando este for inferior, no caso das demais aplicações e os direitos e títulos de crédito;

Segundo o pronunciamento do Professor Elizeu Martins, proferido no último Congresso Brasileiro de Contabilidade, face às novas regras editadas pela Lei n.º 11.638/07, três aspectos são importantes observar para a correta avaliação dos investimentos, quais sejam, Investimentos Permanente, Disponíveis para Venda Imediata e Destinados a Negociação Futura.

Os Investimentos Permanentes devem ser avaliados pelo custo ou, valor de mercado, dos dois, o menor.

Os Disponíveis para Venda Imediata devem ser avaliados a Valor de Mercado, tendo como contrapartida uma conta de resultado e neste caso irá aflorar a Provisão para Ajuste a Valor de Mercado na condição de retificadora do ativo.

Assim, é importante observar que os elementos classificados neste Subgrupo dos Investimentos Permanentes, exceto as Participações Societária que devem ser avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial, quando avaliados a valor justo, conforme definido no § 3º do Artigo 182, da Lei n.º 6.404/76, em caso de aumento de valor, serão reconhecidos na Contabilidade com a realização de lançamento a **Débito** do bem ou direito correspondente, tendo como contrapartida o registro a **Crédito** da conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial integrante do Patrimônio Líquido.

Caso no ajuste o valor do bem ou direito seja reduzido, o reconhecimento na Contabilidade será processado com o

registro a **Crédito** do bem ou direito correspondente, tendo como contrapartida o registro a **Débito** da conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial.

Neste caso, como o acréscimo ou decréscimo do valor do bem ou direito terá como contrapartida o registro de um acréscimo ou decréscimo na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido, **não haverá necessidade de Reestrutura no Balanço para análise.**

Ainda, neste subgrupo, é importante chamar a atenção para os critérios de avaliação pelo Método da Equivalência Patrimonial cuja participação passou de 10% para 20% do capital votante e/ou, quando a investidora tenha influência significativa na administração da investida.

### **3.1.2.3 – Imobilizado**

Neste elenco de contas é preciso observar que, tanto os bens operacionais corpóreos (bens tangíveis, adquiridos, em geral), como naqueles oriundos de Arrendamento Mercantil, a reestruturação deverá ocorrer na conta de Depreciação Acumulada, conforme veremos a seguir.

#### *3.1.2.3.1 – Depreciação acumulada*

Em geral, esta conta tem a finalidade de registrar as parcelas dos valores de aquisição dos bens móveis e imóveis que são utilizados nas operações das entidades face ao desgaste decorrente do uso.

É importante observar que, também, em decorrência das novas regras, editadas pela Lei n.º 11.638/07 e da Lei n.º 11.941/09, o Arrendamento Mercantil passa a ser contabilizado de forma diferente daquela anteriormente aplicada, passando o bem a ser registrado no Imobilizado pelo valor da Nota Fiscal e a diferença entre o valor desta e o montante final incluindo os juros como obrigação no Passivo, utilizando-se uma conta redutora do Passivo – Encargos Financeiros a Transcorrer para anulação dos efeitos dos juros no Patrimônio da entidade.

O importante é que, dessa forma, o bem passa a ser depreciado no mesmo sistema aplicado àqueles adquiridos pela empresa ou recebidos em doação, isto é, respeitando à vida econômica do bem.



Alerta! Acerca da Depreciação, Amortização e Exaustão, é preciso chamar a atenção para as alterações introduzidas pela Lei n.º 11.638/07, no § 3º, do Artigo 183, da Lei 6.404/76, que passou a vigorar com a seguinte redação:

§ 3º A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado, no intangível e no diferido, a fim de que sejam:

I – registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor; ou – revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para o cálculo da depreciação, exaustão e amortização.

Portanto, a Depreciação, Amortização e Exaustão, não mais devem limitar-se às regras fiscais, editadas pela Secretaria da Receita Federal e, sim, considerar a vida útil econômica dos bens.

Considerando, que a mudança de critério para a determinação da vida útil apenas irá provocar a alteração dos valores de Depreciação, Amortização e Exaustão, e isto certamente será alvo de regulamentação pela Legislação Tributária, manteve-se neste Livro Didático os critérios anteriormente adotados, haja vista que os reflexos na aplicação das Técnicas de Análise das Demonstrações Contábeis não se alteraram.

Funcionando como uma espécie de fundo destinado ao reequipamento das entidades, mensalmente uma parcela dos custos de aquisição desses bens é levada ao resultado da empresa, através de um método linear de apuração dos valores correspondentes à Depreciação, tendo como base a tabela editada pela Secretaria da Receita Federal, que define a vida útil dos bens. Vide Artigos 305 a 323 do Regulamento do Imposto de Renda, aprovado pelo Decreto Federal n.º 3000/99, ou, de acordo com a vida econômica do bem. Veja um exemplo.



Para a apuração da parcela e escrituração do fato contábil correspondente ao registro da Depreciação, tenha em mente que determinada entidade possua registrado no seu Ativo Não Circulante, subgrupo Imobilizado, um veículo no valor de R\$ 14.000,00. De acordo com as Resoluções e/ou Portarias da Secretaria da Receita Federal, este é considerado de vida útil igual a 5 (cinco) anos. Assim, 5 (cinco) anos é igual a 60 (sessenta) meses e, tomando-se então o valor de R\$ 14.000,00, deduzindo-se o Valor Residual (neste caso considerado R\$ 2.000,00) e dividindo-o pela quantidade de meses correspondente à vida útil, obtém-se o valor mensal a ser depreciado desses bens, que será igual a R\$ 200,00.

Portanto, mensalmente deve o profissional da Contabilidade proceder ao registro da Depreciação. Para tanto, deve registrar a débito a conta Despesas com Depreciação e a crédito a conta Depreciação Acumulada sobre Veículos, pelo valor de R\$200,00.

---

A conta Despesas com Depreciação será levada para a apuração do resultado e a conta Depreciação Acumulada sobre Veículos será levada ao Balanço Patrimonial, passando a figurar como conta redutora da conta Veículos, reduzindo assim o valor do Ativo Permanente Imobilizado. Tal procedimento ocorrerá em relação a todos os bens móveis registrados neste subgrupo.

Para as contas de Depreciação Acumulada, a reestruturação do Balanço Patrimonial ocorre com a diminuição do valor correspondente de cada um dos elementos integrantes do Imobilizado, que passam a compor o Balanço Patrimonial pelos seus respectivos valores líquidos.

#### *3.1.2.3.2 – Bens objeto de arrendamento mercantil*

Também tratado como leasing, os bens adquiridos através do processo de Arrendamento Mercantil também merecem atenção especial, pois, de acordo com a legislação anterior o leasing era tratado como aluguel e a contabilização como despesa. Com as novas determinações da Lei n.º 11.638/07, os bens decorrentes dessas operações (leasing financeiro) devem ser registrados no

Ativo Imobilizado e, como os demais elementos desse subgrupo, também estarão sujeitos à depreciação.

Assim, na reestruturação do Balanço Patrimonial, as contas de Depreciação Acumulada sobre os elementos desse subgrupo, obedecerão os mesmos procedimentos dos demais elementos integrantes do subgrupo do Imobilizado.

O Comunicado Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis CT 01, aprovado pela Resolução CFC n.º 1.159/09, do Conselho Federal de Contabilidade, em seu item 38, define que o leasing operacional continua sendo contabilizado como despesa.

#### *3.1.2.4 – Intangível*

Este elemento foi inserido pelas alterações produzidas pela Lei n.º 11.638/07, no texto da Lei n.º 6.404/76 e deve contemplar o registro dos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive o Fundo de Comércio adquirido. Devem também ser classificados neste componente do Ativo Não-Circulante, Subgrupo do Intangível, as contas pertinentes a Marcas, Patentes, Direitos Autorais, Direitos de Concessão, de Franquia, Ágio-Reorganização Societária, os Gastos com a realização de projeto para desenvolvimento de novos produtos etc.

Alguns desses elementos como, por exemplo, os Gastos com Projetos para Desenvolvimento de Novos Produtos, estão sujeitos à amortização à medida que produzem seus efeitos e, neste caso, em especial dos elementos que representam gastos desembolsados antecipadamente e que se extinguirão com a amortização, na Reestruturação do Balanço Patrimonial ocorrerá na mesma forma anteriormente aplicada aos elementos integrantes do Subgrupo das Despesas de Exercício Seguinte, ou seja, o valor líquido da Conta ou Elemento, deduzido dos respectivo valor da Amortização Acumulada é levado para o Patrimônio Líquido e irá diminuir o valor ou saldo de uma das Contas de Reservas de Lucros ou aumentará o valor da Conta Prejuízos Acumulados. Sobre os elementos classificados no Subgrupo do Intangível é importante observar o disposto na NBC T. 19.8, aprovada pela Resolução CFC n.º 1.139/08, do Conselho Federal de Contabilidade.

#### *3.1.2.5 – Conta Amortização Acumulada*

A conta amortização acumulada pertinente ao elemento a que corresponde com a reestruturação será zerada no balanço patrimonial. Elementos com vida útil indefinida não são amortizáveis.

### **3.2 – Na classe do passivo**

Com o advento da Lei n.º 11.638/08 e a aprovação da Medida Provisória n.º 449/08, pela Lei n.º 11.941/09, a necessidade de reestruturação dos elementos que integram a Classe do Passivo aumentou, conforme veremos a seguir.

#### **3.2.1 – Passivo circulante**

Para os elementos integrantes do Passivo circulante, assim como no caso dos elementos que integram o Ativo circulante, antes de começar a reestruturação do Balanço Patrimonial, é preciso observar o disposto no Inciso VIII do Artigo 183, da Lei n.º 6.404/76, inserido pela Lei n.º 11.638/07, determinando que os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo serão ajustados ao seu valor presente, sendo os demais quando houver efeito relevante.

Entretanto, o citado Diploma Legal não define o que se considera efeito relevante e, por sua vez, a Norma Brasileira da Contabilidade - NBC T 19.17, aprovada pela Resolução CFC N.º 1.151/09, do Conselho Federal de Contabilidade, nos itens 17 e 18, destaca que é preciso avaliar criteriosamente as bases e fluxos contratuais para que se tenha razoável grau de certeza, e, o que se considera relevante também seja efetivamente confiável e os resultados das taxas de descontos (ajustes) assegure as características qualitativas do elemento em relação ao fluxo de mercado.

Assim, pode-se definir em relação aos elementos de curto prazo, que a relevância do Ajuste a Valor Presente, dependerá de uma criteriosa avaliação daqueles que preparam ou auditam as Demonstrações Contábeis e, estes, em especial, devem levar em consideração as bases contratuais.

O importante é observar que o ajuste dos valores pertinentes aos elementos integrantes do Passivo Circulante somente se fará necessário se estes forem registrados no patrimônio das entidades pelo seu valor futuro, haja vista que, em sendo registrado pelo valor contratual, o correto é proceder a atualização em estrita observância ao princípio da competência e neste caso não haverá necessidade de reestruturação no Balanço Patrimonial.

### 3.2.2 – Grupo do passivo não-circulante

Esta é a denominação dada pela Lei n.º 11.941/09, que alterou alguns dispositivos da Lei n.º 11.638/07 e da Lei n.º 6.404/76, ficando ele composto pelos elementos anteriormente integrantes dos extintos Grupos do Passivo Exigível a Longo Prazo e Resultado de Exercício Futuro, conforme veremos a seguir.

Para as contas deste Grupo é importante observar que, de acordo com o Inciso III do artigo 184, da Lei das Sociedades por Ações, com a nova redação dada pela Lei n.º 11.638/07, mantida pelo Artigo 37 da Lei n.º 11.941/09 determina que “as obrigações, os encargos e os riscos classificados no passivo não circulante serão ajustados ao seu valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante”.

Você, também, deve levar em consideração o disposto no Artigo 183, da Lei n.º 6.404/76, que com as alterações promovidas pelas Leis n.ºs 11.638/07 e 11.941/09, passou a figurar com a seguinte redação:

#### Art. 183

I – as aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, e em direitos e títulos de créditos, classificados no ativo circulante ou no realizável a longo prazo:

- a) pelo seu valor justo, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda; e
- b) pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustados ao valor provável de realização, quando este for inferior, no caso das demais aplicações e os direitos e títulos de crédito;



O Ajuste a Valor Presente dos elementos do Ativo e do Passivo encontram-se regulados pela NBC T 19.17, aprovada pela Resolução CFC n.º 1.151/09, do Conselho Federal de Contabilidade.

Portanto, excetuando-se as Receitas Diferidas Líquidas, que substituíram o extinto Grupo de Resultado de Exercício Futuro e recebem tratamento diferenciado, é preciso chamar a atenção para dois aspectos. Primeiramente, em relação aos Empréstimos ou Financiamentos de Longo Prazo, costumeiramente os valores registrados na contabilidade apresentam-se no valor presente e são atualizados mensalmente pelas planilhas de débitos fornecidas pelos bancos. Neste caso, o Ajuste a Valor Presente está seguindo rigorosamente o regime de competência e neste caso não haverá necessidade de reclassificação dessas contas na reestruturação do Balanço Patrimonial.

Em segundo plano, devemos observar que, apesar de não ser comum, é possível a ocorrência de registro na Contabilidade pelo Valor Futuro da Obrigação. Neste Caso o Ajuste a Valor Presente determinará o registro de uma Receita de Ajuste a Valor Presente, tendo como contrapartida um a Provisão para Ajuste a Valor Presente. A conta de Receita de Ajuste a Valor Presente será levada para o resultado e a conta de Provisão para Ajuste a Valor Presente, figurará no Balanço Patrimonial como redutora da conta correspondente.

Neste caso, haverá necessidade de reclassificação da conta de Provisão para Ajuste a Valor Presente, transportando o saldo da respectiva conta para o Patrimônio Líquido aumento o saldo da conta de Prejuízos Acumulados ou, na ausência desta, reduzindo o saldo de uma das contas de Reservas de Lucros.

Em se tratando de Passivos de longíssimo prazo entende-se se admissível a aplicação do disposto no Artigo 182, da Lei n.º 6.404/76, inserido pela Lei n.º 11.638/07 e alterado pela Lei n.º 11.941/09 assim definindo:

Art. 182

(...)

§ 3º Serão classificados como ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência,

as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos nesta Lei ou, em normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, com base na competência conferida pelo § 3º do art. 177 desta lei.

Neste caso, os ajustes serão registrados nos próprios elementos do Balanço e terão como contrapartida, a Débito e/ou a Crédito a conta a ser utilizada é Ajuste de Avaliação Patrimonial do Patrimônio Líquido, não havendo assim, necessidade reestruturação.

### *3.2.2.1 – Receitas diferidas líquidas*

Denominação dada ao extinto Grupo de Resultado de Exercício Futuro, neste subgrupo do Passivo Não-Circulante, somente são registrados os valores decorrentes de receitas recebidas antecipadamente e, para os quais, não exista, ou a existência seja muito remota, quaisquer possibilidades de devolução.

Como conta costumeiramente registrada neste subgrupo há os aluguéis recebidos antecipadamente.

No Balanço Patrimonial, subgrupo das Receitas e Despesas Diferidas, as contas de receitas vêm sempre acompanhadas daquelas correspondentes aos respectivos custos de geração da receita, de forma que o saldo deste Grupo apresenta-se e/ou considera-se sempre de forma líquida. Por exemplo, se a receita de aluguel for registrada no valor de R\$ 1.000,00, na sequência do Balanço aparecerá o valor dos custos de manutenção do imóvel (de geração da receita), dizendo-se no valor hipotético de R\$ 800,00.

Assim, na apuração do montante que representa o total do Passivo, no Balanço Patrimonial, o subgrupo das Receitas e Despesas Diferidas estará contribuindo apenas com o valor de R\$ 200,00. É importante observar que alguns autores recomendam que se destaque no Balanço Patrimonial apenas essa valor líquido, denominando-se o Subgrupo de Receitas Diferidas.

Considerando que tais valores já foram efetivamente recebidos, pois, caso contrário não seriam ali classificados e, sim, em direitos a receber, para a perfeita reestruturação do Balanço Patrimonial o valor considerado na apuração do valor total do Passivo, isto é, R\$ 2000, será transportado para o Patrimônio

Líquido, reduzindo o saldo da conta Prejuízos Acumulados, ou, na ausência desta, aumentando o saldo de uma das contas de Reserva de Lucros (Contingência ou Estatutária), eliminando este Subgrupo do Balanço Patrimonial.

### **3.3 – Grupo do patrimônio líquido**

Já vimos nas considerações relativas à reclassificação dos grupos e subgrupos anteriores que as contas Prejuízos Acumulados e/ou Reservas de Lucros (Contingência e/ou Estatutária) sofrerão algumas modificações na reestruturação do Balanço Patrimonial para análise.

Além das citadas contas, outro elemento que necessitará ser reclassificado contempla a conta Ações em Tesouraria.

#### **3.3.1– Capital a integralizar**

Nesta conta, adota-se o mesmo tratamento dado à conta Ações em tesouraria, haja vista ter a mesma finalidade de registrar o direito que a entidade tem a receber de seus sócios e/ou acionistas, os valores correspondentes às quotas ou ações por eles subscritas.

#### **3.3.2 – Ações em tesouraria**

Ações em tesouraria é a conta utilizada para registrar o valor das ações da própria entidade que foram por ela mesma adquirida para evitar perda de valor de mercado. Veja, portanto, que são ações do seu próprio capital e, se assim o são, correspondem a valores que deveriam ser integralizados por acionistas e configuram-se um direito que a entidade terá de receber daqueles que venham a subscrevê-las. Existindo saldo nesta conta, ela será reconduzida ao Ativo Circulante no Subgrupo “Outros Créditos”.

#### **3.3.3 – Ajuste de avaliação patrimonial**

Conforme você pode ver, a edição da Lei n.º 11.638/07 está provocando uma verdadeira revolução na Contabilidade em nosso País e, não são poucas as dúvidas e divergências acerca da extensão e da aplicabilidade dessas normas no contexto das organizações brasileiras.

Esta conta passa a integrar o Grupo do Patrimônio Líquido, por forma do § 3º inserido ao Artigo 182 da Lei n.º 6.404/76 pela Lei n.º 11.638/07 e alterado pela Lei n.º 11.941/09 que assim determina:

§ 3º Serão classificados como ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos nesta Lei ou, em normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, com base na competência conferida pelo § 3º do art. 177 desta Lei.

Portanto, esta conta receberá lançamentos a débito e a crédito e terá como contrapartida o lançamento também a débito ou a crédito do elemento correspondente. Por exemplo, se em decorrência do ajuste o valor do bem aumentar, você registrará a Débito o próprio bem e a Crédito a conta Ajustes de Avaliação Patrimonial, pelo mesmo valor. Caso o valor do bem diminua com o ajuste, você Debitará a conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial e, como contrapartida, o lançamento a Crédito do respectivo bem.

Dessa forma, considerando que os valores correspondentes aos ajustes não serão registrados em contas de resultado, na reestruturação do Balanço Patrimonial não haverá necessidade de reclassificação dos valores dessa conta.

### 3.3.4 – Reserva de incentivos fiscais

De acordo com as determinações da Lei n.º 11.638/07, ratificadas pela Lei n.º 11.941/09, foi constituída a Reserva de Incentivos Fiscais que deve ser constituída quando há ocorrência de lucros provenientes do recebimento de Subvenções Econômicas repassadas pelo Governo, em virtude de não haver obrigatoriedade de distribuição do lucro dela decorrente. Entretanto, precisamos nos certificar de que o saldo da conta de Reserva de Incentivos Fiscais é realmente proveniente da geração de lucros pelo recebimento de tais subvenções, pois, neste caso não haverá necessidade de reestruturação de seu saldo.

Porém, caso o saldo da conta de Reserva de Incentivos Fiscais seja proveniente da contrapartida de direitos registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo, originados de ações de Isenção, Anistia e/ou Remissão de Imposto, taxas ou contribuições, haverá necessidade de reestruturação em decorrência das incertezas no recebimento de tais valores.

Para a reestruturação basta promover a reversão da reserva, debitando a Reserva e creditando-se a conta correspondente do Ativo Realizável a Longo Prazo.

### **3.3.5 – Prejuízos acumulados**

Este com os devidos acréscimos e deduções decorrentes da reestruturação dos elementos patrimoniais, passa a figurar com seu valor ajustado, não se podendo esquecer que, com a reclassificação dos valores, poderá ocorrer que seu saldo seja zerado e, até mesmo, surgir uma Reserva de Lucro, caso as reduções sejam maiores que o saldo da conta Prejuízos Acumulados, anteriormente existente no Balanço Patrimonial.

### **3.3.6 – Reservas de Lucro**

As Reservas de Lucros também sofrerão alterações com a reclassificação dos elementos que formam o elenco patrimonial das entidades.

Finalmente, feitas as devidas reclassificações das contas ou elementos que integram o Balanço Patrimonial, o mesmo encontra-se em condições de receber especial atenção e permite, então, uma análise segura e de qualidade a qualquer empresário ou investidor.



## Síntese

Nesta unidade, você estudou que, para a perfeita realização da Análise de Balanço, não é permitido utilizar essa Demonstração Contábil na forma com ela costumeiramente é publicada, necessitando-se, sim, de uma ampla análise e reestruturação de alguns de seus elementos.

Você conheceu que a necessidade de reclassificação dos elementos e reestruturação do Balanço Patrimonial decorre do fato de que alguns elementos, por força da legislação reguladora e da obrigatoriedade da aplicação do Regime da Competência para reconhecimento das receitas e das despesas na Contabilidade, não representam nenhum valor real ou capacidade de liquidez, ou melhor, de pagamento e, por isso mesmo, necessitam ser ajustados.

Você viu, também, que antes do advento da Lei n.º 11.638/07 e da Lei n.º 11.941/09, o maior volume de reclassificação dos elementos ou contas dava-se na Classe do Ativo, na qual existem as aplicações de recursos e é através delas que se pode avaliar a capacidade de liquidez ou pagamento das entidades. Entretanto, com os novos regramentos estabelecidos pelos citados Diplomas Legais essa realidade foi alterada, pois, ampliou-se também o elenco de conta do Passivo que poderão necessitar da reclassificação de seus valores no momento da reestruturação do Balanço Patrimonial para análise de seus componentes.

Aprendeu que, na classe do Ativo, os elementos que necessitaram ser reclassificados para a reestruturação do Balanço Patrimonial são as provisões das contas Clientes ou Duplicatas a Receber e Estoques de Mercadorias para Revenda, Duplicatas Descontadas e Despesas de Exercício Seguinte no Grupo do Ativo Circulante.

No grupo do Ativo não circulante, as contas do subgrupo do Ativo realizável a longo prazo serão reclassificadas quando seus valores forem ajustados a valor presente. Já nos subgrupos do imobilizado e intangível a reclassificação ocorrerá nas contas de depreciação e amortização acumuladas e dos próprios bens e/ou direitos neles registrados.

Identificou que, na Classe do Passivo, os elementos classificados no passivo circulante, somente serão reclassificados em decorrências de eventuais ajustes a valor presente de seus componentes, o mesmo ocorrendo com os elementos pertinentes às obrigações, encargos e riscos integrantes do passivo não circulante. O eventual saldo existente na conta ou subgrupo de Receitas Diferidas será levado para o Patrimônio Líquido aumentando uma das contas de Reservas de Lucros ou, diminuindo o saldo da conta Prejuízos Acumulados. Conheceu que as contas Ações em Tesouraria e Capital a Integralizar, por se constituírem direitos que a empresa possui em relação a terceiros, as mesmas e seus valores devem ser transportados para a Classe do ativo, no subgrupo “Outros Créditos”.

Tomou conhecimento que no Patrimônio Líquido foi também inserida a conta Reserva de Incentivos Fiscais e que o saldo desta, quando decorrentes de Lucros auferidos de Subvenções Econômicas recebidas do Estado, não necessita de reestruturação. Porém, quando o saldo desta decorre de contrapartida de direitos registrados no Ativo realizável a Longo Prazo proveniente de ações de Incentivos Fiscais (isenção, anistia; e remissão), face a insegurança no recebimento efetivo de tais valores, devemos reestruturar tais contas, procedendo-se a reversão da Reserva.

Estudou, ainda, que a conta Prejuízos acumulados, por força da reclassificação de outras contas, sofre uma série de acréscimos e deduções, podendo até ser eliminada, caso as reduções sejam maiores que o saldo nela registrado antes das reclassificações.



## Atividades de autoavaliação

Ao final de cada unidade, você realizará atividades de autoavaliação. O gabarito está disponível no final do livro-didático. Mas se esforce para resolver as atividades sem ajuda do gabarito, pois, assim, você estará promovendo (estimulando) a sua aprendizagem.

1. Tendo por base o conteúdo estudado nesta unidade, defina, em 5 (cinco) linhas, as razões para que se proceda à reestruturação do Balanço Patrimonial, antes de se proceder à análise potencial da entidade.

---

---

---

---

2. Suponha que a empresa Exercitópolis Ltda., tenha divulgado suas Demonstrações Contábeis de 31/12/2006, incluindo o Balanço Patrimonial, e que nele se encontra registrada a conta Seguros a Vencer no valor de R\$ 500,00, no Subgrupo de Despesas de Exercício Seguinte. Você foi destacado para proceder à Análise das Demonstrações Contábeis. Que procedimento adotaria em relação a esta conta?

---

---

---

---

3. Falando em reestruturação do Balanço Patrimonial para análise, que relação é possível se estabelecer entre as contas: Ações em Tesouraria e Capital a Integralizar?

---

---

---

---



- 4) Com base no conteúdo estudado nesta unidade, reestruture o Balanço Patrimonial, utilizando as colunas denominadas REESTR na tabela a seguir.

BALANÇO PATRIMONIAL					
EXERCITÓPOLIS LTDA.					
ATIVO	NORMAL	REESTR.	PASSIVO	NORMAL	REESTR.
<b>CIRCULANTE</b>	<b>124.500,00</b>		<b>CIRCULANTE</b>	<b>104.000,00</b>	
<b>Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<b>72.500,00</b>		<b>Obrigações das Operações</b>	<b>42.000,00</b>	
Caixa	44.000,00		Fornecedores	38.000,00	
Banco Conta Movimento	28.500,00		Fretes a Pagar	4.000,00	
<b>Créditos das Operações</b>	<b>45.000,00</b>				
Cientes	32.000,00		<b>Obrigações Provisionadas</b>	<b>32.000,00</b>	
Estoques	13.000,00		IRPJ a Recolher	1.500,00	
Mercadorias p/Revenda	13.000,00		CSSLL a Recolher	1.500,00	
Investimentos de Curto Prazo			ICMS a Recolher	9.000,00	
Aplicações Financeiras CP			Dividendos a Distribuir	8.000,00	
<b>Outros Créditos</b>	<b>6.500,00</b>		Provisão 13º Salário	6.000,00	
Adiantamentos a Empregado	6.500,00		Provisão de Férias	6.000,00	
Impostos a Recuperar					
ICMS a Recuperar			<b>Outras Obrigações</b>	<b>30.000,00</b>	
PIS e/ou COFINS a Recuperar			Empréstimos Bancários		
<b>Despesas de Exercício Seguinte</b>	<b>500,00</b>		Duplicatas Descontadas	12.000,00	
Seguros a Vencer	500,00		Títulos a Pagar	18.000,00	
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>109.700,00</b>		<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>34.200,00</b>	
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>30.000,00</b>		Financiamentos a Longo Prazo	34.000,00	
Cientes	30.000,00				
Aplicações Financeiras L. P.	0,00		Receitas Diferidas Líquidas	200,00	
<b>Investimentos</b>	<b>48.830,00</b>				
Terreno	48.830,00		<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>96.000,00</b>	
Participações Societárias			Capital Social	61.000,00	

continua...

BALANÇO PATRIMONIAL					
EXERCITÓPOLIS LTDA.					
ATIVO	NORMAL	REESTR.	PASSIVO	NORMAL	REESTR.
<b>Imobilizado</b>	<b>30.600,00</b>		Capital a Integralizar		
Veículo de Cargo	30.000,00		Reservas de Capital		
Depreciação Acumulada s/VC	-3.000,00		Ajuste de Avaliação Patrimonial		
Equipamentos de Informática	4.000,00		<b>Reservas de Lucros</b>	<b>35.000,00</b>	
Depreciação Acumulada s/El	-400,00		Reserva Legal	4.076,00	
<b>Intangível</b>	<b>270,00</b>		Reserva Estatutária	30.924,00	
Gastos C/Projetos Desenvolvimento			Reserva de Incentivos Fiscais		
de Novos Produtos	300,00		Ações em Tesouraria		
Amortização Acumulada S/GPDNP	-30,00				
			Prejuízos Acumulados		
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>234.200,00</b>		<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>234.200,00</b>	



## Saiba mais

Se você pretende ampliar seus conhecimentos em relação ao tema estudado nesta unidade, acesse as referências seguintes:

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem básica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

REIS, Arnaldo Carlos de Rezende. **Demonstrações contábeis: estrutura e análise**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e análise de balanços: fácil**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.



# Análise financeira



## Objetivos de aprendizagem

- Compreender características da Análise financeira, como uma das modalidades de Análise das Demonstrações Contábeis.
- Compreender porque a Análise financeira toma por base os Elementos integrantes do Balanço Patrimonial;
- Verificar quais são os motivos de a Análise financeira ser tratada, por alguns autores, como Análise financeira de balanços.
- Conhecer os processos ou técnicas aplicados na Análise financeira de balanços.
- Interpretar as informações e conclusões extraídas da Análise financeira de balanços e discorrer sobre elas com segurança.
- Conhecer como auxiliar investidores na tomada de decisão.



## Seções de estudo

- Seção 1** As técnicas ou processos utilizados na Análise financeira
- Seção 2** Avaliando a capacidade de liquidez e/ou solvência das entidades
- Seção 3** Os indicadores de estrutura utilizados na Análise financeira



## Para início de estudo

Chegou a hora de iniciar, de forma definitiva, a missão de desenvolver a Análise das Demonstrações Contábeis e interpretação de seus resultados. Você, assim, inicia pela modalidade de Análise que primeiramente interessa a qualquer entidade e/ou investidor, ou seja, a Análise financeira das Demonstrações Contábeis, tendo por base o Balanço Patrimonial.

Você vai observar que alguns autores a tratam como análise financeira de balanços que tem por objetivo avaliar a capacidade de liquidez e/ou solvência ou, ainda, a solvabilidade das entidades, a curto, médio e longo prazo. Falar em liquidez, solvência ou solvabilidade das entidades nada mais é do que avaliar a capacidade que as entidades possuem de saldar seus compromissos para com terceiros, ou seja, a capacidade de pagamento.

Para Reis (2003, p. 108):

A análise de balanços (ou a análise dos demonstrativos contábeis) consiste na comparação de valores isolados ou de grupos de valores constantes dos demonstrativos contábeis, com a finalidade de obter informações sobre a situação econômico-financeira da empresa ou sobre o ritmo de seus negócios.

Segundo Ribeiro (1999, p. 116), “[...] através de estudos e interpretações de dados extraídos das demonstrações financeiras, a análise de balanços tem por finalidade prestar informações sobre a situação econômica e financeira da entidade, para que as pessoas interessadas possam tomar decisões”.

Bons estudos!

## Seção 1 – As técnicas ou processos utilizados na análise financeira

Esta modalidade de Análise tem por fim oferecer elementos ou indicadores capazes de permitir uma correta e segura análise da capacidade de pagamento das entidades. Para você melhor compreender o assunto, veja-o em dois módulos distintos.

No primeiro módulo, você estuda os Índices ou quocientes de liquidez e solvência, isto é, os indicadores de liquidez imediata, seca, corrente e geral, bem como, o indicador de solvência geral.

No segundo módulo, conhece a estrutura de capitais da entidade e, então, estuda os indicadores e/ou quocientes de estrutura, incluindo a participação e/ou garantia de capitais de terceiros, a composição e o grau de endividamento, o grau de imobilização do patrimônio líquido e de recursos não-correntes.



Lembre-se de que a análise por quocientes consiste no estabelecimento de relações entre dois valores representativos dos saldos de contas ou de um grupo de contas, com a finalidade de evidenciar algum aspecto da situação econômica e financeira da entidade. O resultado encontrado representa um índice pelo qual se mede um determinado aspecto que pode ser econômico ou financeiro.

Para Iudícibus (1998, p. 98):

[...] o uso de quocientes tem como finalidade principal permitir ao analista extrair tendências e comparar os quocientes com padrões preestabelecidos. A finalidade da análise é, mais do que retratar o que aconteceu no passado, fornecer algumas bases para inferir o que poderá acontecer no futuro.

Segundo Braga (2003, p. 147),

[...] o estudo sistemático do comportamento da empresa pode ser feito pela comparação intertemporal, pela análise dos conjuntos ou pelo estabelecimento de quocientes ou índices (ratios). A análise por intermédio de quocientes consiste em estabelecer-se uma ‘razão’ entre duas ou mais quantidades monetárias ou físicas.

## Seção 2 – Avaliando a capacidade de liquidez e/ou solvência das entidades

Para avaliar a capacidade de liquidez e/ou solvência ou solvabilidade das entidades, é preciso que você utilize os indicadores destacados na seção anterior, ou seja, aqueles pertinentes à Liquidez Imediata, Liquidez Seca, Liquidez Corrente e Geral e de Solvência Geral.

É importante destacarmos uma exemplificação prática para que você possa visualizar e interpretar com clareza os resultados obtidos com a aplicação de cada uma das fórmulas propostas.

Para tanto, na sequência, vamos considerar o Balanço Patrimonial já reestruturado para a análise.

Tabela 4.1 – Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL REESTRUTURADO					
UNIVERSITÓPOLIS LTDA.					
ATIVO	NORMAL	REESTR.	PASSIVO	NORMAL	REESTR.
<b>CIRCULANTE</b>	<b>124.500,00</b>	<b>124.000,00</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>104.000,00</b>	<b>104.000,00</b>
<b>Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<b>72.500,00</b>	<b>72.500,00</b>	<b>Obrigações das Operações</b>	<b>42.000,00</b>	<b>42.000,00</b>
Caixa	44.000,00	44.000,00	Fornecedores	38.000,00	38.000,00
Banco Conta Movimento	28.500,00	28.500,00	Fretes a Pagar	4.000,00	4.000,00

continua...

BALANÇO PATRIMONIAL REESTRUTURADO					
UNIVERSITÓPOLIS LTDA.					
ATIVO	NORMAL	REESTR.	PASSIVO	NORMAL	REESTR.
<b>Créditos das Operações</b>	<b>45.000,00</b>	45.000,00			
Cientes	32.000,00	32.000,00	<b>Obrigações Provisionadas</b>	<b>32.000,00</b>	<b>32.000,00</b>
Estoques	13.000,00	13.000,00	IRPJ a Recolher	1.500,00	1.500,00
Mercadorias p/Revenda	13.000,00	13.000,00	CSSLL a Recolher	1.500,00	1.500,00
Investimentos de Curto Prazo			ICMS a Recolher	9.000,00	9.000,00
Aplicações Financeiras CP			Dividendos a Distribuir	8.000,00	8.000,00
<b>Outros Créditos</b>	<b>6.500,00</b>	6.500,00	Provisão 13º Salário	6.000,00	6.000,00
Adiantamentos a Empregado	6.500,00	6.500,00	Provisão de Férias	6.000,00	6.000,00
Impostos a Recuperar					
ICMS a Recuperar			<b>Outras Obrigações</b>	<b>30.000,00</b>	30.000,00
PIS e/ou COFINS a Recuperar			Empréstimos Bancários		
<b>Despesas de Exercício Seguinte</b>	<b>500,00</b>	0,00	Duplicatas Descontadas	12.000,00	12.000,00
Seguros a Vencer	500,00	0,00	Títulos a Pagar	18.000,00	18.000,00
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>109.700,00</b>	<b>109.430,00</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>34.200,00</b>	<b>34.000,00</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>30.000,00</b>	30.000,00	Financiamentos a Longo Prazo	34.000,00	34.000,00
Cientes	30.000,00	30.000,00			
Aplicações Financeiras L. P.	0,00	0,00	Receitas Diferidas Líquidas	200,00	0,00
<b>Investimentos</b>	<b>48.830,00</b>	48.830,00			
Terreno	48.830,00	48.830,00	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>96.000,00</b>	95.430,00
Participações Societárias			Capital Social	61.000,00	61.000,00
<b>Imobilizado</b>	<b>30.600,00</b>	30.600,00	Capital a Integralizar		
Veículo de Cargo	30.000,00	27.000,00	Reservas de Capital		
Depreciação Acumulada s/VC	-3.000,00	0,00	Ajuste de Avaliação Patrimonial		
Equipamentos de Informática	4.000,00	3.600,00	<b>Reservas de Lucros</b>	<b>35.000,00</b>	34.430,00

continua...



BALANÇO PATRIMONIAL REESTRUTURADO					
UNIVERSITÓPOLIS LTDA.					
ATIVO	NORMAL	REESTR.	PASSIVO	NORMAL	REESTR.
Depreciação Acumulada s/El	-400,00	0,00	Reserva Legal	4.076,00	4.076,00
<b>Intangível</b>	<b>270,00</b>	0,00	Reserva Estatutária	30.924,00	30.354,00
Gastos C/Projetos Desenvolvimento			Reserva de Incentivos Fiscais		
de Novos Produtos	300,00	0,00	Ações em Tesouraria		
Amortização Acumulada S/GPDNP	-30,00	0,00			
			Prejuízos Acumulados		
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>234.200,00</b>	<b>233.430,00</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>234.200,00</b>	<b>233.430,00</b>

Observe que, com a reestruturação, o Balanço Patrimonial não perde sua condição de equilíbrio. Porém você deve estar se perguntando: Como pode a situação patrimonial mudar de um total de R\$ 234.200,00 para R\$ 233.430,00 no Ativo e no Passivo? Tal situação ocorre em função da reestruturação das contas ou elementos, ocorrendo o processo de mudança com a reclassificação e reestruturação. Neste caso, das seguintes contas:

Quadro 4.1 – Reclassificação e reestruturação das contas

<b>Despesas de Exercício Seguinte</b>	Com a reclassificação da Conta “Seguros a Vencer” para o Patrimônio Líquido, seu valor desaparece do Balanço Patrimonial e, com isso, o Subgrupo das Contas de Despesas de Exercício Seguinte fica com seu saldo zerado no Ativo Circulante
<b>Seguros a Vencer</b>	De acordo com as Técnicas de Reestruturação do Balanço Patrimonial e, tendo em vista tratar-se de valor já desembolsado pela entidade (empresa), seu valor é levado para o Patrimônio Líquido, diminuindo o saldo da Conta de Reserva de Lucros, no mesmo valor.
<b>Imobilizado</b>	Seu valor foi ajustado com a Reestruturação do Balanço Patrimonial passando os bens a figurarem pelos seus valores líquidos, isto é, deduzido dos valores correspondentes às Depreciações Acumuladas.
<b>Veículo</b>	Passa a figurar no Balanço Patrimonial pelo seu valor Líquido, ou seja, deduzido do valor correspondente à Depreciação Acumulada S/Veículos. (R\$ 30.000,00 – R\$ 3.000,00 = R\$ 27.000,00).
<b>Depreciação Acumulada</b>	Todas as Contas de Depreciação Acumulada tem seus saldos zerados, passando os bens a figurarem pelos seus respectivos valores líquidos.
<b>Equipamento de Informática</b>	Adotando-se o mesmo procedimento e/ou critério aplicado na Conta Veículos, estes bens têm seus valores deduzidos daqueles correspondentes à Depreciação Acumulada e passam a figurar no Balanço Patrimonial pelos respectivos valores líquidos.

<b>Intangível</b>	Se o elemento registrado neste Subgrupo do Ativo Não Circulante corresponder a Gastos desembolsados antecipadamente, como é o caso dos Gastos com Projeto para o Desenvolvimento de Novos Produtos, eles estão sujeitos à Amortização por período inferior a cinco anos, conforme determinado pelo Regulamento do Imposto de Renda. Neste caso as Contas correspondentes aos Gastos Antecipados (somente aqueles que se extinguem com a amortização) por se tratar de valores já desembolsados pela empresa, seu saldo líquido (deduzido dos valores correspondentes à Amortização Acumulada) foi levado para o Patrimônio Líquido e deduzirá o valor de uma das contas de Reserva ou aumentará o Prejuízo Acumulado, razão pela qual este Subgrupo passou a figurar no Balanço Patrimonial Reestruturado com saldo zerado.
<b>Gastos com Projeto p/ Desenvolvimento de Novos Produtos</b>	Tratando-se de valores já desembolsados pela entidade que, portanto, não oferecem mais qualquer capacidade de liquidez ou pagamento, seu valor líquido (deduzido do valor da Amortização Acumulada) é levado para o Patrimônio Líquido e diminuirá o saldo de uma das contas de Reservas de Lucros ou aumentará o saldo da Conta Prejuízos Acumulados.
<b>Amortização Acumulada S/ Gastos com Projeto PDNP</b>	Com a reclassificação da Conta Gastos com Projeto p/Desenvolvimento de Novos Produtos, esta Conta tem seu saldo zerado na Classe do Ativo, Grupo do Ativo Não Circulante, Subgrupo do Intangível.
<b>Receitas Diferidas Líquidas</b>	Conta classificada no Passivo Não Circulante que corresponde ao Lucro decorrente de uma Receita recebida antecipadamente, que só não foi reconhecido no Resultado por força da lei. Como os recursos já foram recebidos pela entidade, seu saldo é levado para o Patrimônio Líquido e aumentará o valor de uma das Contas de Reservas de Lucros ou diminuirá o valor da Conta Prejuízos Acumulados.
<b>Reserva de Lucros Estatutária</b>	Foi ajustado com a adição do valor de R\$ 200,00, oriundo da Conta Receitas Diferidas Líquidas e reduzido o seu valor em decorrência das reclassificações das Contas Seguros a Vencer no valor de R\$ 500,00 e Gasto com Projetos P/JDesenvolvimento de Novos Produtos no valor de R\$ 270,00, ficando assim o valor da Reserva de Lucros Estatutária: $R\$ 30.924,00 + R\$ 200,00 - (R\$ 500,00 + R\$ 270,00) = R\$ 30.354,00$ .
<b>Prejuízos Acumulados</b>	Esta Conta, caso apareça no Balanço Patrimonial, também poderá ter seu saldo modificado com a Reestruturação do Balanço Patrimonial

## 2.1 – Liquidez imediata

O indicador de Liquidez imediata (Li) tem por fim avaliar a capacidade de pagamento das entidades no curtíssimo prazo (prazo imediato, 30 ou 60dd) e consiste na relação que se processa entre as disponibilidades, caixa e bancos, e o Passivo Circulante. A fórmula e a interpretação são as que seguem:

**Fórmula:**

$$Li = \frac{\text{Disponibilidades (Caixa e Equivalente de Caixa)}}{\text{Passivo Circulante}}$$

**Interpretação:** Tal quociente, Li, revela que a empresa possui X reais de disponibilidades, registradas no Ativo circulante para saldar cada real de dívida existente no Passivo circulante. Agora você está em condições de proceder à análise efetiva da empresa Universitópolis Ltda. Veja, então, através dos Índices de liquidez, como avaliar sua capacidade de pagamento.

Considerando a Fórmula:

$$Li = \frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$Li = \frac{\text{R\$ } 72.500,00}{\text{R\$ } 104.000,00} = \text{R\$ } 0,69$$

**Interpretação:** A empresa possui R\$ 0,69 (sessenta e nove centavos de real) de disponibilidades registradas no Ativo circulante, para pagar seus compromissos registrados no Passivo circulante. Em outras palavras, a empresa não terá condições de saldar seus compromissos em curtíssimo prazo, pois possui apenas R\$ 0,69 (sessenta e nove centavos) de disponibilidade para cada R\$ 1,00 (um real) de dívida registrada no Passivo circulante.

## 2.2 – Liquidez seca

A Liquidez seca (Ls) contempla a relação que se processa entre o Ativo circulante, deduzido dos valores relativos aos estoques de mercadorias para revenda, dividido pelo passivo circulante. Veja a fórmula de cálculo:

**Fórmula:**

$$Ls = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$$

**Interpretação:** Tal quociente, Ls, revela que a empresa possui X reais de bens e direitos, registrados no Ativo circulante, excluídos os estoques, para saldar cada real de dívida registrada no Passivo circulante.

Um detalhe importante diz respeito ao fato de que, se você está analisando a capacidade de liquidez e/ou pagamento da entidade, este índice trabalha com os elementos integrantes do Ativo Circulante, dele excluindo os estoques, porque estes ainda precisam ser vendidos para que possam ser transformados em disponibilidades, ou seja, para que possam oferecer capacidade efetiva de pagamento.

Assim como a Liquidez imediata, quanto maior for este índice, melhor será.

Continuando, no Balanço Patrimonial destacado no item anterior há:

Dados:

Ativo Circulante ..... R\$ 124.000,00

Estoques ..... R\$ 13.000,00

Passivo Circulante ..... R\$ 104.000,00

$$L_s = \frac{\text{R\$ 124.000,00} - \text{R\$ 13.000,00}}{\text{R\$ 104.000,00}} = \text{R\$ 1,07}$$

Observe, portanto, que, excluídos os valores dos estoques que ainda precisarão ser vendidos para se transformarem em disponibilidades, o resultado apurado indica que a empresa em estudo possui um real e sete centavos de bens e direitos integrados no Ativo circulante para cada real de dívida registrada no Passivo circulante, o que significa que ela não necessitará vender seus estoques, pois, mesmo sem folga, ela conseguirá honrar seus compromissos de curto prazo, isto é, nos doze meses seguintes à elaboração do Balanço Patrimonial.

## 2.3 – Liquidez corrente

Conforme se denomina, a Liquidez corrente (Lc) toma por base os recursos correntes da entidade, ou seja, aqueles em circulação, e consiste na relação que se processa entre os elementos do Ativo circulante e aqueles registrados no Passivo circulante. Eis a fórmula:

$$L_c = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

**Interpretação:** Tal quociente,  $L_c$ , revela que a empresa possui X reais de bens e direitos, registrados no Ativo circulante, para saldar cada real de dívida de curto prazo registrada no Passivo circulante.

Assim como os Índices de Liquidez imediata e corrente, quanto maior for este índice, melhor é.

Destacando os dados de Balanço Patrimonial adotado, tem-se:

Dados:

Ativo Circulante .....R\$ 124.000,00

Passivo Circulante .....R\$ 104.000,00

$$L_c = \frac{\text{R\$ 124.000,00}}{\text{R\$ 104.000,00}} = \text{R\$ 1,19}$$

O resultado apurado mostra que a empresa em estudos, em curto prazo, desde que venda com regularidade seus estoques, não terá problemas para saldar suas obrigações de curto prazo, pois para cada real de dívida registrada no Passivo circulante, ela possui um real e dezenove centavos de real, de bens e direito registrados no Ativo circulante.

Em outras palavras, processadas regularmente as vendas, sem o ingresso de novas obrigações, a entidade, mesmo com apenas uma pequena folga, conseguirá pagar suas dívidas.

## 2.4 – Liquidez geral

A Liquidez geral ( $L_g$ ) não se limita a avaliar a capacidade de liquidez e/ou pagamento da entidade no curto prazo; contempla, pois, a relação que se processa entre o Ativo circulante, adicionado ao Ativo Realizável a Longo Prazo, dividido pelo Passivo circulante mais o Passivo não circulante.

Em síntese, este índice tem por objetivo mostrar a capacidade de liquidez e/ou pagamento, em curto, médio e longo prazo.

Observe a fórmula de cálculo:

**Fórmula:**

$$Lg = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

**Interpretação:** Este índice, Lg, revela que a empresa possui X reais de bens e direitos, registrados no Ativo circulante e no Ativo Realizável a Longo Prazo, para saldar cada real de dívida registrada no Passivo circulante e no Passivo não circulante.

Portanto, observe que este índice, para analisar a capacidade de pagamento da entidade, leva em consideração os elementos que formam o giro de seu capital, giro este de curto, médio e longo prazo. Assim como os demais índices de Liquidez, este, também, quanto maior for, melhor será.

Retornando ao Balanço Patrimonial padrão, destacam-se os seguintes dados:

Dados:

Ativo Circulante .....R\$ 124.000,00

Ativo Realizável a Longo Prazo .....R\$ 30.000,00

Passivo Circulante .....R\$ 104.000,00

Passivo Não Circulante.....R\$ 34.000,00

$$Lg = \frac{R\$ 124.000,00 + R\$ 30.000,00}{R\$ 104.000,00 + R\$ 34.000,00} = R\$ 1,12$$

Ao observar os elementos que integram o giro de curto e longo prazo, atente que a situação de liquidez e a capacidade de pagamento da entidade praticamente se mantém estabilizada, pois, para cada real de dívida de curto, médio e longo prazo

registrada no Passivo não circulante, **ela possui um real e doze centavos de real**, de bens e direitos registrados nos Ativos Circulante e Realizável a Longo Prazo.

Assim, a entidade também não terá dificuldades de obter apoio financeiro junto às instituições bancárias, caso necessite.

## 2.5 – Solvência geral

Os índices de liquidez visam avaliar a capacidade da entidade, tendo por base os elementos que se movimentam ao longo do ciclo operacional da mesma, isto é - conforme você estudou anteriormente - aqueles que integram o giro de curto, médio e longo prazo, desprezando, portanto, aqueles considerados de caráter permanente evidenciados no Balanço Patrimonial.

A solvência procura avaliar a capacidade de pagamento da entidade em um dado momento, ou seja, como se ela fosse encerrar suas atividades naquela data.

A Solvência geral (Sg) consiste na relação que se processa entre o Ativo total, dividido pelo Passivo circulante mais o Passivo não circulante, ou seja, pelos capitais de terceiros. Acompanhe a fórmula de cálculo:

**Fórmula:**

$$Sg = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante ou Capitais de Terceiros}}$$

**Interpretação:** Assim como os índices de liquidez, quanto maior o índice, melhor será, e o ideal é que o índice de Solvência geral, Sg, seja, no mínimo, superior a 1,5.

O índice de Solvência revela que a empresa possui X reais de bens e direitos, registrados no Ativo, para saldar cada real de dívida registrada no Passivo circulante e no Passivo não circulante. Ou seja, se a entidade encerrar suas atividades naquele momento, ela terá, ou não, capacidade de pagar suas dívidas.

Volte, então, ao Balanço Patrimonial padrão, estruturado, que apresenta os seguintes elementos:

Dados:

Ativo Total ..... R\$ 233.430,00

Passivo Circulante ..... R\$ 104.000,00

Passivo Não Circulante..... R\$ 34.000,00

$$Sg = \frac{R\$ 233.430,00}{R\$ 104.000,00 + R\$ 34.000,00s} = R\$ 1,69$$

Observe que o índice ou quociente, Sg, obtido, revela que se a entidade encerrasse suas atividades nesta data, vendendo seus bens e recebendo seus direitos, não teria problemas para honrar seus compromissos para com terceiros, pois seu Ativo é 69% (sessenta e nove por cento) superior às suas obrigações registradas nos Passivos circulante e não circulante.

Seguindo a interpretação tradicional, você pode afirmar que, para cada real de dívida de curto, médio e longo prazo, registrada nos Passivos circulante e não circulante,, a entidade ou empresa possui um real e sessenta e nove centavos de bens e direitos registrados em seu Ativo para saldar suas obrigações, isto é, mantém um excelente índice ou capacidade de solvência.

### Seção 3 – Os indicadores de estrutura utilizados na Análise Financeira

Você já viu que, no Balanço Patrimonial, no lado do Passivo estão as origens de recursos, isto é, onde ou de quem a entidade obteve os recursos que formam o Patrimônio, enquanto que o lado do Ativo contempla ou mostra em que ou onde os capitais da empresa foram ou estão aplicados.



Então, da relação entre os capitais próprios, ou seja, aqueles aplicados pelos sócios ou gerados pela empresa e aqueles oriundos de terceiros, é preciso verificar quem investiu mais na entidade, se os proprietários ou se pessoas estranhas ao negócio.

Portanto, através dos índices de estrutura, é possível observar o grau de endividamento da entidade e a relação entre os capitais próprios e aqueles oriundos de terceiros.

Os seguintes índices de estrutura são agora estudados por você: o grau de imobilização, o grau de imobilização de recursos não-correntes, o grau de endividamento, a composição do endividamento, a participação de capitais de terceiros e a garantia de capitais de terceiros. Acompanhe.

### **3.1 – Grau de imobilização de recursos próprios**

O Grau de imobilização de recursos próprios (GIrp) é a relação que processamos entre os elementos do Ativo Fixo, menos os financiamentos de longo prazo, multiplicado por 100, dividido pelo Patrimônio Líquido, ou capitais próprios. Veja a fórmula para seu cálculo:

**Fórmula:**

$$GIrp = \frac{\text{Ativo Fixo} - \text{Financiamentos de Longo Prazo} \times 100}{\text{Patrimônio Líquido} - PL}$$

Onde: Ativo Fixo = Somatório dos Subgrupos Investimentos, Imobilizado e Intangível, ou Ativo Não Circulante, menos o Ativo Realizável a Longo Prazo.

**Interpretação:** Este Índice, GIrp, quanto menor, melhor é para a entidade, pois significa que ela está aplicando mais recursos próprios no giro de seus negócios do que nos componentes do seu Ativo Fixo, isto é, imobiliza menos do que aplica no seu objeto.

O resultado apurado com a aplicação da fórmula anterior mostra que, para cada cem reais de recursos próprios aplicados na

empresa, X reais, ou X por cento, foram destinados ao Ativo Fixo sobrando Y reais, ou Y por cento, para aplicação no giro dos negócios.

É preciso, assim, retornar ao Balanço Patrimonial padrão, ou seja, aquele estruturado e disponibilizado na Seção 3, para extrair os seguintes elementos:

#### Dados:

Financiamentos de Longo Prazo .....	R\$ 34.000,00
Investimentos .....	R\$ 48.830,00
Intangível.....	R\$ 0,00
Imobilizado .....	R\$ 30.600,00
Patrimônio Líquido .....	R\$ 95.430,00

$$GI_{rp} = \frac{(R\$ 48.830,00 + R\$ 30.600,00 + R\$ 0,00) - R\$ 34.000,00 \times 100}{R\$ 95.430,00} = 47,60\%$$

**Interpretação:** Observando o resultado apurado é possível assegurar que, 47,60% de recursos próprios foram aplicados no Ativo Fixo, restando 52,40%, para aplicação no giro dos negócios.

### 3.2 – Grau de imobilização de recursos não-correntes

O Grau de imobilização de recursos não-correntes (GI<sub>rnc</sub>) consagra a relação processada entre o Ativo fixo, multiplicado por cem, dividido pelo Patrimônio líquido adicionado ao valor dos financiamentos de longo prazo. Eis sua fórmula de cálculo:

#### Fórmula

$$GI_{rp} = \frac{\text{Ativo Fixo} \times 100}{\text{Patrimônio Líquido} + \text{Financiamento LP}}$$

**Interpretação:** O resultado apurado da operação acima revela que, para cada R\$ 100,00 de recursos próprios e de terceiros investidos na entidade, X reais ou X% foram aplicados nos elementos do Ativo fixo, e Y reais ou Y% destinados ao giro dos negócios.

Mais uma vez é preciso retornar ao Balanço Patrimonial padrão, e extrair os dados necessários à obtenção do índice relativo ao Grau de imobilização de recursos não correntes.

**Dados:**

Ativo Não Circulante ..... R\$ 109.430,00

Ativo Realizável a Longo Prazo .....R\$ 30.000,00

Patrimônio Líquido ..... R\$ 95.430,00

Financiamento de Longo Prazo .....R\$ 34.000,00

Ativo Fixo = Ativo Não Circulante – Ativo Realizável a Longo Prazo

$$GI_{rp} = \frac{R\$ 109.430,00 - R\$ 30.000,00 \times 100}{R\$ 95.430,00 + R\$ 34.000,00} = R\$ 61,37 \text{ ou } 61,37\%$$

**Interpretação:** Assim, veja que de cada R\$ 100,00 de capitais próprios e de terceiros, (Patrimônio Líquido mais financiamento de longo prazo = R\$ 95.430,00 + R\$ 34.000,00), R\$ 61,37 (sessenta e um reais e trinta e sete centavos) ou 61,37% (sessenta e um vírgula trinta e sete por cento) foram destinados aos elementos do Ativo fixo, restando, R\$ 38,63 (trinta e oito reais e sessenta e três) ou 38,63% (trinta e oito vírgula sessenta e três por cento) para o giro dos negócios da entidade.

Levando em consideração o índice ou quociente apurado, observe, portanto, que a empresa vem aplicando corretamente seus recursos, haja vista manter um perfeito controle acerca da utilização de seus capitais.

### 3.3 – Grau de endividamento

Assim como o índice de imobilização de recursos, o índice relativo ao grau de endividamento (GE), também, quanto menor, melhor é para a entidade, pois significa que ela está aplicando corretamente seus recursos e mantém uma promissora situação em relação aos compromissos assumidos com terceiros, ou, ainda, que ela não está necessitando recorrer a financiamentos ou empréstimos de terceiros.

O índice relativo ao grau de endividamento contempla a relação entre os capitais de terceiros, isto é, o Passivo circulante e o passivo não circulante, dividido pelo Ativo total. A fórmula para seu cálculo é a seguinte:

**Fórmula:**

$$GE = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Ativo Total}}$$

**Interpretação:** Este Índice, GE indica quanto a entidade possui de dívidas registradas nos Passivos circulante e não circulante, para cada R\$ 1,00 de bens e direitos registrados em seu Ativo.

Extraíndo os dados de Balanço Patrimonial padrão:

**Dados:**

Passivo Circulante .....R\$ 104.000,00

Passivo Não Circulante.....R\$ 34.000,00

Ativo

Total ..... R\$ 233.430,00

$$GE = \frac{R\$ 104.000,00 + 34.000,00}{R\$ 233.430,00} = 0,59$$

Interpretação: Analisando o resultado obtido, observe que, para cada R\$ 100,00 de bens e direitos registrados no Ativo da entidade, R\$ 59,00 (cinquenta e nove reais) ou 59% (cinquenta

e nove por cento) estão comprometidos para pagamento de obrigações para com terceiros, e R\$ 41,00 (quarenta e um reais) ou 41% (quarenta e um por cento) contemplando os Capitais próprios da entidade.



---

Conforme já destacado, este Índice, quanto menor, melhor, sendo plenamente desaconselhável o mesmo chegar a 1 (um inteiro), pois haveria uma situação de inexistência de Capitais Próprios, pois todo o Ativo da entidade estaria comprometido com dívidas para com terceiros.

---

Também é possível você obter este resultado em forma de porcentagem, bastando que o dividendo seja multiplicado por cem.

### 3.4 – Quociente de participação de capitais de terceiros

O quociente de participação de capitais de terceiros ( $Q_{pct}$ ) consagra a relação entre os capitais de terceiros, isto é, os Passivos circulante e não circulante e os capitais próprios, ou seja, o Patrimônio líquido (PL), e revela qual a proporção existente entre esses capitais, vale dizer, quanto a entidade ou empresa utiliza de capitais de terceiros para cada real de Capital Próprio. **Alguns autores o tratam como Grau de endividamento.** Veja a fórmula de cálculo:

**Fórmula:**

$$Q_{pct} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Não Circulante}}{\text{Patrimônio Líquido (PL)}}$$

**Interpretação:** Conforme destacado, este Índice revela quanto a empresa utiliza de capitais de terceiros para cada real, ou cem reais de capital próprio nela investidos.

Extraindo os dados do Balanço Patrimonial utilizado como padrão:

**Dados:**

Passivo Circulante .....R\$ 104.000,00

Passivo Não Circulante.....R\$ 34.000,00

Patrimônio Líquido ..... R\$ 95.430,00

$$GI_{rp} = \frac{R\$ 104.000,00 + R\$ 34.000,00 \times 100}{R\$ 95.430,00} = 1,45$$

**Interpretação:** O resultado alcançado revela que, para cada R\$ 1,00 (um real) de capital próprio aplicado na entidade, ela utiliza R\$ 1,45 (um real e quarenta e cinco centavos) de Capitais de Terceiros.

**Atenção:** É importante observar que alguns autores denominam este quociente como endividamento e o utilizam no cálculo do Fator de Insolvência pelo Método de KANITZ, conforme veremos a seguir.

### 3.5 – Composição do endividamento

O índice ou quociente relativo à composição do endividamento revela a relação entre as obrigações de curto prazo e as obrigações totais da entidade. Assim, sabendo-se que curto prazo significa ou corresponde a desembolso a ser realizado no decorrer do exercício seguinte à realização do Balanço Patrimonial, para as entidades, de forma geral, este índice deve ser o menor possível, ou seja, quanto menor, melhor, pois significa que a entidade terá menos compromissos a cumprir a curto prazo do que registrados a longo prazo. A fórmula de cálculo é a seguinte:

**Fórmula:**

$$CE = \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

**Interpretação:** Tal índice mostra quanto ou qual o percentual das dívidas registradas a curto prazo em relação ao total das obrigações da entidade.

Extraindo os dados do Balanço Patrimonial padrão:

Dados: Passivo Circulante .....R\$ 104.000,00

Passivo Não Circulante.....R\$ 34.000,00

$$CE = \frac{R\$ 104.000,00}{R\$ 104.000,00 + R\$ 34.000,00} = 75,36$$

**Interpretação:** Observe que, para cada R\$ 100,00 de dívidas da entidade estudada, ela possui R\$ 75,36 (setenta e cinco reais e trinta e seis centavos), ou 75,36% (setenta e cinco vírgula trinta e seis por cento), registradas no Passivo circulante e, portanto, devem ser liquidadas a curto prazo.

Isto significa que a situação da empresa em comento não é das melhores, pois suas dívidas exigíveis a curto prazo são bem superiores àquelas registradas a longo prazo e, para que ela não tenha dificuldades em saldá-las, seus índices de liquidez, especialmente aqueles relativos à Liquidez seca e corrente, devem ser superiores a 1 (um inteiro), pois, caso contrário ela terá que recorrer ao mercado financeiro para obter recursos para pagar suas dívidas.

### 3.6 – Garantia de capitais de terceiros

Este índice, garantia de capitais de terceiros, fecha a relação de indicadores de Análise financeira de balanço e mostra quanto a empresa ou entidade oferece de garantia de capitais próprios para cada real ou cem reais de capitais de terceiros nela investidos.

Assim, contempla a relação que se processa entre os capitais próprios, patrimônio líquido e os capitais de terceiros, ou seja, o Passivo circulante adicionado ao Passivo não circulante. Sua fórmula de cálculo é a seguinte:

**Fórmula:**

$$G_{ct} = \frac{\text{Patrimônio Líquido (PL)}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

**Interpretação:** Conforme estudado, este Índice mostra quanto a entidade oferece como garantia de seus capitais próprios, para cada real, ou cada cem reais de recursos de terceiros nela investidos.

Extraindo os dados de Balanço Patrimonial, tem-se:

**Dados:**

Passivo Circulante .....R\$ 104.000,00

Passivo Não Circulante.....R\$ 34.000,00

Patrimônio Líquido = PL ..... R\$ 95.430,00

$$G_{ct} = \frac{\text{R\$ 95.430,00}}{\text{R\$ 104.000,00} + \text{R\$ 34.000,00}} = \text{R\$ 0,69}$$

**Interpretação:** Conforme o resultado obtido, veja que, para cada R\$ 1,00 de recursos de terceiros investidos na entidade, ela oferece R\$ 0,69 (sessenta e nove centavos), ou 69% (sessenta e nove por cento) de garantia com seus capitais próprios.

Também atente que, se o resultado obtido apresentar uma paridade entre o divisor e o dividendo, ou seja, se ele for igual a 1 (um inteiro), isto é, garantia de um real de capitais próprios para cada real de dívida, a entidade apresenta-se dentro de um parâmetro considerado aceitável. Porém, este Índice não é diferente dos demais índices de estrutura e, assim, quanto maior, melhor será para a entidade.





## Síntese

Nesta unidade, você efetivamente iniciou a Análise das Demonstrações Contábeis de uma entidade e também observou que, se o Balanço Patrimonial apresenta o Patrimônio das entidades num dado momento, ou seja, uma posição estática, a Análise financeira dos elementos que compõem este mesmo Balanço oferece uma visão de sua capacidade de liquidez ou solvência e da estrutura composicional de seus capitais, também refletidos numa condição de Estática Patrimonial.

Você estudou que os índices de liquidez demonstram a capacidade que a entidade possui de saldar seus compromissos de curto, médio e longo prazos, enquanto que o índice de solvência geral reflete essa capacidade, focando uma situação de extinção das atividades dessa mesma entidade em um dado momento.

Se estes índices visam demonstrar a capacidade de pagamento e contemplam a relação entre os elementos integrantes dos Ativos circulante e realizável a longo prazo e aqueles que compõem os Passivos circulante e não circulante, e estes dois últimos representam as obrigações da entidade e contemplam o divisor nesta relação, claro está que os índices de liquidez e solvência, quanto maiores, melhor é para a entidade.

Em relação ao índice de estrutura, o índice ou quociente relativos ao grau de imobilização, você identificou que este mostra quanto a empresa ou entidade está imobilizando de seu capital e dos capitais de terceiros e quanto está reservando para o giro de seus negócios. O grau de imobilização de recursos não correntes apresenta o nível de imobilização desses mesmos capitais, adicionando ao Patrimônio Líquido o valor correspondente aos Financiamentos de Longo Prazo, pois estes são contraídos geralmente, para aplicação em itens vinculados à expansão dos negócios da empresa.

Você conheceu que o grau de endividamento reflete quanto a entidade possui de bens e direitos registrados em seu Ativo total para honrar suas obrigações para com terceiros. Portanto quanto menor este índice, melhor para a empresa, sendo plenamente

desaconselhável permitir que o mesmo chegue a 1 (um inteiro), o que estaria refletindo uma situação de comprometimento total dos elementos do Ativo da entidade.

Já o quociente ou índice de participação de capitais de terceiros demonstra quanto a entidade utiliza de capitais de terceiros para cada real ou cem reais de capital próprio por ela investido.

Você identificou que o índice de composição do endividamento mostra qual o percentual das dívidas de curto prazo em relação ao total das obrigações da entidade, e, também, quanto menor, melhor para a entidade.

Finalmente, estudou que o índice de garantia de capitais de Terceiros tem, pois, a finalidade de refletir quanto a entidade oferece de garantia de capitais próprios em relação a cada real e/ou cada cem reais de capitais de terceiros investidos na mesma.



## Atividades de autoavaliação

Ao final de cada unidade, você realizará atividades de autoavaliação. O gabarito está disponível no final do livro-didático. Mas se esforce para resolver as atividades sem ajuda do gabarito, pois, assim, você estará promovendo (estimulando) a sua aprendizagem.

Suponha que a empresa na qual você está procedendo à Análise apresente os seguintes elementos em seu Balanço Patrimonial:

Ativo Circulante.....	R\$ 90.000,00
Disponibilidades .....	R\$ 35.000,00
Estoques .....	R\$ 22.000,00
Ativo Realizável a Longo Prazo.....	R\$ 40.000,00
Passivo Circulante .....	R\$ 102.000,00
Passivo Não Circulante.....	R\$ 25.000,00
Ativo Total.....	R\$ 195.000,00

1. Com os elementos acima, calcule o Índice de Liquidez Imediata e informe se a empresa tem ou não condições de pagar suas dívidas em curtíssimo prazo.

---

---

---

---

2. Informe qual a principal razão de você excluir do Ativo Circulante o valor dos Estoques para o cálculo da Liquidez Seca.

---

---

---

---

3. Utilizando-se dos dados constantes do Balanço Patrimonial apresentado para as atividades de autoavaliação, calcule o Índice de Liquidez Seca e verifique se a empresa tem condições de saldar seus compromissos.

---

---

---

---

---

4. Agora calcule os Índices de Liquidez Corrente e Geral e informe em qual deles a empresa apresenta melhores condições de saldar suas dívidas.

---

---

---

---

---

5. Com os elementos disponibilizados você tem condições de calcular e informar a Composição do Endividamento da empresa? Caso positivo, informe o percentual de obrigações que a mesma tem de honrar a curto prazo.

---

---

---

---

---

6. Ainda, utilizando-se dos mesmos dados, informe quanto a empresa possui de bens e direitos registrados em seu Ativo para saldar seus compromissos para com terceiros.

---

---

---

---

---

7. Com os mesmos dados e considerando que o Patrimônio Líquido da empresa apresente o valor de R\$ 68.000,00, calcule e informe qual a garantia oferecida pela empresa para cada real de Capitais de Terceiros nela investido.

---

---

---

---

---



## Síntese

Caro(a) colega, você sabe que a busca constante do conhecimento é condição fundamental para conquistar e consolidar espaço no mercado. Assim, se você pretende ampliar seus conhecimentos, complemente seus estudos e ratifique seus conhecimentos, acessando as obras a seguir relacionadas, pois nelas encontrará farto material acerca do assunto tratado nesta unidade.

BRAGA, Hugo Rocha. *Demonstrações financeiras: estrutura, análise e interpretação*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

IDUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços: Análise da liquidez e do endividamento, análise do giro, rentabilidade e alavancagem financeira**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem básica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

REIS, Arnaldo Carlos de Rezende. **Demonstrações contábeis: estrutura e análise**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e análise de balanços: fácil**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

## Análise econômica



### Objetivos de aprendizagem

- Conhecer as Demonstrações Contábeis utilizadas na Análise econômica das entidades.
- Aprimorar seus conhecimentos acerca da Dinâmica Patrimonial ofertada pela Demonstração de Resultado do Exercício e Balanços Patrimoniais sucessivos.
- Identificar, calcular e interpretar os índices ou quocientes utilizados na Análise econômica das Demonstrações Contábeis.
- Discorrer com segurança acerca dos elementos, critérios e resultados apurados na Análise econômica e auxiliar investidores na tomada de decisão.



### Seções de estudo

- Seção 1** Definindo a Análise econômica
- Seção 2** As técnicas ou processos utilizados na Análise econômica
- Seção 3** Margem de lucro ou lucratividade líquida
- Seção 4** O giro do ativo
- Seção 5** Avaliando o retorno dos investimentos



## Para início de estudo

Para a Análise econômica, além da Demonstração do Resultado do Exercício, é preciso trabalhar com Balanços Patrimoniais correspondentes a dois períodos de apuração, não se podendo esquecer que estes devem estar devidamente reestruturados. Considere, então, o Balanço Patrimonial estruturado anteriormente como se ele fosse a base inicial – X0, e a adoção de outro Balanço Patrimonial correspondente a X1, que pode ser, por exemplo, os Balanços Patrimoniais da entidade em estudos relativos aos exercícios de 2005 e 2006.

Visando compreender, com maior precisão, a Dinâmica Patrimonial, observe a Demonstração do Resultado do Exercício correspondente aos dois exercícios financeiros.

Observe, então, as Demonstrações Contábeis destacadas no tópico seguinte, pois elas darão suporte aos procedimentos, que você acompanhará, para elaboração e estudos pertinentes à Análise econômica.

A Resolução CFC n.º 1.185, de 28 de agosto de 2009, no Item 82, destaca que a estrutura da Demonstração do Resultado o Período ou Exercício, deve, no mínimo, incluir as seguintes rubricas, obedecidas também as determinações legais.

- (a) Receitas;
- (b) Custo dos produtos, das mercadorias ou dos serviços vendidos;
- (c) Lucro bruto;
- (d) Despesas com vendas, gerais, administrativas e outras despesas e receitas operacionais;
- (e) Parcela dos resultados de empresas investidas reconhecida por meio do método da equivalência patrimonial;

- (f) Resultado antes das receitas e despesas financeiras;
- (g) Despesas e receitas financeiras;
- (h) Resultado antes dos tributos sobre o lucro;
- (i) Despesa com tributos sobre o lucro;
- (j) Resultado líquido das operações continuadas;
- (k) Valor líquido dos seguintes itens;
  - (i) Resultado líquido após tributos das operações descontinuadas;
  - (ii) Resultado após tributos decorrente da mensuração ao valor justo menos despesas de vendas ou na baixa dos ativos do grupo de ativos à disposição para venda que constituem a unidade operacional descontinuada;
  - (iii) Resultado líquido do período.

Assim determinando, conforme você pode observar, na estrutura mínima definida, a Demonstração do Resultado do Exercício ou Período, inicia com a Receita Líquida de Vendas, pois, deduzindo-se o Custo dos Produtos ou Serviços Vendidos obtêm-se o Lucro Bruto ou Lucro Operacional Bruto.

Procedendo-se a divulgação da Demonstração do Resultado do Período ou Exercício dessa forma, haverá a necessidade de se inserir, junto à sua publicação, uma Nota Explicativa, destacando a Receita Bruta de Vendas e as Deduções da Receita Bruta. Como a definição da Resolução do CFC destaca que aquela é a estrutura mínima, vamos apresentar a Demonstração do Resultado do Exercício contemplando a Receita Bruta de Vendas e as respectivas Deduções.



Tabela 5.1 – Demonstração do resultado do exercício

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO OU EXERCÍCIO			
	OPERAÇÕES CONTINUADAS	X0	X1
<b>1</b>	<b>RECEITA BRUTA DE VENDAS</b>	<b>120.000,00</b>	<b>360.000,00</b>
	Receitas de Vendas de Bens	120.000,00	360.000,00
	Receitas de Serviços		
<b>2</b>	<b>(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA</b>	<b>29.100,00</b>	<b>112.500,00</b>
	Vendas Canceladas	0,00	
	Descontos Incondicionais Concedidos	0,00	18.000,00
	Devoluções de Vendas	0,00	
	Impostos Sobre as Vendas		
	ICMS s/Vendas	18.000,00	61.200,00
	PIS s/Vendas	1.980,00	5.940,00
	COFINS s/Vendas	9.120,00	27.360,00
<b>3</b>	<b>RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS</b>	<b>90.900,00</b>	<b>247.500,00</b>
<b>4</b>	<b>(-) Custos das Vendas</b>	<b>28.500,00</b>	<b>110.500,00</b>
	Custo das Mercadorias Vendidas	28.500,00	110.500,00
	Custos dos Serviços Vendidos		
<b>5</b>	<b>LUCRO BRUTO (3 -4) = (LUCRO OPERACIONAL BRUTO)</b>	<b>62.400,00</b>	<b>137.000,00</b>
<b>6</b>	<b>(+/-) Despesas e Receitas Operacionais</b>	<b>22.710,00</b>	<b>55.794,00</b>
	(-)Despesas Comerciais	0,00	15.600,00
	(-)Despesas Administrativas	22.710,00	40.194,00
	(+)Outras Receitas Operacionais	0,00	0,00
	(-)Outras Despesas Operacionais	0,00	0,00
	(+ / -) Resultado da Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
	Resultado Positivo ou Negativo avaliação pelo MEP	0,00	0,00
<b>7</b>	<b>RESULTADO ANTES DAS DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS</b>	<b>39.690,00</b>	<b>81.206,00</b>
	7.a (+) Receitas Financeiras	1.800,00	2.520,00
	7.b (-) Despesas Financeiras	2.800,00	6.670,00
<b>8</b>	<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>	<b>38.690,00</b>	<b>77.056,00</b>
<b>9</b>	Imposto de Rendas (15%) + (10% sobre o que exceder a R\$ 60.000,00 no trimestre ou R\$ 20.000,00 no mês)	5.803,50	13.263,40
<b>10</b>	Contribuição Social (9%)	3.482,10	6.935,04
<b>11</b>	<b>RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS</b>	<b>29.404,40</b>	<b>56.857,56</b>
<b>12</b>	<b>OPERAÇÕES DESCONTINUADAS</b>	<b>949,60</b>	<b>0,00</b>
	(+/-) Resultado Líquido das Operações Descontinuadas	949,60	0,00
	12.b) Lucro/Resultado Líquido de baixas de ativos e mensuração a valor justo		
<b>13</b>	<b>RESULTADO OU LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO (11 (+/-) 12)</b>	<b>30.354,00</b>	<b>56.857,56</b>

Nota Explicativa: O Resultado Líquido das Operações Descontinuadas está assim composto:

Venda de Bens do Ativo Imobilizado	3.342,50	18.200,00
(-) Custo de Vendas de Bens do Ativo Imobilizado	2.000,00	18.200,00
(=) Lucro na Venda de Bens do Imobilizado	1.342,50	0,00
(-) IRPJ	275,08	0,00
(-) CSSLL	120,83	0,00
(=) Resultado Líquido das Operações Descontinuadas	949,60	0,00

Tabela 5.2 – Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL					
ATIVO	X0	X1	PASSIVO	X0	X1
<b>CIRCULANTE</b>	<b>124.000,00</b>	<b>223.858,00</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>104.000,00</b>	<b>137.610,00</b>
<b>Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<b>72.500,00</b>	<b>104.500,00</b>	<b>Obrigações das Operações</b>	<b>42.000,00</b>	<b>66.000,00</b>
Caixa	44.000,00	54.000,00	Fornecedores	38.000,00	65.000,00
Banco Conta Movimento	28.500,00	50.500,00	Fretes a Pagar	4.000,00	1.000,00
<b>Créditos das Operações</b>	<b>45.000,00</b>	<b>103.858,00</b>			
Clientes	32.000,00	36.000,00	<b>Obrigações Prov. das Operações</b>	<b>32.000,00</b>	<b>36.610,00</b>
Estoques	13.000,00	67.858,00	IRPJ a Recolher	1.500,00	13.263,40
Mercadorias p/Revenda	13.000,00	67.858,00	CSSL a Recolher	1.500,00	6.935,04
<b>Investimentos de Curto Prazo</b>		<b>12.500,00</b>	ICMS a Recolher	9.000,00	7.109,36
Aplicações Financeiras CP		12.500,00	Dividendos a Distribuir	8.000,00	3.102,20
<b>Outros Créditos</b>	<b>6.500,00</b>	<b>3.000,00</b>	Provisão 13º Salário	6.000,00	3.200,00
Adiantamentos a Empregado	6.500,00	3.000,00	Provisão de Férias	6.000,00	3.000,00
Impostos a Recuperar					
ICMS a Recuperar			<b>Outras Obrigações</b>	<b>30.000,00</b>	<b>35.000,00</b>
PIS e/ou COFINS a Recuperar			Empréstimos Bancários		-

BALANÇO PATRIMONIAL					
ATIVO	X0	X1	PASSIVO	X0	X1
<b>Despesas de Exercício Seguinte</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	Duplicatas Descontadas	12.000,00	10.000,00
Seguros a Vencer	0,00	0,00	Títulos a Pagar	18.000,00	25.000,00
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>109.430,00</b>	<b>125.400,00</b>	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>34.000,00</b>	<b>55.000,00</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>30.000,00</b>	<b>40.000,00</b>	Financiamentos a Longo Prazo	34.000,00	55.000,00
Clientes	30.000,00	40.000,00			
Aplicações Financeiras L. P.	0,00		Receitas Diferidas Líquidas	0,00	
<b>Investimentos</b>	<b>48.830,00</b>	<b>58.000,00</b>			
Terreno	48.830,00	58.000,00	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>95.430,00</b>	<b>156.648,00</b>
Participações Societárias			Capital Social	61.000,00	61.000,00
<b>Imobilizado</b>	<b>30.600,00</b>	<b>27.400,00</b>	Capital a Integralizar		
Veículo de Cargo	27.000,00	24.000,00	Reservas de Capital		
Depreciação Acumulada s/VC	0,00		Ajuste de Avaliação Patrimonial		
Equipamentos de Informática	3.600,00	3.400,00	<b>Reservas de Lucros</b>	<b>34.430,00</b>	<b>95.648,00</b>
Depreciação Acumulada s/EI	0,00		Reserva Legal	4.076,00	8.436,44
<b>Intangível</b>	<b>0,00</b>		Reserva Estatutária	30.354,00	87.211,56
Gastos C/Projeto Desenvolvimento			Reserva de Incentivos Fiscais		
de Novos Produtos	0,00		Ações em Tesouraria		
Amortização Acumulada S/GPDNP	0,00				
			Prejuízos Acumulados		
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>233.430,00</b>	<b>349.258,00</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>233.430,00</b>	<b>349.258,00</b>

## Seção 1 – Definindo a Análise econômica

Você sabe o que é Análise econômica?

Análise Econômica é uma técnica de análise das Demonstrações Contábeis que tem por fim avaliar a performance das entidades contábeis especialmente quanto à lucratividade dos negócios e retorno dos recursos aplicados.

É, portanto, através da Análise econômica que podem ser avaliadas as características de rentabilidade da empresa, isto é, se ela está ou não apresentando resultados positivos em relação a seu faturamento e ao retorno de seus capitais.

## Seção 2 – As técnicas ou processos utilizados na análise econômica

Considerando que a Análise econômica contempla a avaliação dos fenômenos que provocam as modificações no Patrimônio das entidades, para o seu desenvolvimento será utilizada a Demonstração do Resultado do Exercício e o Balanço Patrimonial, sendo que este último deverá mostrar a variação ocorrida de um período para o outro.

Para verificar se a entidade está ou não oferecendo retorno dos investimentos e lucratividade de seus negócios, serão utilizados os índices ou quocientes pertinentes à margem de lucro ou lucratividade, rentabilidade dos capitais próprios, giro do ativo, retorno dos investimentos e fator de solvência.

## Seção 3 – Margem de lucro ou lucratividade líquida

Nesta seção, observe como trabalhar os índices ou quocientes relativos à margem de lucro, lucratividade operacional bruta e líquida.

### 3.1 – Margem de lucro ou lucratividade líquida

A Margem de lucro ou lucratividade (LC), também conhecida como rentabilidade sobre vendas, consiste na relação entre o lucro líquido do exercício e as vendas líquidas. A fórmula é a seguinte:

**Fórmula:**

$$LC = \frac{\text{Lucro Líquido do Exercício} \times 100}{\text{Vendas Líquidas}}$$

**Onde:** Vendas Líquidas = Vendas – Devoluções e Abatimentos

Lucro Líquido do Exercício = Lucro Líquido Final – DRE

**Interpretação:** Por meio deste índice, veja como é possível revelar a lucratividade que a empresa obteve para cada R\$ 100,00 de vendas por ela realizadas.

É claro que para visualizar adequadamente se a empresa em estudo está ou não sendo lucrativa em seus negócios, você precisa estudar os elementos por ela apresentados. Assim, observe a extração dos dados necessários de sua Demonstração do Resultado do Exercício, conforme anteriormente destacada, não esquecendo que se está analisando o exercício de X1.

**Dados:**

Vendas .....	R\$ 360.000,00
Devoluções e Abatimentos.....	R\$ 18.000,00
Vendas Líquidas = R\$ 360.000,00 – R\$ 18.000,00 = 342.000,00	
Lucro Líquido do Exercício.....	R\$ 56.857,56

$$LC = \frac{R\$ 56.857,56 \times 100}{R\$ 342.000,00} = 16,63$$

**Interpretação:** O resultado apurado mostra que, para cada R\$ 100,00 de vendas realizadas pela entidade, ela obteve uma lucratividade de 16,63%, ou seja, a margem de lucro da empresa é de 16,63%.

### 3.2 – Lucratividade operacional bruta

A Lucratividade operacional bruta (LCob) contempla a relação que se processa entre o Lucro operacional bruto, multiplicado por 100, e dividido pelas vendas líquidas. Eis a fórmula de cálculo (não podemos esquecer que o Lucro Operacional Bruto é igual ao valor do LUCRO BRUTO apurado na DRE):

**Fórmula:**

$$LCob = \frac{L. Operacional Bruto \times 100}{Vendas Líquidas}$$

**Interpretação:** Veja que o resultado da operação realizada revela quanto a empresa obteve de lucratividade em relação ao lucro operacional bruto, para cada R\$ 100,00 de vendas realizadas. É preciso novamente recorrer à Demonstração do Resultado Exercício para extrair os dados necessários. Acompanhe.

**Dados:**

Vendas .....R\$ 360.000,00

Devoluções e Abatimentos.....R\$ 18.000,00

Vendas Líquidas = R\$ 360.000,00 – R\$ 18.000,00 = 342.000,00

Lucro Operacional Bruto..... R\$ 137.000,00

$$LCob = \frac{R\$ 137.000,00 \times 100}{R\$ 342.000,00} = 40,06\%$$

**Interpretação:** Observe que, tendo como base o Lucro operacional bruto, a lucratividade da empresa em estudo aumenta para 40,06% (quarenta vírgula zero seis por cento), para cada R\$ 100,00 de vendas por ela realizadas.

### 3.3 – Lucratividade operacional líquida

A Lucratividade operacional líquida (Lcol) contempla a mesma relação entre o lucro, multiplicado por 100, e dividido pelas vendas líquidas. Porém toma como base o Lucro operacional líquido, ou seja, o lucro obtido das vendas e/ou prestação de serviços objeto da empresa. Acompanhe a fórmula:

**Fórmula:**

$$LCol = \frac{\text{Lucro Operacional Líquido} \times 100}{\text{Vendas Líquidas}}$$

**Onde:** Lucro Operacional Líquido = Resultado Líquido das Operações Continuadas.

**Interpretação:** Este índice demonstra a lucratividade que a empresa obteve, em relação ao Lucro operacional líquido, para cada R\$ 100,00, de vendas por ela realizadas.

Ao recorrer à Demonstração do Resultado do Exercício da empresa e coletar os dados necessários à apuração do índice em comento, tem-se:

**Dados:**

Vendas .....R\$ 360.000,00

Devoluções e Abatimentos.....R\$ 18.000,00

Vendas Líquidas = R\$ 360.000,00 – R\$ 18.000,00 = 342.000,00

Resultado ou Lucro Líquido das  
Operações Continuadas..... R\$ 56.857,00

$$\text{LCol} = \frac{\text{R\$ } 56.857,56 \times 100}{\text{R\$ } 342.000,00} = 16,63$$

**Interpretação:** Tendo por base o Lucro operacional líquido, a lucratividade obtida pela empresa é de 16,63% (dezesesseis vírgula sessenta e três por cento) para cada R\$ 100,00 de vendas por ela realizadas.

Observe que uma empresa que mantenha esse nível de rentabilidade oferecerá, sem dúvidas, resultados promissores a seus sócios e investidores.

## Seção 4 – O Giro do ativo

O Índice ou quociente do giro do ativo (GA) contempla a relação que se processa entre as vendas líquidas e o Ativo médio, isto é, as vendas líquidas divididas pelo Ativo médio.

**Fórmula:**

$$\text{GA} = \frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo Médio}}$$

**Dados:**

Vendas líquidas – Vendas – Abatimentos e Devoluções

Ativo Médio – Ativo ano anterior somado ao Ativo do Ano de apuração, dividido por 2.

**Interpretação:** Este índice, quanto maior, melhor para a entidade. Ele mostra o número de vezes que as vendas giraram em torno do seu Ativo.

Para apuração deste índice, além da Demonstração do Resultado do Exercício, é necessário recorrer aos Balanços Patrimoniais para se obterem os valores dos Ativos de X0 e X1 e deles extrair o Ativo médio. Acompanhe:



**Dados:**

Vendas .....R\$ 360.000,00

Devoluções e Abatimentos.....R\$ 18.000,00

Vendas Líquidas = R\$ 360.000,00 – R\$ 18.000,00 = 342.000,00

Ativo Total X0.....R\$ 233.430,00

Ativo Total X1.....R\$ 349.258,00

**Fórmula:**

$$GA = \frac{R\$ 342.000,00}{\frac{R\$ 233.430,00 + R\$ 349.258,00}{2}} = \frac{R\$ 342.000,00}{R\$ 291.344,00} = 1,17$$

**Interpretação:** Observando o resultado apurado, evidencia-se que as vendas giram 1,17 vezes em torno do Ativo da entidade. Em outras palavras, as vendas foram 1,17 vezes superiores ao Ativo da entidade.

## **Seção 5 – Avaliando o retorno dos investimentos**

Nesta seção, você estuda os índices através dos quais se pode avaliar o retorno ou rentabilidade dos recursos investidos na entidade: Rentabilidade dos capitais próprios; Rentabilidade dos capitais próprios médios; Retorno dos investimentos; Retorno dos investimentos operacionais líquidos e Fator de solvência.

### **5.1 – Rentabilidade dos capitais próprios**

A Rentabilidade dos capitais próprios (RCP) corresponde à relação que se procede entre o Lucro líquido do exercício (lucro final), multiplicado por 100, dividido pelo Patrimônio líquido ou capitais próprios. Veja a fórmula:

**Fórmula:**

$$\text{RCP} = \frac{\text{Lucro Líquido do Exercício ou Período}}{\text{Patrimônio Líquido (Capitais Próprios)}}$$

**Interpretação:** Tal quociente, RCP, reflete qual o retorno ou rentabilidade obtido pela entidade para cada real de recursos próprios nela investido. Este percentual, quanto maior, melhor é para a empresa.

Extraíndo os dados das Demonstrações Contábeis, tem-se:

**Dados:**

Patrimônio Líquido X1 ..... R\$ 156.648,00

Lucro Líquido do Exercício X1 ..... R\$ 56.857,56

$$\text{RCP} = \frac{\text{R\$ 56.857,56}}{\text{R\$ 156.648,00}} = 0,36$$

Interpretando o resultado apurado, é possível afirmar que o quociente de 0,36 indica que a entidade em estudo obteve R\$ 0,36 de lucro líquido para cada real de capital próprio por ela investido, ou seja, conquistou um retorno de 36% sobre cada real por ela investido. Portanto, em aproximadamente dois anos e meio a três anos, teremos o retorno do capital próprio.

## 5.2 – Rentabilidade dos capitais próprios médios

Alguns autores, considerando que a Análise econômica consiste em avaliar a lucratividade dos negócios e o retorno do capital investido e que, para tanto, deve considerar a Dinâmica Patrimonial, recomendam a apuração do quociente de rentabilidade dos capitais próprios médios (RCPm), ou seja, considerar a variação ocorrida no Patrimônio Líquido de um exercício para o outro, por entender que, utilizando-se a média apurada entre o PL do exercício anterior e daquele do qual se procede à análise, o índice oferece maior qualificação ao retorno obtido.

Assim, esse índice consiste na relação que se processa entre o Lucro líquido do exercício e o Patrimônio líquido médio.

**Onde:**

Lucro Líquido do Exercício = Lucro Líquido final da DRE

Patrimônio Líquido Médio = PL de X0 + PL de X1, dividido por 2.

Retornando às Demonstrações Contábeis em análise, você obtém:

**Dados:**

Patrimônio Líquido X0 ..... R\$ 95.430,00

Patrimônio Líquido X1 ..... R\$ 156.648,00

Lucro Líquido do Exercício X1 ..... R\$ 56.857,56

$$\text{RCPm} = \frac{\text{R\$ 56.857,56}}{\frac{\text{R\$ 95.430,00} + \text{R\$ 156.648,00}}{2}} = \frac{\text{R\$ 56.857,56}}{\text{R\$ 126.039,00}} = 0,45$$

Observe que o resultado apurado indica que houve uma melhora no retorno dos investimentos, o que ratifica a rentabilidade anteriormente apurada, podendo-se dizer que, em um dado momento do exercício de X1, o retorno obtido pela empresa foi de 45% em relação aos capitais próprios investidos por seus sócios ou acionistas.

### **5.3 – Retorno dos investimentos**

O Retorno dos investimentos (RI), também conhecido como Retorno do ativo, revela o retorno obtido em relação a todos os capitais aplicados na empresa, ou seja, indica quanto, de cada real aplicado na empresa, ela obteve de retorno, e consiste na relação entre o Lucro líquido do exercício (final), multiplicado por 100, e dividido pelo Ativo médio. A fórmula é a seguinte:

**Fórmula:**

$$RI = \frac{\text{Lucro Líquido Exercício}}{\text{Ativo Médio}}$$

**Onde:**

Ativo Médio – Ativo ano Anterior (X0) somado ao Ativo do Ano de Apuração (X1), dividido por 2.

**Interpretação:** Conforme já destacado, este índice ou quociente revela quanto a entidade obteve de retorno para cada real de recursos totais nela aplicados, isto é, capitais próprios e de terceiros, ou mais precisamente sobre seu Ativo.

É preciso, então, rever as Demonstrações do Resultado do Exercício e Balanço Patrimonial, para obter os dados necessários.

**Dados:**

Ativo Total X0..... R\$ 233.430,00

Ativo Total X1..... R\$ 349.258,00

Lucro Líquido do Exercício X1 ..... R\$ 56.857,56

$$RI = \frac{\text{R\$ 56.857,56}}{\frac{\text{R\$ 233.430,00} + \text{R\$ 349.258,00}}{2}} = \frac{\text{R\$ 56.857,56}}{\text{R\$ 291.344,00}} = 0,19$$

Interpretando o resultado obtido, observe que o quociente de 0,19 revela que para cada real de recursos próprios e de terceiros investidos na empresa ela obteve um retorno de R\$ 0,19 (dezenove centavos de real) ou 19% (dezenove por cento) sobre os investimentos.

O percentual obtido assegura que em aproximadamente 5 anos a empresa terá o retorno do capital total investido.

## 5.4 – Retorno dos investimentos operacionais líquidos

O índice do Retorno dos investimentos operacionais líquidos (RIO) visa demonstrar o retorno dos investimentos, exclusivamente, em relação às operações da empresa, ou seja, toma como base o Lucro operacional líquido/Resultado Líquido das Operações Continuadas, dividindo pelo Ativo operacional médio. Veja a fórmula.

### Fórmula:

$$RIO = \frac{\text{Lucro Líquido das Atividades Continuadas}}{\text{Ativo Operacional Médio}}$$

### Onde:

$$\text{Ativo Operacional} = \text{Ativo Total} - \text{Investimentos Permanente}$$

$$\text{Ativo Operacional Médio} = \frac{\text{Ativo Operacional inicial (X0)} + \text{Ativo Operacional final (X1)}}{2}$$

**Interpretação:** Este índice revela qual o retorno operacional líquido obtido pela empresa ou entidade para cada real de recursos aplicados exclusivamente em suas operações. É importante ser comparado com a média do setor, isto é, das empresas do ramo, para certificação da posição em que se encontra a empresa.

### Dados:

Ativo Total X0..... R\$ 233.430,00

Ativo Total X1..... R\$ 349.258,00

Investimentos Permanentes X0..... R\$ 48.830,00

Investimentos Permanentes X1..... R\$ 58.000,00

Lucro Líquido das Atividades Continuadas X1 ..... R\$ 56.857,56

$$RIO = \frac{R\$ 56.857,56}{\frac{(R\$ 233.430,00 - R\$ 48.830,00) + (R\$ 349.258,00 - R\$ 58.000,00)}{2}}$$

$$RIO = \frac{R\$ 56.857,56}{R\$ 237.929,00} = 0,23$$

O quociente apurado de 0,23 mostra que, para cada real de recursos aplicados exclusivamente nas operações da empresa, ela obteve um retorno de R\$ 0,23 (vinte e três centavos de real) ou 23% (vinte e três por cento) sobre seus investimentos operacionais.

## 5.5 – Taxa de retorno sobre investimentos

Este indicado pode ser utilizado em substituição e/ou associado àqueles pertinentes ao Retorno dos investimentos. Também considerado na análise combinada de indicadores, proporciona avaliar a relação entre o coeficiente de lucratividade das vendas e o quociente de rotação do Ativo operacional.

Este consiste da multiplicação do quociente da margem de lucro pelo índice ou indicador de giro do ativo e, para exemplificação prática, observe as fórmulas e os valores desses indicadores já apurados nas unidades anteriores:

$$\text{Lucratividade} = \frac{\text{Lucro Líquido do Exercício} \times 100}{\text{Vendas Líquidas}}$$

$$\text{Giro do Ativo - GA} = \frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo Médio}}$$

Há, então, como fórmula da taxa de retorno sobre os investimentos:

$$\text{TRI} = \frac{\text{Lucro Líquido do Exercício}}{\text{Vendas Líquidas}} \times 100 \times \frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo Médio}}$$

$$\text{TRI} = \frac{\text{Lucro Líquido do Exercício}}{\text{Ativo Médio}}$$

Considerando que a margem de lucro calculada foi de 16,63% e o Giro do ativo foi de 1,17, você obtém então:

$$\text{TRI} = 16,63 \times 1,17 = 19,46\%$$

Agora vamos buscar os elementos integrantes das Demonstrações Contábeis da empresa em estudo para fazer algumas simulações:

Ativo total de X0 ..... R\$ 233.430,00

Ativo total de X1 ..... R\$ 349.258,00

Investimentos Permanentes ..... R\$ 0,00

Vendas Líquidas ..... R\$ 342.000,00

Lucro Operacional Líquido (Res. Líquido das Operações  
Continuadas ..... R\$ 56.857,56

Lucro Líquido do Exercício ou Período..... R\$ 56.857,56

$$TRI = \frac{\text{Lucro Líquido do Exercício}}{\text{Vendas Líquidas}} \times 100 \times \frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo Médio}}$$

$$TRI = \frac{R\$ 56.857,56}{R\$ 342.000,00} \times 100 \times \frac{R\$ 342.000,00}{\frac{R\$ 233.430,00 + R\$ 349.258,00}{2}}$$

$$TRI = 16,63 \times 1,17 = 19,46\%$$

Suponha que a empresa pretenda aumentar a margem de lucratividade, de 16,63% para 25%, mantendo constante o volume de vendas e os investimentos no Ativo, como ficará a nova taxa de retorno dos investimentos.

Primeiramente teremos que calcular o aumento no Lucro líquido e, para tanto, basta aplicarmos uma simples regra de três:

$$\frac{R\$ 56.857,56 \times 25\%}{16,63\%} = R\$ 85.474,38$$

Teremos então:

$$TRI = \frac{R\$ 85.474,38}{R\$ 342.000,00} \times 100 \times \frac{R\$ 342.000,00}{\frac{R\$ 233.430,00 + R\$ 349.258,00}{2}}$$

$$TRI = 24,99\% \times 1,17 = 29,34\%$$

Pode-se, portanto, observar que aumentando a margem de lucratividade de 16,63% para 25%, desde que se mantenham estáveis o volume de vendas e as aplicações no Ativo da empresa, a taxa interna de retorno será elevada de 19,46% para 29,34%, ou seja, uma variação de aproximadamente 51%.

Agora você vai exercitar.

Considere que a empresa pretende manter o Lucro líquido no mesmo valor de R\$ 85.474,38 e os mesmos níveis de investimentos no Ativo. Quanto ela terá que vender para manter a mesma taxa de retorno dos investimentos.



## Síntese

Através da Análise econômica estudada nesta unidade, você conheceu como avaliar a lucratividade da entidade sob três aspectos, isto é, em relação ao lucro líquido do exercício, ao lucro operacional bruto e ao lucro operacional líquido, através dos quocientes ou índices de margem de lucro, lucratividade operacional bruta e lucratividade operacional líquida.

Aprendeu que o primeiro quociente, margem de lucro ou lucratividade, toma por base o lucro líquido do exercício e contempla o lucro final apurado na Demonstração do Resultado do Exercício, ou seja, o lucro apurado depois da depuração de todos os custos e despesas, sejam estes operacionais, ou não.

Já, na lucratividade operacional bruta, adota-se como base o lucro operacional bruto que contempla aquele apurado na DRE, porém, deduzindo-se da receita operacional bruta, apenas as deduções e os custos operacionais, ou, custos dos produtos e serviços vendidos, sem a dedução das despesas comerciais e administrativas.

A lucratividade operacional líquida, além das deduções e dos custos operacionais, leva também em consideração a depuração



das despesas comerciais e administrativas, ficando fora da depuração apenas as receitas e despesas não-operacionais.

Portanto três índices de relevante importância para a Análise econômica de qualquer entidade, sendo desnecessário destacar que, estes, quanto maiores, melhor será para a empresa.

O giro do ativo dá ao analista a visão relativa ao volume e à variação das vendas em relação ao ativo total das entidades. Toma por base sempre o valor das vendas líquidas e reflete, em relação ao ativo total, quantas vezes essas vendas giraram em torno do ativo.

Você conheceu que os índices de rentabilidade e retorno dos investimentos permitem aos analistas identificar os níveis ou grau de rentabilidade e/ou retorno dos investimentos realizado pela empresa, ofertando esses indicadores em relação ao Patrimônio Líquido (Capitais Próprios), ao ativo total, ou seja, a todos os capitais investidos e ao ativo operacional que exclui do ativo total o valor correspondente aos Investimentos de caráter permanente, deixando na base de cálculo somente os valores que promovem a Dinâmica Patrimonial das organizações.

A taxa de retorno sobre os investimentos, que contempla uma associação da margem de lucro ou lucratividade com o Giro do Ativo, consagra-se um instrumento de alta relevância para dirigentes e investidores, pois, além de servir para a análise da situação apurada em um dado exercício, poderá auxiliar na projeção futura dos negócios, isto é, com a identificação de uma taxa de retorno desejada.

Esta possibilita, ainda, avaliar se a empresa poderá trabalhar, exclusivamente, com base nos preços praticados, ou se deverá implementar ações que proporcionem ampliação de suas vendas com o conseqüente aumento do Giro do Ativo e incremento da lucratividade, isto é, ou ganha no preço ou no volume de vendas.



## Atividades de autoavaliação

Ao final de cada unidade, você realizará atividades de autoavaliação. O gabarito está disponível no final do livro-didático. Mas se esforce para resolver as atividades sem ajuda do gabarito, pois, assim, você estará promovendo (estimulando) a sua aprendizagem.

Suponha que a empresa Dona Benta Ltda. a qual você está analisando no exercício anterior a X0, possua na sua Demonstração do Resultado do Exercício e no Balanço Patrimonial os seguintes elementos:

### Demonstração do Resultado do Exercício (ano anterior a X0)

- Vendas Líquidas .....R\$ 95.000,00
- Lucro Operacional Bruto .....R\$ 59.000,00
- Lucro Operacional Líquido/ Resultado Líquido das Operações Continuadas..... R\$ 28.000,00
- Lucro Líquido do Exercício ou Período ..... R\$ 9.800,00

### Balanço Patrimonial - Reestruturado

- Ativo Total ano anterior ..... R\$ 145.000,00
- Ativo Total X0 ..... R\$ 198.000,00
- Patrimônio Líquido X0 .....R\$ 77.000,00
- Patrimônio Líquido ano anterior .....R\$ 56.550,00
- Investimentos Permanentes ano anterior .....R\$ 10.000,00
- Investimentos Permanentes X0 .....R\$ 18.000,00

1. Calcule e informe a Margem de Lucratividade da empresa (ano anterior à X0).

2. Tendo por base os elementos Demonstração do Resultado do Exercício e do Balanço Patrimonial - Reestruturado, calcule o Quociente de Lucratividade Operacional Bruta (ano anterior à X0).

3. Também, utilizando-se dos elementos anteriormente destacados, calcule o Índice de Lucratividade Operacional Líquida (ano anterior à X0).

4. Tendo por base o conteúdo estudado nesta unidade e, de acordo com sua interpretação, expresse se a empresa apresenta, ou não, um bom nível de Lucratividade. Comente sua resposta.

---

---

---

---

5. Com auxílio dos dados anteriormente destacados e, também, daqueles integrantes da DRE de X0, informe e comente o Giro do Ativo da empresa, relativo a X0.

---

---

---

---

6. Tomando como base os dados anteriormente destacados e, também, aqueles integrantes da DRE de X0, calcule o Quociente de Retorno dos Investimentos Operacionais Líquidos e trace seu comentário a respeito.

---

---

---

---



## Saiba mais

Se você pretende ampliar seus conhecimentos, complemente seus estudos e ratifique seus conhecimentos, acessando as obras a seguir relacionadas, pois nelas encontrará farto material acerca do assunto tratado nesta unidade.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem básica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e análise de balanços: fácil**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

# Análise vertical, horizontal e índices-padrões



## Objetivos de aprendizagem

- Conhecer a definição e a finalidade da Análise vertical.
- Compreender as técnicas ou processos utilizados na Análise vertical.
- Conhecer a definição e a finalidade da Análise Horizontal.
- Compreender as técnicas ou processos aplicados na Análise Horizontal.
- Identificar como auxiliar sócios, acionistas e investidores no processo de tomada de decisão.



## Seções de estudo

- Seção 1** A Análise vertical e a sua finalidade
- Seção 2** As técnicas utilizadas na Análise vertical
- Seção 3** Análise horizontal e sua finalidade
- Seção 4** Técnicas ou processos utilizados na Análise horizontal
- Seção 5** A relação da Análise vertical e horizontal com aquela realizada através dos índices ou quocientes
- Seção 6** Os índices ou quocientes-padrão



## Para início de estudo

Visando complementar seu estudo em relação às técnicas e/ou processos de Análise das Demonstrações Contábeis, é pertinente se indagar se você sabe como se definem e qual a finalidade da Análise vertical e horizontal.

Você conhece as razões pelas quais a Análise vertical e horizontal devem ser utilizadas de forma complementar à análise financeira e econômica? Se não sabe, não se preocupe, pois, estabelecendo uma boa programação e disciplina para estudos do conteúdo desta unidade, ao final, você seguramente responderá a todas essas indagações.

## Seção 1 – A Análise vertical e a sua finalidade

A Análise vertical consiste na técnica ou processo de Análise das Demonstrações Contábeis, através do qual você pode comparar cada um dos componentes que integram o conjunto de elementos que contemplam as Demonstrações Contábeis, ou seja, que integram o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado Exercício, a Demonstração das Origens e Aplicação dos Recursos, etc.



---

Tal Técnica ou Processo é também conhecido e denominado, por alguns autores, como **Análise por Coeficientes**.

---

A análise proporcionada por este processo tem, pois, a finalidade de permitir a avaliação de cada um dos componentes das Demonstrações Contábeis, permitindo a visualização da participação de cada elemento ou de um grupo, em relação ao conjunto que forma o todo da Demonstração, ou, em relação aos demais componentes de um mesmo grupo.

## Seção 2 – As técnicas utilizadas na Análise vertical

A técnica utilizada na Análise vertical consiste na percentualização de cada um dos elementos integrantes das Demonstrações Contábeis e compará-los em relação a um todo, avaliando a participação de cada grupo ou elemento. Veja, neste sentido, o Balanço Patrimonial da empresa Universitópolis, utilizada como modelo.

Tabela 6.1 – Balanço Patrimonial da empresa Universitópolis

OBS: nas Obrigações Provisionadas estão inclusos todos os elementos inseridos no Balanço normal (provisão de férias, 13º salário etc.)

BALANÇO PATRIMONIAL				
ATIVO	X0	%	X1	%
<b>CIRCULANTE</b>	<b>124.000,00</b>	53,12%	<b>223.858,00</b>	64,10%
<b>Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<b>72.500,00</b>	31,06%	<b>104.500,00</b>	29,92%
Caixa	44.000,00	18,85%	54.000,00	15,46%
Banco Conta Movimento	28.500,00	12,21%	50.500,00	14,46%
<b>Créditos das Operações</b>	<b>45.000,00</b>	19,28%	<b>103.858,00</b>	
Clientes	32.000,00	13,71%	36.000,00	10,31%
Estoques	13.000,00	5,57%	67.858,00	19,43%
Mercadorias p/Revenda	13.000,00		67.858,00	
<b>Investimentos de Curto Prazo</b>			<b>12.500,00</b>	3,58%
Aplicações Financeiras CP			12.500,00	
<b>Outros Créditos</b>	<b>6.500,00</b>	2,78%	<b>3.000,00</b>	0,86%
Adiantamentos a Empregado	6.500,00		3.000,00	
<b>Despesas de Exercício Seguinte</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>	
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>109.430,00</b>	46,88%	<b>125.400,00</b>	35,90%
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>30.000,00</b>	12,85%	<b>40.000,00</b>	11,45%
Clientes	30.000,00		40.000,00	
<b>Investimentos</b>	<b>48.830,00</b>	20,92%	<b>58.000,00</b>	16,61%
Terreno	48.830,00		58.000,00	
<b>Imobilizado</b>	<b>30.600,00</b>	13,11%	<b>27.400,00</b>	7,85%
Veículo de Cargo	27.000,00	11,57%	24.000,00	6,87%
Depreciação Acumulada s/VC	0,00			

continua...



BALANÇO PATRIMONIAL				
ATIVO	X0	%	X1	%
Equipamentos de Informática	3.600,00	1,54%	3.400,00	0,97%
Depreciação Acumulada s/El	0,00			
<b>Intangível</b>				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>233.430,00</b>	100%	<b>349.258,00</b>	100%
<b>PASSIVO</b>				
<b>CIRCULANTE</b>	<b>104.000,00</b>	44,55%	<b>137.610,00</b>	39,40%
<b>Obrigações das Operações</b>	<b>42.000,00</b>	17,99%	<b>66.000,00</b>	18,90%
Fornecedores	38.000,00	16,28%	65.000,00	18,61%
Frete a Pagar	4.000,00	1,71%	1.000,00	0,29%
<b>Obrigações Prov. das Operações</b>	<b>32.000,00</b>	13,71%	<b>36.610,00</b>	10,48%
IRPJ a Recolher	1.500,00	0,64%	13.263,40	3,80%
CSSLL a Recolher	1.500,00	0,64%	6.935,04	1,99%
ICMS a Recolher	9.000,00	3,86%	7.109,36	2,04%
Dividendos a Distribuir	8.000,00	3,43%	<b>3.102,20</b>	0,89%
Provisão 13º Salário	6.000,00	2,57%	3.200,00	0,92%
Provisão de Férias	6.000,00	2,57%	3.000,00	0,86%
<b>Outras Obrigações</b>	<b>30.000,00</b>	12,85%	<b>35.000,00</b>	10,02%
Duplicatas Descontadas	12.000,00	5,14%	10.000,00	2,86%
Títulos a Pagar	18.000,00	7,71%	25.000,00	7,16%
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>34.000,00</b>	14,57%	<b>55.000,00</b>	15,75%
Financiamentos a Longo Prazo	34.000,00		55.000,00	
Receitas Diferidas Líquidas	0,00			
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>95.430,00</b>	40,88%	<b>156.648,00</b>	44,85%
Capital Social	61.000,00	26,13%	61.000,00	17,47%
<b>Reservas de Lucros</b>	<b>34.430,00</b>	14,75%	<b>95.648,00</b>	27,39%
Reserva Legal	4.076,00	1,75%	8.436,44	2,42%
Reserva Estatutária	30.354,00	13,00%	87.211,56	24,97%
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>233.430,00</b>	100%	<b>349.258,00</b>	100%

Observe que você agora poderá verificar quanto cada grupo participa ou representa em relação ao total das Classes do Ativo e do Passivo.

No Balanço Patrimonial modelo, relativo ao exercício de X1, observe que, na Classe do Ativo, o circulante participa com 64,10%, o Realizável a Longo Prazo com 11,45%, os Investimentos Permanente com 16,61% e Imobilizado com 7,85%. Na Classe do Passivo, o circulante corresponde a 39,40%, o não circulante equivale a 15,75%, com o Patrimônio Líquido representando 44,85%, todos em relação ao total da respectiva Classe.

Você pode ir mais longe e avaliar quanto cada subgrupo ou elemento participa em relação a sua Classe ou ao seu grupo ou subgrupo. Veja, por exemplo, quanto a empresa Universitópolis apresenta em relação ao total do Patrimônio R\$ 233.430,00, relativo ao exercício de X0; possuía bens e direitos registrados no Ativo circulante que correspondiam a 53,12%, enquanto que suas obrigações para com terceiros, registradas no Passivo Circulante representavam a 44,55%.



Essa participação lhe permite afirmar que, se não ocorrerem fatores os quais demandem uma queda repentina dos negócios, a empresa terá uma vida tranquila no que tange ao período de curto prazo, ou seja, no exercício seguinte à realização do Balanço Patrimonial.

No Balanço Patrimonial em estudo demonstrou-se a participação dos grupos e subgrupos em relação às respectivas Classes do Ativo e do Passivo, mas você poderá, também, verificar quanto cada elemento participa no seu grupo. As Disponibilidades em X0 correspondem a 58,47% do Ativo circulante, a conta Fornecedores representa 36,54% do Passivo circulante.

Tabela 6.2 – Demonstração do Resultado do Exercício

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO					
OPERAÇÕES CONTINUADAS					
<b>1</b>	<b>RECEITA BRUTA DE VENDAS</b>	<b>120.000,00</b>	<b>100%</b>	<b>360.000,00</b>	<b>100%</b>
	Receitas de Vendas de Bens	120.000,00		360.000,00	
	Receitas de Serviços				
<b>2</b>	<b>(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA</b>	<b>29.100,00</b>	<b>24,25%</b>	<b>112.500,00</b>	<b>31,25%</b>
	Vendas Canceladas	0,00			
	Descontos Incondicionais Concedidos	0,00		18.000,00	5,00%
	Devoluções de Vendas	0,00			
	Impostos Sobre as Vendas				
	ICMS s/Vendas	18.000,00	15,00%	61.200,00	17,00%
	PIS s/Vendas	1.980,00	1,65%	5.940,00	1,65%
	COFINS s/Vendas	9.120,00	7,60%	27.360,00	7,60%
<b>3</b>	<b>RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS</b>	<b>90.900,00</b>	<b>75,75%</b>	<b>247.500,00</b>	<b>68,75%</b>
<b>4</b>	<b>(-) Custos das Vendas</b>	<b>28.500,00</b>	<b>23,75%</b>	<b>110.500,00</b>	<b>30,69%</b>
	Custo das Mercadorias Vendidas	28.500,00		110.500,00	
	Custos dos Serviços Vendidos				
<b>5</b>	<b>LUCRO BRUTO (3 -4)</b>	<b>62.400,00</b>	<b>52,00%</b>	<b>137.000,00</b>	<b>38,06%</b>
<b>6</b>	<b>(+/-) Despesas e Receitas Operacionais</b>	<b>22.710,00</b>	<b>18,93%</b>	<b>55.794,00</b>	<b>15,50%</b>
	(-)Despesas Comerciais	0,00		15.600,00	4,33%
	(-)Despesas Administrativas	22.710,00	18,93%	40.194,00	11,17%
	(+)Outras Receitas Operacionais	0,00		0,00	
	(-)Outras Despesas Operacionais	0,00		0,00	
	(+ / -) Resultado da Equivalência Patrimonial	0,00		0,00	
	Resultado Positivo ou Negativo avaliação pelo MEP	0,00		0,00	

continua...

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO				
OPERAÇÕES CONTINUADAS				
<b>7</b>	<b>RESULTADO ANTES DAS DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS</b>	<b>39.690,00</b>	<b>33,08%</b>	<b>81.206,00 22,56%</b>
	7.a (+) Receitas Financeiras	1.800,00	1,50%	2.520,00 0,70%
	7.b (-) Despesas Financeiras	2.800,00	2,33%	6.670,00 1,85%
<b>8</b>	<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>	<b>38.690,00</b>	<b>32,24%</b>	<b>77.056,00 21,40%</b>
9	Imposto de Rendas (15%) + (10% sobre o que exceder a R\$ 60.000,00)	5.803,50	4,84%	13.263,40 3,68%
10	Contribuição Social (9%)	3.482,10	2,90%	6.935,04 1,93%
<b>11</b>	<b>RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS</b>	<b>29.404,40</b>	<b>24,50%</b>	<b>56.857,56 15,79%</b>
<b>12</b>	<b>OPERAÇÕES DESCONTINUADAS</b>	<b>949,60</b>	<b>0,79%</b>	<b>0,00</b>
	(+/-) Resultado Líquido das Operações Descontinuadas	949,60		0,00
	12.b) Lucro/Resultado Líquido de baixas de ativos e mensuração a valor justo			
<b>13</b>	<b>RESULTADO OU LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO (11 (+/-) 12)</b>	<b>30.354,00</b>	<b>25,30%</b>	<b>56.857,56 15,79%</b>

A Análise vertical pode ser feita em qualquer Demonstração Financeira e tem como objetivo principal mostrar a importância de cada elemento ou conta integrante das Demonstrações Contábeis à qual pertence. Entretanto a Análise Vertical assume maior importância quando efetuada em relação à Demonstração do Resultado do Exercício, haja vista ela mostrar a influência que cada conta tem na apuração do resultado.

Veja que na Demonstração do Resultado do Exercício da empresa em estudo, percentualizaram-se os principais grupos de contas em relação à receita operacional bruta e, já com este procedimento, você pode verificar fenômenos curiosos em relação à apuração do resultado de uma empresa, independentemente do seu ramo de atuação.

Sobre o valor do faturamento da empresa, que foi de R\$ 120.000,00, o lucro líquido do exercício (final) corresponde, em X0, a 25,30%, e o custo das mercadorias vendidas representaram 23,75%.

Se tais elementos ou contas forem considerados em relação à Receita Operacional Líquida (Receita Líquida), isto é, à receita operacional bruta, excluídas as deduções, que contemplam os impostos, as devoluções e os abatimentos, passarão a representar, respectivamente, 33,39% e 22,97%. Considerando que, nos casos das devoluções, os impostos também são revertidos em favor da empresa, isto é, são estornados, você pode também realizar essa avaliação sobre o total das Vendas líquidas que, em X0, corresponderia a R\$ 120.000,00 (Vendas R\$ 120.000,00 – Devoluções R\$ 0,00) e, em X1, passou para R\$ 342.000,00 (trezentos e quarenta e dois mil reais). Podem também realizar esse comparativo em relação ao Resultado ou Lucro Operacional Líquido que corresponde ao Resultado ou Lucro Líquido das Operações Continuadas.

### **Seção 3 – Análise horizontal e sua finalidade**

A Análise horizontal, também conhecida e denominada por alguns autores e analistas como Análise por meio de números-índices, contempla a avaliação do comportamento das contas ou elementos integrantes das Demonstrações Contábeis ao longo dos anos.

Assim, tem a finalidade de evidenciar a evolução das contas ou elementos que compõem as Demonstrações Contábeis, de um exercício para os outros, além de permitir a análise das eventuais falhas no processo de gerenciamento dos negócios e geração de lucro.

## Seção 4 – Técnicas ou processos utilizados na Análise horizontal

As técnicas ou processos utilizados pela Análise horizontal contemplam a mesma percentualização das contas ou elementos aplicada na Análise vertical, pois os números-índices nada mais são do que percentuais a serem encontrados em relação ao dado ou todo estabelecido.

Tomando por base o Balanço Patrimonial da empresa Universitópolis Ltda. para a realização da análise horizontal, observe que o Patrimônio da entidade variou de X0 para X1 de R\$ 233.430,00 para R\$ 349.258,00, ou seja, um crescimento de 49,62% (quarenta e nove vírgula sessenta e dois por cento).

O Patrimônio líquido, no mesmo período, cresceu 64,14% (sessenta e quatro vírgula quatorze por cento), passando de R\$ 95.430,00 para 156.648,00. Portanto, 14,52% (quatorze vírgula cinquenta e dois por cento) maior que a variação do patrimônio total.

Partindo para a Análise horizontal da Demonstração do Resultado do Exercício, observe alguns fenômenos interessantes na apuração do resultado da nossa empresa. Veja que as vendas líquidas subiram de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) em X0, para R\$ 342.000,00 (trezentos e quarenta e dois mil reais) no exercício de X1, o que equivale a uma variação de 185,9% (duzentos e oitenta e cinco vírgula nove por cento).

Entretanto, o Lucro Líquido do Período ou Exercício, em relação ao total das vendas, reduziu de 25,30% (vinte e cinco vírgula trinta por cento) em X0, para 15,79% (quinze vírgula setenta e nove por cento) no exercício de X1, apesar de ter aumentado de valor, passando de R\$ 30.354,00 (trinta mil e trezentos e cinquenta e quatro reais) para R\$ 56.857,56 (cinquenta e seis mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e seis centavos).

Poderíamos então perguntar: quais fenômenos provocaram essa queda nos lucros da empresa?

Para saber a resposta, basta que você avalie o comportamento de cada grupo, conta ou elemento integrante da Demonstração do Resultado do Período ou Exercício e verifique qual foi ou quais foram o(s) vilão(ões) dessa perda percentual no resultado da empresa. Um fator que, com certeza, contribuiu para esta queda pode ser visualizado nos custos operacionais, ou custos das mercadorias ou serviços vendidos, pois enquanto as vendas líquidas subiram 185% de um exercício para o outro, os custos das mercadorias cresceram 287,72%, ou seja, uma variação percentual superior a 100% no mesmo período.

Este, portanto, associado aos valores dos impostos, que também subiram consideravelmente, são fatores que precisam ser analisados com carinho pelos dirigentes da empresa.



---

**Atenção!**

Essa evolução dos índices, seja dos componentes de Análise Vertical ou Horizontal, pode ser realizada por diversos períodos, de acordo com os interesses da entidade e daqueles interessados na Análise das Demonstrações Contábeis.

---

## **Seção 5 – A relação das Análises vertical e horizontal com aquela realizada através dos índices ou quocientes**

Para compreender a relação entre as Análises vertical e horizontal com aquela realizada através dos quocientes ou índices, considere os ensinamentos de Osni Moura Ribeiro que, em sua obra *Estrutura e Análise de Balanços: Fácil* (2004, p. 172), assim retrata essa diferença.

A análise por quocientes apresenta dados resultantes da comparação entre itens ou grupos da Demonstração do Resultado do Exercício e do Balanço Patrimonial.

As Análises vertical e horizontal são mais detalhadas, envolvendo todos os itens das demonstrações, e revelam as falhas responsáveis pelas situações de anomalia da entidade.

Basta direcionar a visão para os resultados apurados na Análise da Demonstração do Resultado do Exercício da empresa em estudo, para você verificar a clareza da interpretação do autor.

## Seção 6 – Os Índices ou quocientes-padrão

Você já estudou as características das Análises vertical e horizontal e, também, visualizou a relação entre estas e as Análises por quocientes ou índices e, nada mais importante, neste momento, que ter em mãos um elemento o qual possa aferir ou consagrar as informações extraídas dessas análises.

Aflora-se, assim, como elemento consagrador dessas reflexões o que os autores denominam de **quocientes-padrão**, os quais nada mais são do que quocientes alcançados com maior frequência por grupos de empresas que exploram o mesmo ramo de atividade e atuam em uma mesma região.



### Atenção!

Para identificação desses quocientes-padrão primeiramente é preciso que o analista tenha consciência e cuidado para refletir adequadamente sobre o comportamento médio de determinada classe de empresas, pois poderá ocorrer situação em que a empresa ou entidade tenha alcançado o padrão, muito embora sua situação econômico-financeira não seja das melhores, ou, até, esta última ser considerada ótima, porém seus quocientes estejam abaixo da média ou do padrão.

Face aos variados fatores que influenciam na obtenção dos **quocientes-padrão**, é recomendável que se utilizem e/ou se apliquem conhecimentos estatísticos para essa finalidade,



incluindo-se a média aritmética, a moda, a mediana, além de outros.

A **média aritmética**, como você sabe, consiste na adição de uma série de quocientes ou índices e dividir o produto dessa soma pelo número de períodos correspondentes desses mesmos quocientes, ou seja, se forem somados os quocientes correspondentes a quatro anos, divide-se o resultado por 4 e, assim, você acha a média aritmética.

A moda consiste no elemento ou quociente que apresenta o maior número de ocorrência no conjunto, isto é, aquele que mais vezes ocorre ou aparece no conjunto. Veja um exemplo.



---

Considere que, em uma determinada empresa, o lucro líquido do exercício, no período de seis anos, tenha apresentado os seguintes percentuais: 10%, 12%, 15%, 13%, 16%, 12%.

A moda que corresponderá aos Quocientes ou Índices-Padrão será 12%, pois este foi o percentual que mais vezes ocorreu no período.

---

Já, para a obtenção da mediana, será necessário disponibilizar os percentuais em ordem crescente de grandeza, e será considerada a mediana o elemento ou percentual que estiver exatamente no meio, ou seja, aquele que contemplar o mesmo número de elementos acima e abaixo de si. Veja mais um exemplo.



---

Considerando os mesmos percentuais dos Lucros Líquidos utilizados para exemplificar a obtenção da Moda, obtém-se, como Mediana, aquele que apresenta o percentual de 13%, pois, mesmo que ocorressem os percentuais de 11% e 14%, ele manteria o mesmo número de percentuais acima e abaixo de si.

---



## Síntese

Nesta unidade, você estudou a Análise vertical, também conhecida como Análise por coeficientes, que contempla aquela através da qual se pode comparar a participação de cada conta em um determinado conjunto de contas ou destes em relação ao todo patrimonial das entidades contábeis.

Conheceu que a Análise horizontal tem, pois, a finalidade de permitir a evolução de cada conta, grupo ou subgrupo de contas ou, até mesmo, do próprio acervo patrimonial de uma empresa ao longo de períodos sucessivos.

Observou que a Análise horizontal, também conhecida como Análise por meio de números-índices, tanto quanto a Análise Vertical têm como procedimento de execução a percentualização dos elementos ou grupos de elementos que integram as Demonstrações Contábeis.

Identificou os ensinamentos do mestre Osni Moura Ribeiro para conhecer a relação entre as Análises vertical e horizontal e aquela realizada através dos quocientes.

Assim, conheceu que, enquanto as Análises Vertical e Horizontal são mais detalhadas, envolvendo todos os itens das demonstrações, e revelam as falhas responsáveis pelas situações de anomalia das entidades, a Análise por quocientes ou Índices apresenta dados resultantes da comparação entre itens ou grupos da Demonstração do Resultado do Exercício e do Balanço Patrimonial, ou seja, compara o acervo patrimonial das entidades.

Você identificou que quocientes-padrão são aqueles obtidos ou alcançados por uma série de empresas ou entidades do mesmo ramo de negócios e que atuam numa determinada região, e que, para a identificação desses índices-padrão, é necessário utilizar métodos estatísticos e avaliar criteriosamente cada resultado apurado.

Finalmente, compreendeu que as Análises vertical e horizontal facilitam a avaliação da performance das entidades por períodos ou ciclos sucessivos, de acordo com os interesses dessas mesmas entidades ou daqueles que necessitam dessa técnica contábil para auxiliar na tomada de decisão.



## Atividades de autoavaliação

Ao final de cada unidade, você realizará atividades de autoavaliação. O gabarito está disponível no final do livro-didático. Mas se esforce para resolver as atividades sem ajuda do gabarito, pois, assim, você estará promovendo (estimulando) a sua aprendizagem.

Utilizando-se dos percentuais apurados nas Demonstrações Contábeis adotadas como exemplo no desenvolvimento dos conteúdos das Análises Vertical e Horizontal, responda às questões.

1. Qual a participação da conta Clientes no Ativo da empresa Universitópolis Ltda., e qual a variação sofrida por esse elemento nos períodos analisados, isto é, de X0 para X1?

---

---

---

---

2. Qual o impacto das Despesas Administrativas na apuração dos resultados da empresa em estudo e, se considerado em relação à Receita Operacional Líquida, a variação proporcional de um exercício para o outro seria mantida?

---

---

---

---

3. Qual seria o valor das Despesas com vendas no exercício de X0, se o percentual verificado no exercício de X1 fosse considerado padrão?

---

---

---

---

4. Qual a Média Aritmética dos seguintes Índices ou Quocientes: 10%, 12%, 15%, 13%, 16%, 12%? E como você a consideraria em relação aos demais Índices, tendo como foco os resultados apresentados pela empresa em estudo?

---

---

---

---

5. Destaque, pelo menos, dois fatores que poderiam ter influenciado na variação verificada nos Custos dos Produtos Vendidos no exercício de X1.

---

---

---

---



## Saiba mais

Caro(a) colega, você sabe que a busca constante do conhecimento é condição fundamental para conquistar e consolidar espaço no mercado. Assim, se você pretende ampliar seus conhecimentos, complemente seus estudos e ratifique seus conhecimentos, acessando as obras a seguir relacionadas, pois nelas encontrará farto material acerca do assunto tratado nesta unidade.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem básica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e análise de balanços: fácil**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

## Ciclometria



### Objetivos de aprendizagem

- Conhecer a ciclometria como técnica de Análise das Demonstrações Contábeis.
- Compreender os indicadores utilizados na ciclometria.
- Compreender os reflexos decorrentes da associação dos Indicadores utilizados na ciclometria ou índices de atividades das empresas e discorrer, com precisão, sobre eles.
- Auxiliar sócios, acionistas e investidores no processo de tomada de decisão.



### Seções de estudo

**Seção 1** Definição e finalidade da ciclometria

**Seção 2** Ciclo operacional

**Seção 3** Ciclo financeiro



## Para início de estudo

Do relacionamento entre os diversos grupos de contas que integram as Demonstrações Financeiras, em especial do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício, você pode extrair um elevado número de indicadores (índices e/ou quocientes), encerrando, cada qual, a sua importância de acordo com o aspecto ou objeto da análise e do objetivo do interessado no processo de análise.

A Ciclotmetria, também conhecida por alguns autores como quocientes de rotação ou de Atividade, é uma Modalidade de Análise que também se utiliza do confronto entre os elementos formadores da Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) e do Balanço Patrimonial.

Ela mostra a você os Ciclos operacional e financeiro que são obtidos através dos já denominados **rotação** ou Atividade, os quais, por sua vez, são obtidos do confronto entre os elementos gerados pelos negócios, objeto das empresas, isto é, das operações de compra, venda, recebimento e pagamento, captação de recursos, além de outros.

Você, com certeza, deve estar perguntando-se o que quer dizer Ciclo operacional e financeiro, qual a relação entre eles e o que isso tem a ver com os prazos de venda, de recebimento de clientes, de pagamento de fornecedores e, em especial, dos prazos de rotação dos estoques (compra e venda) da empresa.

Portanto, você estuda nesta unidade o conteúdo que lhe permitirá não só conhecer, mas também desenvolver corretamente os aspectos relativos aos Ciclos operacional e financeiro da empresa.

## Seção 1 – Definição e finalidade da ciclometria

Também conhecida como Indicadores de Rotação ou Atividades, a Ciclometria consiste na modalidade de Análise que tem por fim avaliar os elementos formadores dos Ciclos Operacional e Financeiro das empresas. É através dos indicadores da Ciclometria que você poder verificar como estão as operações da empresa, se ela está estocando exageradamente, ou não, qual a relação dos prazos de recebimento de Clientes e pagamento de Fornecedores e a influência destes no Fluxo de Caixa da empresa.

### 1.1 – Indicadores utilizados na ciclometria

Vários são os indicadores utilizados nesta modalidade de Análise, dentre os quais atente para os índices de rotação de estoques, de pagamento a fornecedores, de recebimentos de clientes, os ciclos operacional e financeiro.

Outros indicadores inseridos no contexto da ciclometria contemplam aqueles pertinentes à necessidade de capital de giro e a necessidade de capital de giro equivalente.

## Seção 2 – Ciclo operacional

Nesta seção, você estuda aqueles indicadores que formam o Ciclo operacional das entidades, ou seja, os índices de rotação de estoque e o índice de rotação de clientes ou recebimento de duplicatas.

### 2.1 – Índice de rotação de estoques

O Índice de Rotação de estoques consiste na relação que se processa entre o Custo das mercadorias ou Serviços vendidos e o estoque médio e revela o prazo médio de rotatividade



dos estoques, possibilitando uma avaliação mais segura, especialmente quando da tomada de decisão em relação às compras. Veja a fórmula:

**Fórmula:**

$$\frac{C. M. V.}{\text{Estoque médio}}$$

Observe que o **Estoque Médio** corresponde ao valor do Estoque Inicial adicionado ao valor do Estoque Final, dividido por 2.

**Prazo:**

$$\frac{\text{Tempo (360 ou 180)}}{\text{Índice}}$$

Atente que o Índice corresponde àquele apurado no cálculo da Rotação.

Para exemplificar, considere os elementos integrantes da Demonstração do Resultado do Exercício e do Balanço Patrimonial aplicados nas unidades anteriores, para, assim, proceder à apuração e à interpretação desse indicador.

**Dados:**

CMV ..... R\$ 110.500,00

Estoque Inicial.....R\$ 13.000,00

Estoque Final ..... R\$ 67.858,00

**Resolução:**

$$\frac{C. M. V.}{\text{Estoque médio}} = \frac{\text{R\$ 110.500,00}}{\frac{\text{R\$ 13.000,00} + \text{R\$ 67.858,00}}{2}} = 2,73$$

$$\text{PMRE} = \frac{360}{2,73} = 132 \text{ dias}$$

O resultado mostra que, a cada 132 (cento e trinta e dois) dias, os estoques foram renovados pela empresa, girando 2,73 (dois vírgula setenta e três) vezes no decorrer do exercício.

## 2.2 – Índice de rotação ou recebimento de clientes

O Índice de rotação de clientes consagra a relação que se processa entre o valor da conta clientes ou duplicatas a receber, adicionado ao valor das vendas a prazo realizadas no período, dividindo-se o somatório pelo valor médio dos direitos a receber registrados na conta cliente. Vai mostrar-nos o prazo médio de recebimento dos valores registrados nesta mesma conta. Este índice é importante para avaliação do sistema de crédito e confronto com o prazo de pagamento de fornecedores.

### Fórmula:

$$\frac{S.I. \text{ clientes} + \text{vendas a prazo} - S.F. \text{ clientes}}{\frac{S.I. \text{ clientes} + S.F. \text{ clientes}}{2}}$$

### Onde:

S.I – Saldo Inicial da conta Clientes

S.F – Saldo Final da conta Clientes

### Prazo:

$$\frac{\text{Tempo (360 ou 180)}}{\text{Índice}}$$

O **Índice** corresponde àquele apurado no cálculo da rotação.

Observe um exemplo para visualizar, na prática, como se procede à apuração e à interpretação desse indicador:

**Dados:**

S.I Clientes .....R\$ 32.000,00

S.F Clientes .....R\$ 36.000,00

Vendas a Prazo ..... R\$ 242.000,00 (**hipotético**)**Resolução:**

$$\frac{R\$ 32.000,00 + R\$ 242.000,00 - R\$ 36.000,00}{\frac{R\$ 32.000,00 + R\$ 36.000,00}{2}} = 7$$

$$PMRE = \frac{360}{7} = 51 \text{ dias}$$

Perceba que o resultado apurado permite concluir que, a cada 51 dias, a empresa recebeu recursos de seus clientes, representando uma rotação aproximada de 7 vezes ao longo do ano. Observe, entretanto, que o valor das Vendas a Prazo foi considerado aleatoriamente, ou seja, do valor total das Vendas (R\$ 360.000,00), consideraram-se R\$ 242.000,00 de vendas a prazo.

Na análise real, este valor não pode ser hipotético, e sim aquele obtido nos registros contábeis da empresa.

**2.3 – Ciclo operacional**

Calculados o Índice de Rotação de Estoque e o Índice de Recebimento de Clientes, você está apto a calcular o Ciclo operacional da empresa. Este representa o tempo que a empresa ou entidade leva para vender seus produtos e receber os valores de seus clientes, ou seja, contempla o período compreendido entre a realização da venda e o prazo de recebimento dos clientes.

Podemos dizer, também, que é a soma do Prazo Médio de Rotação de Estoques ao Prazo Médio de Recebimento de Clientes.

**Fórmula:**

$$Co = PMRE + PMRC$$

Tomando por base os indicadores anteriormente calculados, tem-se:

$$Co = 132 + 51 = 183$$

Portanto o Ciclo operacional da empresa ou entidade é de 183 (cento e oitenta e três) dias.



É importante que o resultado do Ciclo operacional seja avaliado em conjunto com aquele verificado na apuração do Ciclo financeiro que você vê na seção seguinte. De qualquer forma, na situação apresentada, a empresa necessita buscar alternativas de melhorar a rotatividade de seus estoques, haja vista ser o Ciclo operacional relativamente alto.

## Seção 3 – Ciclo financeiro

A apuração do Ciclo financeiro tem por finalidade proporcionar a dirigentes e investidores ampla avaliação quanto à competência financeira da entidade, isto é, se esta desenvolve adequado controle dos prazos de venda e recebimento de suas duplicatas de forma a produzir folga financeira, ou se ela revela constantes investidas no mercado com objetivo de captar recursos para suprir suas necessidades financeiras.

### 3.1 – Indicadores utilizados para avaliação do ciclo financeiro

Considerando que o Ciclo financeiro consiste na relação de diferença entre o Ciclo operacional e o Prazo Médio ou Índice de Pagamento de Fornecedores, você necessita realizar apenas

a apuração deste último, haja vista já terem sido estudados e calculados, na seção anterior, os elementos que formam o Ciclo operacional, ou seja, os Índices de Rotação de Estoques e Clientes.

### 3.2 – Índice de rotação ou pagamento a fornecedores

Este Índice contempla a relação que se processa entre o valor da conta Fornecedor ou Duplicatas a Pagar, adicionado ao valor das Compras a Prazo realizadas no período, dividindo-se o somatório pelo valor médio dos direitos a pagar registrados na conta Fornecedores. Mostra o prazo médio de pagamento dos valores registrados na conta Fornecedor. Este indicador é importante para a avaliação do sistema de compras e confronto com o prazo de recebimento de clientes e as disponibilidades financeiras da empresa.

#### **Fórmula:**

$$\frac{S.I.F. + \text{compras a prazo} - S.F.F.}{\frac{S.I.F. + S.F.F.}{2}}$$

#### **Onde:**

S.I.F = Saldo Inicial da conta Fornecedor

S.F.F = Saldo Final da conta Fornecedor

#### **Prazo:**

$$\frac{\text{Tempo (360 ou 180)}}{\text{Índice}}$$

Índice corresponde àquele apurado no calculo da Rotação.

Por meio do exemplo, visualize, na prática, como se procede à apuração e à interpretação desse indicador.

**Dados:**

S.I Fornecedores .....R\$ 38.000,00

S.F Fornecedores ..... R\$ 65.000,00 Compras  
 ..... CMV = EI + COMPRAS – EF

((R\$ 110.500,00 = R\$ 13.000,00 + COMPRAS – R\$ 67.858,00)  
 = R\$ 165.358,00)

**Resolução:**

$$\frac{R\$ 38.000,00 + R\$ 165.358,00 - R\$ 65.000,00}{\frac{R\$ 38.000,00 + R\$ 65.000,00}{2}} = 2,69$$

$$\text{PMPF} = \frac{360}{2,69} = 134 \text{ dias}$$

Assim, a cada 134 dias, a empresa realizou pagamento a seus Fornecedores, representando uma rotação aproximada de dois vírgula sete vezes no período um ano.

**3.3 – Ciclo financeiro**

O Ciclo financeiro corresponde ao tempo que a empresa ou entidade possui de folga de caixa, ou o tempo de que ela dispõe para recorrer a Capital de terceiros. Veja a fórmula:

**Fórmula:**

$$\text{Cf} = \text{P.M.R. Estoque} + \text{P.M.R. Clientes} - \text{P.M.P. Fornecedor}$$

Como já possuímos os elementos que integram a fórmula de apuração do Ciclo financeiro, basta transportar os dados e executar a operação.

**Dados:**

Prazo Médio de Rotação de Estoque..... **132 dias**

Prazo Médio de Recebimento de Clientes.....51 dias

Prazo Médio de Pagamento de Fornecedor ..... **134 dias**

$$Cf = 132 + 51 - 134 = 49 \text{ dias}$$

Quarenta e nove dias é o prazo de que a empresa ou entidade dispõe para recorrer ao mercado financeiro e obter recursos para saldar seus compromissos. Caso tal resultado fosse negativo, corresponderia ao tempo que a empresa tem de folga de caixa. Sendo o Ciclo operacional igual à soma do prazo médio de rotação de estoque adicionado ao prazo médio de recebimento de Clientes, o Ciclo financeiro poderá ser obtido, também, através da seguinte fórmula:

$$Cf = \text{Ciclo Operacional} - \text{Prazo Médio de Pagamento de Clientes.}$$

Colhendo os dados, tem-se:

Ciclo Operacional..... **183 dias.**

Prazo Médio de Pagamento de Fornecedor ..... **134 dias.**

$$Cf = 183 - 134 = 49 \text{ dias}$$

**3.3.1 – Ciclo financeiro equivalente**

Este contempla ou representa o Ciclo financeiro mais próximo da realidade, pois tem por finalidade comparar os prazos médios com as vendas e é obtido através da aplicação da seguinte fórmula:

**Fórmula:**

$$Cfeq = PMREeq + PMRC - PMPFeq$$

Onde:

$$PMRE_{eq} = PMRE \times \frac{CMV}{Vendas} \times 100$$

$$PMPF_{eq} = PMRE \times \frac{\text{compras a prazo}}{Vendas} \times 100$$

Para exemplificar a aplicação prática, considere os valores aplicados na seção anterior, na qual foi trabalhada a apuração dos prazos médios.

Fazendo a transposição dos elementos necessários à apuração do Ciclo alente, tem-se:

**Dados:**

PMRE.....132 DIAS

PMRC.....51 DIAS

PMPF.....134 DIAS

CMV ..... R\$ 110.500,00

Vendas (Líquidas) .....R\$ 342.000,00

Compras a Prazo .....R\$ 165.358,00

**Resolução:** Para facilitar é preciso calcular primeiramente o  $PMRE_{eq}$  e o  $PMPF_{eq}$ :

$$PMRE_{eq} = 132 \times \frac{R\$ 110.500,00}{R\$ 342.000,00} \times 100$$

$$PMRE_{eq} = 132 \times 32,31\% = 42,49$$

$$PMRF_{eq} = 134 \times \frac{R\$ 165.358,00}{R\$ 342.000,00} \times 100$$

$$PMRF_{eq} = 134 \times 48,34\% = 64,79$$

$$CF_{eq} = 42,49 + 51 - 64,79 = 30 \text{ dias (aproximadamente/números arredondados)}$$



Veja que o Ciclo financeiro equivalente cai de 49 para 30 dias e, por isso mesmo, é que ele se aproxima da realidade, pois considera na sua apuração a percentualização do Custo dos produtos vendidos em relação às Vendas líquidas.



## Síntese

Nesta unidade, você estudou que a Ciclometria consiste na modalidade de análise que tem por fim avaliar os elementos e os aspectos norteadores dos Ciclos operacional e financeiro.

Você conheceu os indicadores relativos aos índices de rotação de estoque, de rotação ou recebimento de clientes, de rotação ou pagamento de fornecedores, os Ciclos operacional e financeiro.

O índice de rotação de estoque consagra o prazo médio de giro dos estoques, obtido através da divisão dos custos dos produtos e/ou serviços vendidos – CMV e o valor médio de estoque período ou exercício. Divide-se o prazo (360) dias pelo índice apurado e obtém-se o Prazo médio de rotação dos estoques.

O quociente de rotação de clientes corresponde à relação que se processa entre o valor do saldo inicial da conta clientes ou duplicatas a receber, adicionado ao valor das vendas realizadas a prazo, deduzindo-se deste somatório o valor correspondente ao saldo do final da conta clientes, dividido pelo valor médio da conta Clientes no mesmo período.

Assim, como no caso da rotação do estoque, divide-se o tempo (ano) pelo quociente de rotação ou recebimento de clientes, obtendo-se o prazo médio de recebimento de clientes.

Avaliações semelhantes têm-se no caso da apuração do índice de rotação de pagamento a fornecedores, que consiste na relação entre o valor do saldo inicial da conta fornecedores, adicionado

ao valor das compras a prazo, deduzindo-se deste somatório o valor do saldo final da conta fornecedores, dividido pelo valor médio da conta fornecedores no período.

Aqui também, o índice apurado serve como divisor para a obtenção do prazo médio de pagamento de fornecedores.

O Ciclo operacional corresponde ao tempo que a empresa ou entidade leva para vender seus produtos e receber os valores de seus clientes, constituindo-se, assim, a soma do prazo médio de rotação de estoques com o prazo médio de recebimento de clientes.

Você também estudou que o Ciclo financeiro tem por finalidade oferecer aos investidores e dirigentes, de forma geral, informações relativas à segurança e capacidade de gerenciar os elementos geradores de recurso, ou são responsáveis pelo fluxo financeiro de forma a evitar a busca constante de capital de terceiros e incidência de encargos financeiros que podem prejudicar os investimentos e expansão dos negócios.

O Ciclo financeiro obtido através da operação relativa à adição do prazo médio de rotação de estoque com o prazo médio de recebimento de clientes, deduzido do prazo médio de pagamento de fornecedores mostra o tempo que as entidades possuem de folga, ou que necessitam para a captação de recursos no mercado.

Sendo positivo o resultado da operação, contempla o prazo que a empresa precisa para ir ao mercado, a fim de obter aporte de recursos para suprir suas necessidades financeiras. Entretanto, se o resultado for negativo, representa a folga financeira, ou tempo em que ela suporta seus compromissos sem necessidade de captar recursos externos.

Finalmente o Ciclo financeiro equivalente que associa aos prazos médios de rotação de estoque, de recebimento de clientes e de pagamento de fornecedores, percentual relativo ao custo das mercadorias, produtos ou serviços vendidos – CMV sobre o valor das vendas, introduzindo ao Ciclo financeiro maior proximidade da realidade.



## Atividades de autoavaliação

Ao final de cada unidade, você realizará atividades de autoavaliação. O gabarito está disponível no final do livro-didático. Mas se esforce para resolver as atividades sem ajuda do gabarito, pois, assim, você estará promovendo (estimulando) a sua aprendizagem.

1. Considere que determinada empresa apresente os seguintes elementos:  
CMV = R\$ 3.800,00, Estoque Inicial = R\$ 350,00 e Estoque Final = R\$ 450,00.  
Calcule o Índice de Rotação de Estoque correspondente.

---

---

---

---

---

2. Sua empresa apresentava no Balanço Patrimonial os seguintes elementos:  
Clientes = R\$ 340,00, S.I Clientes = R\$ 340,00 e S.F Clientes = R\$ 370,00,  
Vendas = R\$ 6.500,00. Assim, calcule e informe qual o Prazo Médio de Recebimento de Clientes obtido pela empresa Universitópolis LTDA.

---

---

---

---

---

3. Considerando os valores correspondentes ao Saldo Inicial de Fornecedor = R\$ 100,00, Saldo Final de Fornecedor = R\$ 150,00 e Compras a Prazo = R\$ 3.900,00, calcule e informe qual o Prazo Médio de Pagamento de Fornecedores obtido pela empresa.

---

---

---

---

---

4. Considerando os Indicadores calculados nas três primeiras questões, informe os Ciclos Operacional e Financeiro da empresa.

---

---

---

---

---



### Saiba mais

Amplie seus estudos e aprimore seus conhecimentos através das obras seguintes:

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem básica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e análise de balanços: fácil**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.



## Indicadores combinados



### Objetivos de aprendizagem

- Identificar a finalidade da Análise Combinada dos Quocientes.
- Compreender a definição e a finalidade desses indicadores.
- Auxiliar dirigentes, administradores e investidores na tomada de decisão.



### Seções de estudo

**Seção 1** A combinação de Indicadores

**Seção 2** O modelo aplicado no Brasil

**Seção 3** Aplicação prática



## Para início de estudo

Nesta unidade, você estuda os indicadores combinados ou análise conjunta, como os denominam alguns autores.

Seguindo criteriosamente os procedimentos de reestruturação do Balanço Patrimonial, é importante você observar que a análise isolada dos indicadores é de suma importância para as empresas, e, também, indispensável à avaliação conjunta de certos quocientes. Para a análise das Demonstrações Contábeis ser elaborada, devem ser consideradas todas as variáveis possíveis e períodos sucessivos, de modo que se possa ter um acompanhamento do andamento dos negócios da empresa.

Porém é, ainda, importante certificar-se da existência, ou não, de outros instrumentos os quais poderão ser aplicados na análise dos elementos que formam as Demonstrações Contábeis, isto, visando abrir o horizonte na aferição da capacidade de gerar lucros e rentabilidade dos negócios das empresas e oferecer maior garantia aos investidores.

A utilização de índices associados é vista como a ação capaz de suprir essa necessidade. Assim, amplia-se o foco tratado nesta disciplina, e, deste modo, você conhece outros dois fatores aplicados na Análise econômica.

## Seção 1 – A combinação de Indicadores

Conforme se autodenomina, esta técnica consiste na combinação de um determinado número de quocientes de liquidez, alavancagem, rotatividade, rentabilidade ou meramente financeiros, com o propósito de avaliar a situação da empresa, diagnosticando se esta poderá, ou não, entrar em processo falimentar, ou se ela oferece segurança contra essa possibilidade de quebra dos negócios.

Em outras palavras, essa técnica de análise de indicadores combinados tem a finalidade de retratar se a empresa está em processo de solvência ou insolvência.

## Seção 2 – O modelo aplicado no Brasil

O modelo aplicado no Brasil, segundo Iudícibus (1998, p. 129), foi desenvolvido por Stephen C. Kanitz, do Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

Tendo-se baseado em estudos estatísticos de dados de algumas empresas que realmente faliram, o autor conseguiu estruturar o que denominou de “Fator de Insolvência ou Termômetro de Kanitz”.

O método consagra o relacionamento de alguns quocientes, atribuindo pesos aos mesmos e somando e subtraindo os valores assim obtidos. Caso o resultado da operação recaia entre certos intervalos de valor, a empresa poderá encontrar-se em três faixas distintas, ou seja, de “insolvência”, de “penumbra” ou de “solvência”. (IUDÍCIBUS, 1998, p. 129).

Marion (2002, p. 191) destaca que “Stefen C. Kanitz desenvolveu um método muito interessante de como prever falências, por meio de tratamento estatístico de índices financeiros de algumas empresas que realmente faliram”. O Autor acrescenta que em “este modelo, como em outros existentes, o objetivo não é meramente analisar o risco de falência, mas também avaliar a empresa, dando-se uma nota para a mesma, nota que varia de (-) 7,0 até 7,0”.

### 2.1 – Fórmula aplicada

A técnica desenvolvida por Kanitz associa os seguintes indicadores e respectivos pesos:



$$X1 = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 0,05$$

$$X2 = \text{Liquidez Geral} \times 1,65$$

$$X3 = \text{Liquidez Seca} \times 3,55$$

$$X4 = \text{Liquidez Corrente} \times 1,06$$

$$X5 = \frac{\text{Exigível Total}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 0,33$$

$$\text{Fator de insolvência} = X1 + X2 + X3 - X4 - X5$$

### Seção 3 – Aplicação prática

Realizada corretamente a associação dos indicadores destacados na seção anterior, a interpretação do resultado apurado através do chamado Termômetro de Kanitz mostra a posição na qual se encontra a empresa, ou seja, em clima de solvência (posição de 0 a 7), penumbra (posição de -1 a -3) ou, situação de insolvência (posição - 4 a -7).

É preciso, portanto, recorrer aos índices já calculados e anteriormente para você obter o Fator de insolvência da empresa ou entidade em estudo.

1 - Rentabilidade de Capitais Próprios .....	0,36
2 - Liquidez Geral.....	<b>1,12</b>
3 - Liquidez Seca.....	1,07
4 - Liquidez corrente .....	1,19
5 - Endividamento ou Participação de Capitais de Terceiros ....	1,45

Aplicando a fórmula, você obtém:

$$FI = (0,36 \times 0,05) + (1,12 \times 1,65) + (1,07 \times 3,55) - (1,19 \times 1,06) - (1,45 \times 0,33)$$

$$FI = 0,02 + 1,84 + 3,8 - 1,26 - 0,48 = 3,92$$

Interpretando o resultado do Fator de insolvência, observe que a empresa em estudo encontra-se em clima de plena solvência, estando seu fator, de acordo com a escala integrante do Termômetro de Kanitz, superior a zero, podendo-se dizer que a administração dos negócios encontra-se em pleno equilíbrio.



## Síntese

Nesta unidade, você teve a oportunidade de estudar dois indicadores especiais de avaliação da situação econômico-financeira das entidades.

O primeiro deles contempla a taxa de retorno sobre os investimentos, a qual, por sua vez, contempla uma associação da margem de lucro ou lucratividade com o Giro do ativo. Instrumento de alta relevância para dirigentes e investidores, pois está além de servir para a análise da situação apurada em um dado exercício, poderá auxiliar na projeção futura dos negócios, isto é, com a identificação de uma taxa desejada, possibilita avaliar se a empresa poderá trabalhar, exclusivamente, com base nos preços praticados ou se deverá implementar ações que proporcionem ampliação de suas vendas com o consequente aumento do Giro do ativo.

O Fator de insolvência, instituído pelo Prof. Stephen C. Kanitz, também conhecido como Termômetro de Kanitz, contempla uma escala que varia de 7 a (-) 7, e associa os elementos, os indicadores de liquidez, com a rentabilidade dos capitais próprios e o grau de endividamento.

Além de permitir identificar se a empresa está, ou não, em processo falimentar, o Fator de insolvência é também utilizado para avaliar a capacidade econômico-financeira das empresas.



## Atividades de autoavaliação

Ao final de cada unidade, você realizará atividades de autoavaliação. O gabarito está disponível no final do livro-didático. Mas se esforce para resolver as atividades sem ajuda do gabarito, pois, assim, você estará promovendo (estimulando) a sua aprendizagem.

1. Suponha que a empresa da qual você está procedendo a Análise, apresente os seguintes indicadores:

1 - Liquidez Seca .....	0,10
2 - Liquidez Geral.....	0,50
3 - Rentabilidade de Capitais Próprios.....	(-) 0,20
4 - Endividamento ou Participação Capitais de Terceiros .....	2,60
5 - Liquidez corrente .....	2,60

Calcule o Fator de Insolvência da empresa e indique em qual posição ela se encontra.

---

---

---

---

---



## Saiba mais

Saber mais deve ser uma constante preocupação. Neste sentido, amplie seus conhecimentos com a leitura de dois ou três autores da área Contábil que poderão auxiliá-lo(a). Veja.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem básica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e análise de balanços: fácil**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.



# Organização de relatórios de análise



## Objetivos de aprendizagem

- Conhecer o conceito e as características do relatório de análise.
- Identificar as etapas a serem seguidas na elaboração do relatório de análise.
- Desenvolver habilidades para elaborar relatórios de análise.



## Seções de estudo

- Seção 1** Conceito e finalidade do relatório de análise das Demonstrações Contábeis
- Seção 2** Características e elementos formadores do relatório de análise
- Seção 3** Exemplificação prática envolvendo todos os processos de Análise



## Para início de estudo

Conhecer o conceito, as origens e os objetivos dessa técnica de escrituração contábil e seus processos é de suma importância para a tomada de decisão em qualquer organização. Entretanto, impõe concluir o assunto de forma a consolidar os aspectos e a numerologia fornecida em cada um dos processos, o que se contempla com a edição do relatório de análise das Demonstrações Contábeis.

O relatório de análise consagra o objetivo principal da Contabilidade, que consiste em fornecer informações úteis a seus usuários. Assim, os dados ofertados pelas Demonstrações Contábeis são compilados através das diversas técnicas de análise e, mediante o relatório, são transformados em informações que auxiliarão no processo de tomada de decisão.

Portanto, nesta unidade você tem a oportunidade de conhecer e estudar as características de elaboração e formação do Relatório de Análise das Demonstrações Contábeis.

## Seção 1 – Conceito e finalidade do relatório de análise das Demonstrações Contábeis

Na visão de Ribeiro (2004, p. 187), “Relatório de Análise é um documento, elaborado pelo analista de Balanços, que contém as conclusões resultantes do desenvolvimento do Processo de Análise”.

Matarazzo (1998, p. 20), ao falar sobre o tema, destaca que um relatório adequado de Análise de Balanços deve, em lugar dos dados alfanuméricos, apresentar informações do tipo:

O grau de endividamento da empresa encontra-se em nível razoável em relação ao ramo de atividade; entretanto, vem crescendo de maneira indesejável, pois há dois anos podia ser considerado bom. A composição do endividamento

mostra um perfil de dívida insatisfatório devido à excessiva participação das obrigações de curto prazo. Já a liquidez da empresa pode ser considerada boa.

O autor acrescenta que, “Em linhas gerais, podem-se listar as seguintes informações produzidas pela Análise de Balanços”:

- Situação financeira.
- Situação econômica.
- Desempenho.
- Eficiência na utilização dos recursos.
- Pontos Fortes e Fracos.
- Tendências e perspectivas.
- Quadro evolutivo.
- Adequação das fontes às aplicações de recursos.
- Causas das alterações na rentabilidade.
- Evidência de erros da administração.
- Providências que deveriam ser tomadas e não foram.
- Avaliação de alternativas econômico-financeiras futuras.

Atentando para os ensinamentos dos autores, anteriormente destacados, observe que as informações produzidas pela Análise das Demonstrações Contábeis são elementos vitais do Relatório de Análise e que é de suma importância o conhecimento das técnicas pelo analista, haja vista não falarem por si sós os números obtidos com a aplicação das fórmulas adotadas em cada Processo e, assim, necessitarem ser tecnicamente interpretados.

O Relatório de Análise deve, sobretudo, atender à finalidade a que se destina, pois são vários os usuários da Análise das Demonstrações Contábeis, e cada um deles poderá exigir ou necessitar diferentes informações acerca da situação patrimonial da empresa.





Assim, pode-se dizer que a finalidade do Relatório de Análise, quando não específico para a empresa, fará direcionar seu foco para o atendimento das necessidades do usuário solicitante.

Se você quiser ratificar essa informação, basta considerar dois usuários distintos como, por exemplo, o governo e o fornecedor de matéria prima.

O governo estará sempre interessado em visualizar o faturamento e a rentabilidade da empresa, focando sua atenção para a Demonstração do Resultado do Exercício, pois é através desta que se identifica a base de cálculo para os impostos, sejam eles diretos ou indiretos.

Atenção!

O fornecedor também não deixará de lado os números e as informações colhidas na Demonstração do Resultado do Exercício. Porém estará mais atento à composição do Balanço Patrimonial haja vista ser através de seus componentes que podemos conhecer e avaliar a capacidade de pagamento, o grau e a composição do endividamento etc.

## **Seção 2 – Características e elementos formadores do relatório de análise**

Sendo, pois, instrumento de vital importância ao processo de tomada de decisão, o relatório de análise deve ser elaborado de forma a cumprir sua finalidade, e, para tanto, deve contemplar algumas características que lhe são peculiares e pertinentes.

Falando sobre as particularidades do relatório de análise, Ribeiro (2004, p. 188-189) enfatiza que, para elaborar um relatório de análise da melhor maneira possível, alguns pontos precisam ser considerados. Entre outros, destaca:

- O relatório de análise deve ser elaborado em linguagem inteligível para leigos, ainda que alguns usuários possuam conhecimentos de Contabilidade.
- Ao elaborar um relatório de análise, o analista deve procurar relatar suas conclusões, visando auxiliar o usuário em suas tomadas de decisão.
- Os relatórios de análise de balanços poderão conter muitas ou poucas informações, conforme a necessidade do usuário.
- Para fornecedores e bancos comerciais, por exemplo, normalmente utilizam-se relatórios breves.
- Para que o relatório de análise de balanços seja inteligível por leigos, não devem apresentar dados como quocientes, coeficientes ou números-índices, os quais devem ser trabalhados em informações.
- O analista deve anexar ao relatório de análise de balanços os documentos que comprovem os resultados da análise.

Esses documentos poderão variar em quantidade e espécie, de acordo com a profundidade dos exames efetuados. Conforme você pôde observar, é desaconselhável a inclusão de indicadores numéricos nos relatórios de análise. Estes, quando excepcionalmente incluídos, devem estar acompanhados de informações dialéticas para correta interpretação e finalidade.



Os relatórios breves, de hábito direcionados a fornecedores e bancos, por tradição abordam aspectos exclusivamente pertinentes à situação financeira e econômica e a avaliação associada dos indicadores contemplados nos dois respectivos Processos de Análise.

Falando acerca do relatório de análise, Matarazzo (1998, p. 19), assevera que o produto da Análise de Balanços deve ser relatórios elaborados em linguagem coerente e descomplicada, devendo-se, na medida do possível, utilizar gráficos como auxiliares para simplificar as conclusões mais complexas.

O autor vai além e diz que “um relatório de análise de balanços que apresentasse dados em vez de informações não poderia ser considerado um bom relatório”.

Outra característica a ser observada na elaboração do relatório de análise das Demonstrações Contábeis, ou de balanços, como costumeiramente o denominam grande parte dos autores, diz respeito ao fato de que os números só mentem quando estão errados e, assim, temos de considerar que a análise de um período isolado é importante para a avaliação da performance naquele período. É que, mesmo fora das Análises vertical e horizontal, o relatório deve considerar a avaliação de indicadores relativos a períodos sucessivos para que se possa ter ou oferecer segurança à tomada de decisão.

Assim considerando, você terá condições de acompanhar e avaliar se os negócios da empresa estão em processo de ascensão ou declive, ou, ainda, apresenta-se em constante oscilação, sem perspectiva de estabilidade.

### **Seção 3 – Análise horizontal e sua finalidade**

Fechando o ciclo de estudos desta unidade, você conhece o modelo sugerido do Relatório de Análise das Demonstrações Contábeis da empresa, cujas demonstrações foram objeto de análise nos respectivos Processos disponibilizados neste livro didático.

Você não pode esquecer-se de que a linguagem coloquial é própria de cada analista, o que significa dizer que usar uma linguagem inteligível pelos usuários, como diz Ribeiro (2004, p. 188), ou, uma linguagem coerente e descomplicada, como propõe Matarazzo (1998, p. 19), não assegura que teremos relatórios-padrão, mas sim, elaborados em estrita observância às características técnicas recomendadas.

O Relatório de Análise das Demonstrações Contábeis da empresa Exercitópolis Ltda. fica assim sugerido:

## Relatório de Análise das Demonstrações Contábeis

**Empresa: Exercitópolis Ltda.**

**Período ...../...../200X a 31/12/200X**

Após análise e interpretação dos elementos que integram as Demonstrações Contábeis, especialmente o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício da empresa Exercitópolis LTDA., apuradas em relação ao exercício de 200X, apresentamos as seguintes informações:

### Situação Financeira

**a) Liquidez** – No que concerne à solvência e à liquidez geral, em X0, a empresa apresenta uma estrutura consideravelmente sólida, com solidez financeira que lhe garante honrar seus compromissos de curto, médio e longo prazo. Operando com indicadores, em média superiores ou muito próximos de 50% (cinquenta por cento) acima da unidade, representa garantia de que pode ser oferecida aos investidores ou a terceiros quando, em situações momentâneas, fatores inesperados possam colocar a empresa em situação de insolvência. Entretanto, quando observados apenas aqueles indicadores considerados no curto prazo, isto é, de liquidez Imediata, Seca e Corrente, constata-se que estes se apresentam muito próximos da unidade, o que poderá exigir que a empresa, num reduzido espaço de tempo, tenha que recorrer ao mercado na busca de numerários para saldar suas obrigações com terceiros.

**b) Endividamento** – Apesar de, em curtíssimo prazo, observar-se uma discreta preocupação com os níveis das disponibilidades, a empresa apresenta grau de endividamento satisfatório haja vista os demais Quocientes de Estrutura de Capitais se encontrarem dentro de parâmetros seguros para seus negócios.

A relativa preocupação com as disponibilidades deve-se exclusivamente pela Composição do Endividamento da empresa, no qual, em X0, se observa que aproximadamente 75% (setenta e cinco por cento) de suas obrigações devem ser liquidadas a curto prazo.

### Situação Econômica

- Rentabilidade – Mesmo apresentando um modesto Quociente de Giro do Ativo, a empresa garante uma boa rentabilidade de seus negócios, o que permite assegurar o retorno do capital total investido num período aproximado de 5 anos.

### **Situação Econômica e Financeira**

- A Exercitópolis Ltda., relativamente bem estruturada do ponto de vista econômico e financeiro, condição essa assegurada pelo baixo nível de endividamento e pelas margens de lucro, líquido e operacional, verificadas no período, associadas à boa rentabilidade de seus negócios, que permite o retorno do Capital Próprio investido em apenas 4,2 anos, oferece segurança àqueles que depositarem confiança na empresa.

### **Evolução dos Negócios**

1. Horizontalmente pode-se afirmar que houve uma excelente evolução no volume de vendas da empresa, o que permitiu um relativo crescimento dos elementos formadores de seu acervo Patrimonial, notadamente quando analisados na forma vertical.
2. Como ponto negativo neste contexto, pode-se observar a elevação dos Custos das Mercadorias Vendidas, que superou a evolução das vendas em aproximadamente 150% (cento e cinquenta por cento) em relação ao exercício de X0, o que impediu um maior crescimento do acervo patrimonial.

### **A Rotação dos Negócios**

- i) No quesito da Ciclotmetria ou Quocientes de Rotação, a empresa apresenta um Ciclo Operacional de 183 (cento e oitenta e três) dias, contra um Ciclo Financeiro de apenas 49 (quarenta e nove) dias.

### **Considerações Finais**

Analisados os diversos Quocientes e/ou Indicadores extraídos com o auxílio dos elementos integrantes do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício da empresa Exercitópolis, é importante destacar:

1. a solvabilidade da empresa apresenta-se em alta, alicerçada pelo excelente Quociente de Solvência e dos Indicadores Combinados, o que lhe permite oferecer segurança a seus investidores, bem como, na sua relação com terceiros;
2. a preocupação com o nível das Disponibilidades deve ser associada à avaliação dos Prazos Médios de Rotação de Estoques, de Recebimento de Clientes e de Pagamento de Fornecedores, pois, enquanto a empresa leva 161 (cento e sessenta e um) dias para vender seus produtos e receber os recursos decorrentes dessas operações, ela é obrigada, a cada

63 (sessenta e três) dias, honrar seus compromissos para com os fornecedores, e essa condição reduz diretamente os recursos disponíveis;

3. consagra-se como indispensável a revisão da fórmula aplicada na realização das vendas e a adoção de incentivos que possam incrementar o volume de vendas à vista e a redução dos prazos de recebimento de seus clientes para uma melhora da situação financeira da empresa;
4. finalmente, é aconselhável que a empresa reavalie seus métodos de compra de insumos e matéria-prima, haja vista a exagerada evolução destes impedir a obtenção de uma maior margem de lucro e rentabilidade dos negócios.

**Ass.:** \_\_\_\_\_

**Fulano de Tal – Analista**



## Síntese

Fechando o ciclo de estudos dessa disciplina, você conheceu o conceito, as características e os elementos formadores do relatório de análise das Demonstrações Contábeis, além de obter uma noção quanto à elaboração desse relatório.

Você pôde observar que o relatório de análise das Demonstrações Contábeis configura-se o documento no qual o analista reúne as informações extraídas da compilação e confronto dos dados constantes das Demonstrações Contábeis, tendo por finalidade a transformação de elementos numéricos em informações úteis à tomada de decisão.

Face à sua finalidade, o relatório de análise deve ser elaborado com algumas características indispensáveis e primordiais ao seu entendimento por quaisquer usuários, independentemente

do seu grau de relacionamento com a empresa. Deve, portanto, ser elaborado em linguagem simples e compreensível, atender as necessidades dos usuários, isto é, daquele que fará uso das informações contábeis e, nele, os quocientes, coeficientes e/ou os números-índices deverão ser traduzidos em informações.

Finalmente, o modelo sugerido de relatório de análise das Demonstrações Contábeis da Empresa Exercitópolis Ltda. permitiu a consolidação dos elementos teóricos com a prática na elaboração dos relatórios, com a visão de que a linguagem é própria de cada analista e que não existem relatórios-padrão, mas sim, uma estrutura tecnicamente ordenada das informações colhidas nas respectivas técnicas ou processos de análise.



## Atividades de autoavaliação

Ao final de cada unidade, você realizará atividades de autoavaliação. O gabarito está disponível no final do livro-didático. Mas se esforce para resolver as atividades sem ajuda do gabarito, pois, assim, você estará promovendo (estimulando) a sua aprendizagem.

1. Dentre as características do Relatório de Análise das Demonstrações Contábeis, você encontra: “Ao elaborar um Relatório de Análise, o analista deve procurar relatar suas conclusões visando auxiliar o usuário em suas tomadas de decisão”. Em, no máximo 8 linhas, trace um comentário acerca desta característica.

---

---

---

---

---

---

---

---

2. Suponha que a empresa cujas Demonstrações Contábeis você está analisando, apresente os seguintes índices de liquidez: Imediata = 1,2, Seca = 1,35, Corrente = 1,4, Geral = 1,39, Solvência Geral = 1,38, Endividamento = 045 e Lucratividade = 18,57%. Com esses elementos, faça um Relatório Breve (Situação Econômica e Financeira), com o máximo de 15 linhas.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

3. Pontos Fortes e Fracos são elementos que, na visão de Matarazzo (1998, p. 20), figuram como linhas gerais a serem consideradas no Relatório de Análise. Tendo por base o Relatório de Análise das Demonstrações Contábeis da empresa Exercitópolis Ltda., inserido nesta unidade, destaque os pontos fortes e fracos da empresa.

---

---

---

---

---





## Saiba mais

Em todas as unidades deste livro didático, procuramos mostrar a você a importância da complementação e consolidação de seus conhecimentos em relação ao tema trabalhado e, ao término desta fase que fecha o elenco de conteúdos da nossa disciplina, não poderíamos deixar de fazê-lo. Portanto acesse outras ferramentas que poderão auxiliá-lo(a) neste procedimento e as seguintes obras:

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços: Análise da liquidez e do endividamento, análise do giro, rentabilidade e alavancagem financeira**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.



## Para concluir o estudo

Nesta disciplina, você conheceu aspectos relacionados à Estrutura e Análise de Balanços, incluindo um breve histórico da Análise de Balanços, a Estrutura das Demonstrações Contábeis, a necessidade de reestruturação do Balanço Patrimonial e, também, as principais Técnicas ou Processos de Análise das Demonstrações Contábeis.

Como você sabe, a escrituração e/ou o registro dos fatos na Contabilidade de toda e qualquer entidade, seja ela mercantil, industrial, com ou sem fins lucrativos, além das Normas e Regras editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, deve também observar as Normas do Regime Tributário Brasileiro, especialmente o Regulamento do Imposto de Renda, Decreto Federal n. 3.000/99, a Legislação da Previdência e Trabalhista.

Por força do Regulamento do Imposto de Renda e das Normas editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, as receitas e despesas devem ser reconhecidas na Contabilidade, pelo Regime de Competência, isto é, devem ser registradas na Contabilidade no momento em que elas ocorram, independentemente do recebimento da receita e do pagamento da despesa.

Em face do Regime de Competência, o Balanço Patrimonial, apurado no final de cada exercício social ou financeiro, apresenta alguns elementos que não oferecem qualquer condição de liquidez, ou seja, não mais sustentam capacidade para pagamento de dívidas, o que torna inevitável a necessidade de reestruturação do Balanço Patrimonial antes de se proceder à análise de qualquer um de seus elementos.

Tal necessidade também se faz presente quando você necessita proceder à análise da composição estrutural das Demonstrações Contábeis e, especialmente, do Balanço Patrimonial, pois as contas ou elementos não podem nele ser disponibilizadas de forma aleatória, mas sim, obedecendo à ordem determinada pela Legislação Comercial e pelas Normas do Conselho Federal de Contabilidade.

Assim, enquanto as contas ou elementos integrantes do Ativo devem obedecer à ordem de liquidez, isto é, devem ser dispostos em ordem decrescente do Grau de Liquidez, aquelas ou aqueles que compõem o Passivo devem ser dispostos em ordem decrescente do Grau de Exigibilidade, ou seja, quanto menor for o seu prazo de pagamento, maior será o seu grau de exigibilidade.

Através da Análise Financeira, você pôde avaliar os níveis de liquidez das entidades ou, melhor dizendo, a sua capacidade de pagamento. Já a Análise Econômica permitiu aferir a lucratividade dos negócios e o retorno do capital investido. Assim, enquanto a primeira atua sobre a Estática Patrimonial, pois avalia a capacidade de pagamento tendo por base os componentes do Balanço Patrimonial, a segunda, por sua vez, reflete a Dinâmica Patrimonial, pois avalia a rentabilidade dos negócios, utilizando, especialmente, a Demonstração do Resultado do Exercício, na qual estão contemplados os elementos que provocam as mutações patrimoniais.

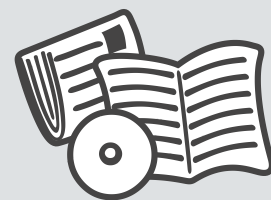
Em complementação às Análises Financeira e Econômica, a Análise Vertical lhe possibilita avaliar a participação de cada Grupo, Subgrupo, conta ou elemento do acervo patrimonial das entidades, e a Análise Horizontal nos oferece a oportunidade de avaliar e acompanhar a evolução de cada um desses componentes, ao longo de períodos sucessivos.

Com o conteúdo disponibilizado, você pôde, ainda, verificar a importância da Análise Financeira da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) e, além de avaliar seus componentes estruturais, viu que a demonstração clara e ordenada das origens e das aplicações dos recursos é fator de vital importância na verificação e análise dos elementos que provocam as modificações no Capital Circulante Líquido, ou seja, o capital que a empresa pode investir ou utilizar, com segurança, para a liquidação de seus compromissos.

Concluído os estudos do conteúdo programático da Disciplina de Análise das Demonstrações Contábeis I, você pôde avaliar o quanto esta Técnica de Escrituração Contábil é importante para os usuários qualificados em sua primeira unidade, ou seja, bancos, fornecedores, governo, investidores, colaboradores e etc. Portanto, a partir de agora, de posse das Demonstrações Contábeis de qualquer entidade, você está apto(a) a aplicar as Técnicas e proceder à análise, interpretar e debater sobre as questões relacionadas a esse tema, com qualquer outro profissional da área.



## Referências



ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços**. São Paulo: Atlas, 2010.

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações financeiras: estrutura, análise e interpretação**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços**. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços: Análise da liquidez e do endividamento, análise do giro, rentabilidade e alavancagem financeira**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial**. São Paulo: Atlas, 2010.

\_\_\_\_\_. **Análise financeira de balanços: abordagem básica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

REIS, Arnaldo Carlos de Rezende. **Demonstrações contábeis: estrutura e análise**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e análise de balanços**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.



## Sobre os professores conteudistas



**Bernardino José da Silva** é bacharel em Ciências Contábeis, formado pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), em 2001, pós-graduado em Auditoria Empresarial pela UNISUL, em 2003. Mestrando em Administração pela UNISUL. Coordenador do Núcleo de Controle Interno da Secretaria de Estado da Saúde, função que ocupa desde 1999. Há mais de 30 anos no Serviço Público Federal e à disposição do Estado de Santa Catarina desde 1987, ocupou diversas funções relevantes em ambas as esferas, dentre elas as de Chefe do Serviço de Guarda e Suprimento do extinto INAMPS (1978/1979), chefe do Serviço de Material e Patrimônio do Hospital Florianópolis (1979/1981), Chefe do Serviço de Administração do Hospital Florianópolis (1981/1987), titular do Serviço de Compras e Patrimônio da extinta Fundação Hospitalar de Santa Catarina (1987/1989), Superintendente Adjunto de Administração da mesma Fundação (1989/1990), Chefe do Serviço de Administração de Material e Patrimônio da Secretaria de Estado da Saúde (1993/1995), Chefe de Gabinete do Secretário de Estado da Saúde (1996/1997), Diretor Administrativo da Secretaria de Estado da Saúde (1999/2000).

Coordenador do curso de pós-graduação “Especialização em Gestão Governamental e Responsabilidade Fiscal” na UnisulVirtual.

É professor das disciplinas Contabilidade Pública, Orçamento Público, Auditoria Governamental e Análise de Balanços (sistema presencial) na UNISUL. Professor das disciplinas de Contabilidade I, II, Contabilidade Básica e Gerencial, Custos e Formação de Preços



(sistema virtual, de ensino a distância), também da UNISUL. Atualmente é Coordenador do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Financeira da Unisul Virtual e Coordenador do Curso de Graduação em Ciências Contábeis da UNISUL – Sistema Presencial – Unidade Pedra Branca, Campus da Grande Florianópolis.

Professor conteudista das disciplinas Orçamento Público, Contabilidade Pública, Economia do Setor Público e Análise das Demonstrações Contábeis I e II, Controle Interno na Administração Pública e Normas Internacionais de Contabilidade, da UnisulVirtual.

Foi professor do curso de Contabilidade Prática TCA Cursos e Treinamentos Ltda. (2003), e professor da disciplina Contabilidade I – Sistema Barddal de Ensino (2003). Ministrante do curso de Prestação de Contas de Recursos Antecipados sob a Forma de Adiantamento – Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina (2004 e 2005).

Já ministrou outros cursos e proferiu palestras em seminários organizados por entidades públicas e privadas e participou de trabalhos de auditoria administrativa, financeira e contábil.

**Adriano Sérgio da Cunha** é ex-professor da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), onde atuou como coordenador do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Financeira na modalidade a distância. Formado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), é pós-graduado em Planejamento Tributário pela Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas (Fepese/UFSC) e atua como profissional na área contábil, prestando consultoria a diversas empresas da Grande Florianópolis.



# Respostas e comentários das atividades de autoavaliação

## Unidade 1

1. Técnica utilizada desde os primórdios, antes de “Jesus Cristo”, para análise da riqueza, através da qual se evoluiu para a Análise de Balanços, sendo os bancos os primeiros a utilizá-la como instrumento auxiliar na tomada de decisão.
2. Os colaboradores (empregados) também podem ser considerados usuários da Análise de Balanços, pois estes também têm interesse em saber com andam os negócios da empresa que lhes garante a remuneração pelos serviços prestados.
3. Tal particularidade consiste no fato de que, na Análise Interna, os profissionais analistas têm acesso a todas as informações contábeis, enquanto que, na Análise Externa, é realizado com suporte, exclusivo, nas Demonstrações Contábeis publicadas pelas entidades, sem qualquer outro documento ou informação auxiliar.
4. O Governo sobrevive das rendas oriundas, quase que especificamente, da tributação das pessoas físicas e jurídicas. Assim, além dos aspectos tratados na seção 4 da unidade 1, a Análise de Balanços também consiste em importante instrumento de acompanhamento e controle da arrecadação de impostos e contribuições.

## Unidade 2

1. Técnica de Escrituração Contábil que tem por fim auxiliar na obtenção de conclusões acerca da situação econômica e financeira da entidade ou de outros aspectos relacionados com o Patrimônio.
2. d. ( X ) – Análise Financeira e Econômica das entidades.
3. d. ( X ) – Análise Propriamente Dita.

4. A Análise Vertical tem por objetivo avaliar a participação de cada Grupo, Subgrupo ou elemento no Patrimônio das entidades. A Análise Horizontal visa avaliar a evolução desses Grupos, Subgrupos ou elementos ao longo de períodos sucessivos. A relação consiste no fato de que ambas utilizam o mesmo tipo de procedimento, isto é, da percentualização desses componentes patrimoniais.
5. Resposta correta: d. ( X ) a Análise Por Quocientes.

### Unidade 3

1. Para eliminação e reclassificação de elementos que não oferecem garantia de liquidez e/ou capacidade de pagamento, mas que se fazem presentes no Balanço Patrimonial por força do Regime de Competência utilizado na escrituração dos fatos contábeis, em observância às normas e regras estabelecidas pelo Regulamento do Imposto de Renda e Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade.
2. Por se tratar de valores já desembolsados pela empresa e que, por essa razão, não mais se oferece qualquer possibilidade de amortização de dívidas, seu valor deverá ser reclassificado para o Patrimônio Líquido, diminuindo o saldo de uma da conta de Reserva Estatutária.
3. A conta Capital a Integralizar contempla os valores pertinentes às quotas ou ações não integralizadas pelos sócios ou acionistas, ou seja, estes não entregaram os valores, bens ou direitos à empresa. A conta Ações em Tesouraria contempla aquelas ações que a empresa teve que adquirir ou retirar do mercado para evitar a queda no valor desses papéis. Assim, ambas representam e figuram no Balanço Patrimonial na condição de conta redutora do Capital Social.
4. Conforme destacado no conteúdo estudado na Unidade 4, devem ser reestruturadas as seguintes contas: • Seguros a Vencer – será eliminado do Balanço e seu valor levado ao Patrimônio Líquido, reduzindo o saldo da conta Reserva Estatutária; • Veículo de Carga – terá seu valor reduzido do valor da Depreciação Acumulada Sobre Veículo de Carga, passando a figurar no Balanço Patrimonial pelo seu valor líquido; • Equipamento de Informática – receberá o mesmo tratamento da conta anterior; • Despesas Pré-Operacionais – será eliminada do Balanço e seu valor levado ao Patrimônio Líquido, reduzindo o saldo da conta Reserva Estatutária. • Resultado de Exercício Futuro – terá seu saldo zerado no Balanço Patrimonial e seu valor levado ao Patrimônio Líquido, aumentando o saldo da conta Reserva Estatutária. Veja o Balanço reestruturado.

BALANÇO PATRIMONIAL REESTRUTURADO					
UNIVERSITÓPOLIS LTDA.					
ATIVO	NORMAL	REESTR.	PASSIVO	NORMAL	REESTR.
<b>CIRCULANTE</b>	<b>124.500,00</b>	<b>124.000,00</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>104.000,00</b>	<b>104.000,00</b>
<b>Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<b>72.500,00</b>	<b>72.500,00</b>	<b>Obrigações das Operações</b>	<b>42.000,00</b>	<b>42.000,00</b>
Caixa	44.000,00	44.000,00	Fornecedores	38.000,00	38.000,00
Banco Conta Movimento	28.500,00	28.500,00	Fretes a Pagar	4.000,00	4.000,00
<b>Créditos das Operações</b>	<b>45.000,00</b>	45.000,00			
Clientes	32.000,00	32.000,00	Obrigações Provisonadas	32.000,00	32.000,00
Estoques	13.000,00	13.000,00	IRPJ a Recolher	1.500,00	1.500,00
Mercadorias p/Revenda	13.000,00	13.000,00	CSSLL a Recolher	1.500,00	1.500,00
Investimentos de Curto Prazo			ICMS a Recolher	9.000,00	9.000,00
Aplicações Financeiras CP			<b>Dividendos a Distribuir</b>	<b>8.000,00</b>	8.000,00
<b>Outros Créditos</b>	<b>6.500,00</b>	6.500,00	Provisão 13º Salário	6.000,00	6.000,00
Adiantamentos a Empregado	6.500,00	6.500,00	Provisão de Férias	6.000,00	6.000,00
Impostos a Recuperar					
ICMS a Recuperar			<b>Outras Obrigações</b>	<b>30.000,00</b>	30.000,00
PIS e/ou COFINS a Recuperar			Empréstimos Bancários		
<b>Despesas de Exercício Seguinte</b>	<b>500,00</b>	0,00	Duplicatas Descontadas	12.000,00	12.000,00
Seguros a Vencer	500,00	0,00	Títulos a Pagar	18.000,00	18.000,00
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>109.700,00</b>	<b>109.430,00</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>34.200,00</b>	<b>34.000,00</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>30.000,00</b>	30.000,00	Financiamentos a Longo Prazo	34.000,00	34.000,00
Clientes	30.000,00	30.000,00			
Aplicações Financeiras L. P.	0,00	0,00	Receitas Diferidas Líquidas	200,00	0,00
<b>Investimentos</b>	<b>48.830,00</b>	48.830,00			
Terreno	48.830,00	48.830,00	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>96.000,00</b>	95.430,00
Participações Societárias			Capital Social	61.000,00	61.000,00
<b>Imobilizado</b>	<b>30.600,00</b>	30.600,00	Capital a Integralizar		
Veículo de Cargo	30.000,00	27.000,00	Reservas de Capital		
Depreciação Acumulada s/VC	-3.000,00	0,00	Ajuste de Avaliação Patrimonial		
Equipamentos de Informática	4.000,00	3.600,00	<b>Reservas de Lucros</b>	<b>35.000,00</b>	34.430,00
Depreciação Acumulada s/EI	-400,00	0,00	Reserva Legal	4.076,00	4.076,00
<b>Intangível</b>	<b>270,00</b>	0,00	Reserva Estatutária	30.924,00	30.354,00
Gastos C/Projetos Desenvolvimento			Reserva de Incentivos Fiscais		
de Novos Produtos	300,00	0,00	Ações em Tesouraria		
Amortização Acumulada S/GPDNP	-30,00	0,00			
			Prejuízos Acumulados		
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>234.200,00</b>	<b>233.430,00</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>234.200,00</b>	<b>233.430,00</b>

## Unidade 4

1.

$$Li = \frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Circulante}} = \frac{\text{R\$ 35.000,00}}{\text{R\$ 102.000,00}} = 0,34$$

A empresa não terá condições de liquidar imediatamente seus compromissos, haja vista possuir apenas R\$ 0,34 (trinta e quatro centavos de real) de Disponibilidades em seu Patrimônio, para cada real de dívida registrada no Passivo Circulante. Terá, portanto, que receber de seus clientes ou vender seus estoques.

2. Tal razão consiste no fato de que, sendo os Quocientes de Liquidez os instrumentos de avaliação da capacidade de pagamento da empresa, a exclusão do valor correspondente aos Estoques dá-se em decorrência de que estes ainda precisam ser vendidos para se transformarem em disponibilidades e, assim, permitir a liquidação das obrigações a curtíssimo prazo.

3.

$$Ls = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}} = \frac{\text{R\$ 90.000,00} - \text{R\$ 22.000,00}}{\text{R\$ 102.000,00}}$$

$$Ls = 0,67$$

Com esse resultado, a empresa necessitará vender seus estoques para saldar seus compromissos de curto prazo.

4.

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \frac{\text{R\$ 90.000,00}}{\text{R\$ 102.000,00}} = 0,88$$

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LG = \frac{\text{R\$ 90.000,00} + \text{R\$ 40.000,00}}{\text{R\$ 102.000,00} + \text{R\$ 25.000,00}} = 1,02$$

5.

$$Ce = \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$Ce = \frac{R\$ 102.000,00}{R\$ 102.000,00 + R\$ 25.000,00} = 0,80$$

O resultado apurado mostra que 80% das obrigações da empresa encontram-se registradas no Passivo Circulante e, portanto, deverão ser liquidadas em curto prazo.

6. Esta indagação contempla a apuração do Quociente relativo à Solvência Geral, cuja fórmula é:

$$Sg = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Capitais de Terceiros}} \text{ ou, } \frac{\text{Ativo Total}}{\text{PC} + \text{PNC}}$$

$$Sg = \frac{R\$ 195.000,00}{R\$ 102.000,00 + R\$ 25.000,00} = 1,53$$

A empresa possui registrado em seu Ativo, R\$ 1,53 (um real e cinquenta e três centavos), para saldar cada real de compromissos registrados no Passivo Circulante e no Passivo Exigível a Longo Prazo.

7. Esta indagação pede que se informe a Garantia dos Capitais Próprios em relação aos Capitais de Terceiros.

$$Gct = \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Capitais de Terceiros}} \text{ ou, } \frac{\text{Capitais Próprios}}{\text{PC} + \text{PELP}}$$

$$Gct = \frac{R\$ 68.000,00}{R\$ 102.000,00 + R\$ 25.000,00} = R\$ 0,54$$

O resultado apurado revela que, para cada real de obrigações para com terceiros, registradas no Passivo Circulante e no Passivo Não Circulante, a empresa oferece como Garantia de Capitais Próprios, R\$ 0,54 (cinquenta e quatro centavos de Real).

## Unidade 5

1.

$$\text{ML ou L} = \frac{\text{Lucro Líquido do Exercício} \times 100}{\text{Vendas Líquidas}}$$

$$\text{ML ou L} = \frac{\text{R\$ } 9.800,00 \times 100}{\text{R\$ } 95.000,00} = 10,31\%$$

Observe, através do resultado apurado, que, para cada R\$ 100,00 de Vendas Realizadas, a empresa obteve uma Lucratividade de 10,31% ou R\$ 10,31 de lucro.

2.

$$\text{Lob} = \frac{\text{Lucro Operacional Bruto} \times 100}{\text{Vendas Líquidas}}$$

$$\text{Lob} = \frac{\text{R\$ } 59.000,00 \times 100}{\text{R\$ } 95.000,00} = 62,10\%$$

Considerando o Lucro Operacional Bruto, isto é, deduzindo das Vendas Líquidas apenas o valor do Custo dos Produtos ou Serviços Vendidos, sem a dedução das Despesas Operacionais, a Lucratividade da empresa sobe para 62,10%, ou R\$ 62,10 (sessenta e dois reais e dez centavos) para cada R\$ 100,00 de Vendas Realizadas.

3.

$$\text{LoL} = \frac{\text{Lucro Operacional Líquido} \times 100}{\text{Vendas Líquidas}}$$

**Onde:**

Lucro Operacional Líquido = Resultado Líquido das Operações Continuadas.

$$\text{LoL} = \frac{\text{R\$ } 28.000,00 \times 100}{\text{R\$ } 95.000,00} = 29,74\%$$

Observe que, considerando o Lucro Operacional Líquido, isto é, aqueles que contemplam as Vendas Líquidas, deduzidas dos Custos dos Produtos ou Serviços Vendidos, das Despesas Operacionais (Comerciais e Administrativas) e do Resultado Financeiro Líquido (Receita Financeiras menos as Despesas Financeiras), a Margem ou Lucratividade da empresa se apresenta em 29,74%, ou R\$ 29,74 para cada R\$ 100,00 de Vendas Realizadas.

4. Sendo o Lucro Líquido do Exercício aquele apurado no Final da Demonstração do Resultado do Exercício, isto é, após depurados todas as Deduções, os Custos Operacionais, as Despesas Operacionais, adicionado ou deduzido dos Resultados Financeiro Líquido e Não Operacional e, ainda, deduzidas as participações e as Provisões para o Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, a Lucratividade de 10,31% apresenta-se como excelente nível de Lucratividade e esta melhora quanto se toma por base o Lucro Operacional Líquido/Resultados Líquido das Operações Continuadas e/ou o Lucro Operacional Bruto. Uma Margem, sem dúvidas, considerada excelente.

5.

$$X0GA = \frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo Médio}} = \frac{\text{R\$ 95.000,00}}{\frac{\text{R\$ 145.000,00} + \text{R\$ 198.000,00}}{2}}$$

$$GA = \frac{\text{R\$ 95.000,00}}{\text{R\$ 171.500,00}} = 0,55$$

Observe que as Vendas giraram apenas 0,55 vezes em torno do Ativo, ou seja, o volume de Vendas realizadas em relação ao Ativo Total da empresa foi de apenas 55% em relação ao total do Ativo.

6.

$$RloL = \frac{\text{Lucro Operacional Líquido X 100}}{\text{Ativo Médio}}$$

**Onde:**

Lucro Operacional Líquido = Resultado Líquido das Operações Continuadas.

$$RloL = \frac{\text{R\$ 28.000,00}}{\frac{(\text{R\$ 145.000,00} - \text{R\$ 10.000,00}) + (\text{R\$ 198.000,00} - \text{R\$ 18.000,00})}{2}}$$

$$RloL = 17,77\%$$

O resultado obtido mostra que, para cada R\$ 100,00 de recursos investidos na empresa, ela obteve retorno ou rentabilidade de 17%, ou R\$ 17,00 (dezessete reais), oferecendo, portanto, bom retorno a seus investidores.



## Unidade 6

Utilizando-se dos percentuais apurados nas Demonstrações Contábeis adotadas como exemplo no desenvolvimento dos conteúdos das Análises Vertical e Horizontal, anteriormente transcritos, responda às questões a seguir:

### Balanço Patrimonial

ATIVO	X0	%	X1	%
<b>CIRCULANTE</b>	<b>124.000,00</b>	53,12%	<b>223.858,00</b>	64,10%
<b>Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<b>72.500,00</b>	31,06%	<b>104.500,00</b>	29,92%
Caixa	44.000,00	18,85%	54.000,00	15,46%
Banco Conta Movimento	28.500,00	12,21%	50.500,00	<b>14,46%</b>
<b>Créditos das Operações</b>	<b>45.000,00</b>	19,28%	<b>103.858,00</b>	
Clientes	32.000,00	13,71%	36.000,00	10,31%
Estoques	13.000,00	5,57%	67.858,00	19,43%
Mercadorias p/Revenda	13.000,00		67.858,00	
<b>Investimentos de Curto Prazo</b>			<b>12.500,00</b>	3,58%
Aplicações Financeiras CP			12.500,00	
<b>Outros Créditos</b>	<b>6.500,00</b>	2,78%	<b>3.000,00</b>	0,86%
Adiantamentos a Empregado	6.500,00		3.000,00	
<b>Impostos a Recuperar</b>				
<b>ICMS a Recuperar</b>				
PIS e/ou COFINS a Recuperar				
<b>Despesas de Exercício Seguinte</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>	
Seguros a Vencer	0,00		0,00	
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>109.430,00</b>	46,88%	<b>125.400,00</b>	35,90%
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>30.000,00</b>	12,85%	<b>40.000,00</b>	11,45%
Clientes	30.000,00		40.000,00	
Aplicações Financeiras L. P.	0,00			
<b>Investimentos</b>	<b>48.830,00</b>	20,92%	<b>58.000,00</b>	16,61%
Terreno	48.830,00		58.000,00	
Participações Societárias				
<b>Imobilizado</b>	<b>30.600,00</b>	13,11%	<b>27.400,00</b>	7,85%
Veículo de Cargo	27.000,00	11,57%	24.000,00	6,87%
Depreciação Acumulada s/VC	0,00			
Equipamentos de Informática	3.600,00	1,54%	3.400,00	0,97%
Depreciação Acumulada s/EI	0,00			
<b>Intangível</b>				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>233.430,00</b>	100%	<b>349.258,00</b>	100,00%

PASSIVO				
<b>CIRCULANTE</b>	<b>104.000,00</b>	44,55%	<b>137.610,00</b>	39,40%
<b>Obrigações das Operações</b>	<b>42.000,00</b>	17,99%	<b>66.000,00</b>	18,90%
Fornecedores	38.000,00	16,28%	65.000,00	18,61%
<b>Fretes a Pagar</b>	<b>4.000,00</b>	1,71%	<b>1.000,00</b>	0,29%
<b>Obrigações Prov. das Operações</b>	<b>32.000,00</b>	13,71%	<b>36.610,00</b>	10,48%
IRPJ a Recolher	1.500,00	0,64%	13.263,40	3,80%
CSSLL a Recolher	1.500,00	0,64%	6.935,04	1,99%
ICMS a Recolher	9.000,00	3,86%	7.109,36	2,04%
Dividendos a Distribuir	8.000,00	3,43%	<b>3.102,20</b>	0,89%
Provisão 13º Salário	6.000,00	2,57%	3.200,00	0,92%
Provisão de Férias	6.000,00	2,57%	3.000,00	0,86%
<b>Outras Obrigações</b>	<b>30.000,00</b>	12,85%	<b>35.000,00</b>	10,02%
Empréstimos Bancários			-	
Duplicatas Descontadas	12.000,00	5,14%	10.000,00	2,86%
Títulos a Pagar	18.000,00	7,71%	25.000,00	7,16%
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>34.000,00</b>	14,57%	<b>55.000,00</b>	15,75%
Financiamentos a Longo Prazo	34.000,00		55.000,00	
Receitas Diferidas Líquidas	0,00			
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>95.430,00</b>	40,88%	<b>156.648,00</b>	44,85%
Capital Social	61.000,00	26,13%	61.000,00	17,47%
Capital a Integralizar				
Reservas de Capital				
Ajuste de Avaliação Patrimonial				
<b>Reservas de Lucros</b>	<b>34.430,00</b>	14,75%	<b>95.648,00</b>	27,39%
Reserva Legal	4.076,00	1,75%	8.436,44	2,42%
Reserva Estatutária	30.354,00	13,00%	87.211,56	24,97%
Reserva de Incentivos Fiscais				
Ações em Tesouraria				
Prejuízos Acumulados				
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>233.430,00</b>	100%	<b>349.258,00</b>	100,00%

OBS: nas Obrigações Provisionadas estão inclusos todos os elementos inseridos no Balanço normal (provisão de férias, 13º salário, etc.).

**Demonstração do Resultado do Exercício**

	ELEMENTO	X0	%	X1	%
<b>OPERAÇÕES CONTINUADAS</b>					
<b>1</b>	<b>RECEITA BRUTA DE VENDAS</b>	<b>120.000,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>360.000,00</b>	<b>100%</b>
	Receitas de Vendas de Bens	120.000,00		360.000,00	
	Receitas de Serviços				
<b>2</b>	<b>(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA</b>	<b>29.100,00</b>	<b>24,25%</b>	<b>112.500,00</b>	<b>31,25%</b>
	Vendas Canceladas	0,00			
	Descontos Incidenciais Concedidos	0,00		18.000,00	5,00%
	Devoluções de Vendas	0,00			
	Impostos Sobre as Vendas				
	ICMS s/Vendas	18.000,00	15,00%	61.200,00	17,00%
	PIS s/Vendas	1.980,00	1,65%	5.940,00	1,65%
	COFINS s/Vendas	9.120,00	7,60%	27.360,00	7,60%
<b>3</b>	<b>RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS</b>	<b>90.900,00</b>	<b>75,75%</b>	<b>247.500,00</b>	<b>68,75%</b>
<b>4</b>	<b>(-) Custos das Vendas</b>	<b>28.500,00</b>	<b>23,75%</b>	<b>110.500,00</b>	<b>30,69%</b>
	Custo das Mercadorias Vendidas	28.500,00		110.500,00	
	Custos dos Serviços Vendidos				
<b>5</b>	<b>LUCRO BRUTO (3 -4)</b>	<b>62.400,00</b>	<b>52,00%</b>	<b>137.000,00</b>	<b>38,06%</b>
<b>6</b>	<b>(+/-) Despesas e Receitas Operacionais</b>	<b>22.710,00</b>	<b>18,93%</b>	<b>55.794,00</b>	<b>15,50%</b>
	(-)Despesas Comerciais	0,00		15.600,00	4,33%
	(-)Despesas Administrativas	22.710,00	18,93%	40.194,00	11,17%
	(+)Outras Receitas Operacionais	0,00		0,00	
	(-)Outras Despesas Operacionais	0,00		0,00	
	(+ / -) Resultado da Equivalência Patrimonial	0,00		0,00	
	Resultado Positivo ou Negativo avaliação pelo MEP	0,00		0,00	
<b>7</b>	<b>RESULTADO ANTES DAS DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS</b>	<b>39.690,00</b>	<b>33,08%</b>	<b>81.206,00</b>	<b>22,56%</b>
	7.a (+) Receitas Financeiras	1.800,00	1,50%	2.520,00	0,70%
	7.b (-) Despesas Financeiras	2.800,00	2,33%	6.670,00	1,85%
<b>8</b>	<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>	<b>38.690,00</b>	<b>32,24%</b>	<b>77.056,00</b>	<b>21,40%</b>
9	Imposto de Rendas (15%) + (10% sobre o que exceder a R\$ 60.000,00)	5.803,50	4,84%	13.263,40	3,68%
10	Contribuição Social (9%)	3.482,10	2,90%	6.935,04	1,93%
<b>11</b>	<b>RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS</b>	<b>29.404,40</b>	<b>24,50%</b>	<b>56.857,56</b>	<b>15,79%</b>
<b>12</b>	<b>OPERAÇÕES DESCONTINUADAS</b>	<b>949,60</b>	<b>0,79%</b>	<b>0,00</b>	
	(+/-) Resultado Líquido das Operações Descontinuadas	949,60		0,00	
	12.b) Lucro/Resultado Líquido de baixas de ativos e mensuração a valor justo				
<b>13</b>	<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO / PERÍODO (11 (+/-) 12)</b>	<b>30.354,00</b>	<b>25,30%</b>	<b>56.857,56</b>	<b>15,79%</b>

1. Em X0, a conta Clientes participava com 13,71% do Ativo da empresa. Em X1, essa participação caiu para 10,30%, apesar de ela ter sofrido uma variação positiva de 12,5%, passando de R\$ 32.000,00, em X0, para R\$ 36.000,00, em X1.
2. No exercício de X0, o impacto das Despesas Administrativas foi de 18,93% e sobre as Receitas Brutas; e, no exercício de X1, o impacto foi de 11,17%, também sobre as mesmas Receitas Brutas. Sobre as Receitas Operacionais Líquidas, esse impacto seria:  

$$X0 = R\$ 22.710,00 / R\$ 90.900,00 = 24,98\%$$

$$X1 = R\$ 40.194,00 / R\$ 247.500,00 = 16,24\%$$
3.  $R\$ 120.000,00 \times 4,33\% = R\$ 5.196,00$
4.  

$$MA = \frac{10\%, 12\%, 15\%, 13\%, 16\%, 12\%}{6} = 13\%$$

Se você observar, a Média Aritmética, neste caso, é exatamente igual à Mediana.
5. Compras com preços elevados, Variação Cambial elevada se produtos forem importados, Descontrole na apuração dos Custos, Gastos desnecessários, etc. No caso em tela, este elemento realmente requer uma avaliação criteriosa para saber exatamente o que aconteceu com os Custos. Observe, inclusive, que se o mesmo for considerado em relação à Receita Operacional Líquida, sua participação sobe para mais de 50%, fato plenamente assustador. Há, entretanto, que serem levadas em consideração todas as variáveis possíveis, tais como objeto da empresa, tipo de produto ou matéria-prima adquirida, origem desses materiais, controles na apuração dos Custos.

## Unidade 7

1.

$$\frac{\text{C.M.V.}}{\text{Estoque Médio}} = \frac{R\$ 3.800,00}{\frac{R\$ 350,00 + R\$ 450,00}{2}} = 9,5$$

$$PMRE = \frac{360}{9,5} = 38 \text{ dias}$$

2.

$$\frac{\text{R\$ } 340,00 + \text{R\$ } 6.500,00 - \text{R\$ } 370,00}{\frac{\text{R\$ } 340,00 + \text{R\$ } 370,00}{2}} = 18$$

$$\text{PMRC} = \frac{360}{18} = 20 \text{ dias}$$

3.

$$\frac{\text{R\$ } 100,00 + \text{R\$ } 3.900,00 - \text{R\$ } 150,00}{\frac{\text{R\$ } 100,00 + \text{R\$ } 150,00}{2}} = 31$$

$$\text{PMPF} = \frac{360}{31} = 12 \text{ dias}$$

4. Ciclo Operacional - Co = 38 + 20 = 58.

Ciclo Financeiro - Cf = 38 + 20 - 12 = 46 dias.

## Unidade 8

$$1. \text{FI} = 0,10 \times 3,55 + 0,50 \times 1,65 + (-) 0,20 \times 0,05 - 2,60 \times 0,33 - 2,60 \times 1,06$$

$$\text{FI} = - 2,44$$

A empresa apresenta-se numa situação de penumbra e muito próxima de se posicionar na posição de insolvência.

## Unidade 9

1. As conclusões do analista devem espelhar conteúdo que supere as necessidades do usuário e o oriente à tomada de decisão. Para tanto, deve usar linguagem clara e objetiva em todos os sentidos, especialmente em relação ao assunto e à finalidade para a qual foi solicitada pelo usuário. Não pode, portanto, o analista esquecer que cada usuário tem as suas próprias necessidades e, assim, suas informações devem ser claras, objetivas e expressar a verdade em relação aos resultados da análise, para que o usuário possa decidir com segurança.

2. Após a análise das Demonstrações Contábeis da empresa xx, relativas ao exercício yy, tecemos as seguintes considerações:

### **Situação Financeira**

#### **Liquidez**

Considerando-se os indicadores apurados em relação à liquidez imediata, seca, corrente, geral, bem com aquele relativo à Solvência Geral, observa-se que a empresa apresenta estrutura a qual oferece segurança no cumprimento de suas obrigações, tanto em relação aos compromissos de curto, como aqueles exigíveis a longo prazo.

#### **Endividamento**

O nível de endividamento da empresa pode ser considerando excelente, haja vista, pelo indicador apurado, a mesma possuir bens e direitos registrados em seu Ativo que superam em mais de 50% o volume das obrigações integrantes do Passivo.

#### **Situação Econômica**

A margem de lucratividade da empresa apresenta-se num patamar que, associada à sua capacidade financeira, garante o retorno dos investimentos realizados.

### **3. Pontos Fracos**

- baixo nível das disponibilidades financeiras para honrar seus compromissos no curtíssimo prazo.
- a composição do endividamento mostrando que aproximadamente 75% (setenta e cinco por cento) de suas obrigações devem ser saldadas a curto prazo.

#### **Pontos Fortes**

- a capacidade de pagamento a longo prazo e sua sólida condição de solvência.
- a garantia de retorno dos capitais investidos num prazo considerado satisfatório para qualquer ramo de negócios.



# Biblioteca Virtual



Veja a seguir os serviços oferecidos pela Biblioteca Virtual aos alunos a distância:

- Pesquisa a publicações on-line  
<[www.unisul.br/textocompleto](http://www.unisul.br/textocompleto)>
- Acesso a bases de dados assinadas  
<[www.unisul.br/bdassinadas](http://www.unisul.br/bdassinadas)>
- Acesso a bases de dados gratuitas selecionadas  
<[www.unisul.br/bdgratuitas](http://www.unisul.br/bdgratuitas)>
- Acesso a jornais e revistas on-line  
<[www.unisul.br/periodicos](http://www.unisul.br/periodicos)>
- Empréstimo de livros  
<[www.unisul.br/emprestimos](http://www.unisul.br/emprestimos)>
- Escaneamento de parte de obra\*

Acesse a página da Biblioteca Virtual da Unisul, disponível no EVA, e explore seus recursos digitais.

Qualquer dúvida escreva para: [bv@unisul.br](mailto:bv@unisul.br)

---

\* Se você optar por escaneamento de parte do livro, será lhe enviado o sumário da obra para que você possa escolher quais capítulos deseja solicitar a reprodução. Lembrando que para não ferir a Lei dos direitos autorais (Lei 9610/98) pode-se reproduzir até 10% do total de páginas do livro.



# UnisulVirtual

A sua universidade a distância



9 788578 176457